

**Políticas Sociais E Educação Profissional: Caminho Para A Autonomia, Condição Parta A Cidadania.**  
Gladys Rodrigues de Andrade.

**Políticas Sociais e Educação Profissional:  
Caminho Para a Autonomia, Condição Para A  
Cidadania**

**Gladys Rodrigues de Andrade**

Belo Horizonte  
Faculdade de Educação  
Universidade Federal de Minas Gerais  
2003

**Gladys Rodrigues de Andrade**

**Políticas Sociais e Educação Profissional:  
Caminho Para a Autonomia, Condição Para A  
Cidadania.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –  
Graduação, da Universidade Federal de Minas  
Gerais, como requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Fidalgo

**Belo Horizonte**

**Faculdade de Educação**  
**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**2003**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em 14 de janeiro de 2004, e submetida à banca examinadora composta pelos seguintes professores:

---

**Prof. Dr. Fernando Fidalgo**

Faculdade de Educação / UFMG – Orientador

---

**Prof. Dr. Leôncio José Gomes Soares**

Faculdade de Educação / UFMG – Titular

---

**Prof. Dr. Márcio Pochmann**

CESIT/Instituto de Economia da Universidade  
Estadual de Campinas - UNICAMP - Titular

---

**Prof. Dr. Antônio Julio de Menezes Neto**

Faculdade de Educação/UFMG – Suplente

---

**Prof. Dr. Eduardo Fleury Mortimer**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social  
Faculdade de Educação / UFMG

Dedico este trabalho a todos aqueles que atuam nas  
Políticas Públicas Sociais, na perspectiva da construção  
de uma sociedade mais justa e solidária.

## **A G R A D E C I M E N T O S**

Ao Prof. Dr. Fernando Fidalgo, orientador deste trabalho,  
pelo acolhimento, compreensão e dedicação.

A Profa. Dra. Lucília Machado, por seu apoio e disponibilidade.

A Profa. Dra. Lucíola Licínio Paixão Santos, pelo carinho e incentivo, sempre.

Ao Prof. Dr. Edgar Magalhães por sua escuta, estímulo,  
e por acreditar na relevância dessa pesquisa.

Nas pessoas das amigas Silvana e Cândida,  
agradeço a solidariedade, cumplicidade e companheirismo  
dos colegas e amigos do mestrado.

A Escola Pública, onde estive durante toda a minha vida escolar, e que me propiciou a  
formação que tenho hoje.

## **A G R A D E C I M E N T O S   E S P E C I A I S**

A Eugênio Pasqualini, companheiro nas empreitadas difíceis,  
sempre paciente e solidário, por seu incentivo e  
carinho nas diversas etapas desse trabalho.

Aos meus filhos, Carolina e André, por seu carinho e acima de tudo por sua  
compreensão nas muitas ausências no decorrer dessa pesquisa.

Aos meus irmãos Carlinhos e Yara, por todo o apoio oferecido.

A Mônica Barbosa, que mesmo sem compreender, soube valorizar.

## SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS .....	8
RESUMO .....	9
INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO I	
O Qualificarte .....	16
1.1. A origem .....	16
1.2. O público .....	18
1.3. Os cursos oferecidos .....	20
1.4. As instalações .....	23
1.5. A metodologia .....	23
1.6. A avaliação .....	25
1.7. Os objetivos .....	26
CAPÍTULO II	
Cidadania: um conceito em permanente evolução ou uma condição em extinção? .....	29
2.1. Cidadania no Mundo Antigo .....	30
2.2. Cidadania moderna: evolução histórica .....	34
2.3. O processo brasileiro .....	42
2.4. Cidadania e exclusão social .....	49
CAPÍTULO III	
Três histórias de vulnerabilidade social .....	52
3.1. Os egressos .....	52
1ª Entrevista: Alex .....	52
2ª Entrevista: Simone .....	56
3ª Entrevista: Dico .....	58
3.2. Analisando as trajetórias .....	60
CAPÍTULO IV	
A educação profissional e a política pública de emprego, trabalho e renda .....	83
4.1. A educação profissional e o público da assistência social .....	83
4.2. O papel da educação básica na formação do trabalhador e do cidadão .....	85
4.3. A articulação de políticas públicas e a inserção produtiva .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	101
ANEXOS .....	105

## **LISTA DE ANEXOS**

**Anexo 1:** Entrevista com ALEX.....

**Anexo 2:** Entrevista com SIMONE.....

**Anexo 3:** Entrevista com DICO.....

**Anexo 4:** Entrevista com MAURO, Gerente do Restaurante.....

**Anexo 5:** Entrevista com PAULO, Gerente do Bar.....

## **RESUMO**

Este trabalho analisa o papel da articulação das políticas sociais – educação, assistência social e políticas públicas de emprego, trabalho e renda, como um caminho para o desenvolvimento da autonomia, condição necessária para construção da cidadania de sujeitos em condição de vulnerabilidade social, em particular os atendidos pelo Qualificarte – Centro Público de Formação Profissional – da Secretária Municipal da Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Objetiva também: analisar quais os benefícios trazidos pelo Qualificarte para as suas vidas, na opinião dos egressos entrevistados, além de avaliar quais as ações necessárias que deveriam ser complementares à formação profissional, para que esta possa contribuir de maneira eficaz, para a inserção produtiva dos cursistas. A orientação teórica da investigação referencia-se na perspectiva sócio-histórica, por entendermos ser esta a concepção mais adequada para a compreensão das origens da vulnerabilidade social que atinge parcela tão significativa da sociedade. Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, referenciei-me em minha experiência como educadora do Qualificarte, buscando respeitar as características dos sujeitos entrevistados. As entrevistas foram abertas, apenas estimei os entrevistados a falarem dos fatos que considerassem relevantes de suas vidas, onde a única pergunta dirigida foi acerca de sua compreensão sobre cidadania e se eram cidadãos. O resultado deste trabalho aponta para a necessidade de uma articulação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda com as demais políticas sociais, para efetivamente, promover a inserção produtiva dos sujeitos, proporcionando-lhes a autonomia, passo fundamental para a cidadania. Portanto, a conclusão é a de que, apenas com um esforço de articulação de políticas sociais, das três esferas de governo, e, dos governos com a sociedade civil, é possível enfrentar as históricas mazelas sociais que levam tantas pessoas a condição de vulnerabilidade social.

## INTRODUÇÃO

Foi a partir de minha prática, enquanto educadora da Escola Sindical, que surgiu esta proposta de investigação. Lecionando no Qualificarte, onde atuei como educadora de formação ampla – que consiste em desenvolver habilidades básicas e gerenciais, tais como: noções de direito do trabalho e cidadania e habilidades e competências que caracterizam o trabalho atualmente, além de instruções sobre higiene e procedimentos – é que surgiu o questionamento que pautou esta dissertação.

No ano de 2001 iniciei meu trabalho como educadora social da Escola Sindical 7 de Outubro, vinculada à CUT<sup>1</sup>, na qual assumi as aulas de formação ampla, ou de cidadania, como eram informalmente tratadas, para os alunos dos cursos oferecidos em parceria com a PBH<sup>2</sup>. Nesses cursos, a Escola Sindical, atua como parceira da Prefeitura, assumindo a execução pedagógica dos mesmos.

A equipe pedagógica – educadores, técnicos da PBH e supervisores da Escola Sindical – reunia-se semanalmente para discutir sobre as dificuldades encontradas e os encaminhamentos necessários para aperfeiçoamento do programa.

Os educadores assumiram o compromisso de manter uma rotina de registrar os fatos mais relevantes, como um caderno diário. De maneira que mantivéssemos um processo de constante reflexão acerca dos trabalhos.

No meu caso, em particular, a questão da construção da cidadania era o aspecto central a ser observado. Minhas aulas tinham por objetivo a formação do cidadão. Porém, durante o transcorrer das atividades, o debate com os alunos em sala e, principalmente, as conversas mantidas fora dela, levaram-me aos questionamentos iniciais que orientaram esta pesquisa.

Estas questões já me acompanhavam desde minha experiência como educadora de jovens e adultos, no Centro Pedagógico da UFMG. Durante dois anos, fiz uma especialização na Faculdade de Educação e lecionava geografia no PEFJA<sup>3</sup>, para duas turmas por semestre.

---

<sup>1</sup> CUT – Central Única dos Trabalhadores

<sup>2</sup> PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

<sup>3</sup> PEFJA – Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos da UFMG

Nesse período, a literatura que passei a ter contato, exaltava a relação educação-cidadania, tratando a primeira como uma ponte para a segunda. Dessa forma, a educação passou a ser a condição fundamental para a universalização da cidadania.

Essa relação passou a ser exaltada pelos mais diferentes atores sociais. Mídia, governantes, trabalhadores, educadores, agências multilaterais de desenvolvimento e outros organismos internacionais, todos passam a tratar a educação como uma ponte para a cidadania<sup>4</sup>.

Porém, apesar do discurso público acerca da importância da educação básica para a construção da cidadania, não havia garantia de acesso universal na educação de jovens e adultos, aos que desejavam e necessitavam retornar para a escola. Essa dualidade, leva a um questionamento necessário para o entendimento do contexto: o que é cidadania afinal?

Este debate me levou a uma reflexão acerca do conceito de cidadania e minha dissertação de graduação foi voltada para analisar essa relação educação-cidadania. Assim, iniciei minhas pesquisas sobre este conceito.

Quando fui convidada a lecionar sobre “cidadania” acreditei que poderia contribuir com uma parcela da sociedade, habitualmente privada de seus direitos.

Ao encontrar no Qualificarte, um público que apresentava em média quatro anos de escolarização, para quem eu deveria ensinar como ser cidadão, quando percebi que a questão não era tão simples quanto o discurso fazia crer.

Afinal, cidadania não se aprende, se constrói. Dessa maneira, minha questão inicial passou a ser a seguinte: o que eu deveria trabalhar em sala de aula com meus alunos?

As aulas foram acontecendo e, em um processo gradual, as questões discutidas em sala surgiram das dificuldades comuns, que eram vivenciadas no cotidiano e relatadas nos encontros das turmas.

---

<sup>4</sup> Essa relação é explicitada através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, orientações do Ministério da Educação, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, como verifica-se na seguinte afirmação: “diante dessa conjuntura, a uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas como prática efetiva.” (Introdução 1998:21).

Esse processo me permitiu investigar junto ao público qual a noção que eles tinham de cidadania. E, para minha surpresa, cidadania significava, para a maioria dos cursistas, o comportamento correto perante a lei e a autonomia proporcionada pelo trabalho. O conceito aparecia muito mais relacionado as obrigações do que aos direitos. Porém, entre os direitos relatados, quase que de forma unânime, encontrei o direito à liberdade e ao trabalho.

Outra questão importante observada, era a idéia de que, estar em um curso profissionalizante gerava a expectativa que, ao concluí-lo, estariam todos empregados. A exceção ficava por conta dos cursistas que trilhavam o caminho do trabalho autônomo. Mas, entre estes, a visão era que a profissionalização iria possibilitar-lhes arrecadação financeira imediata.

Desta forma, surgiram os questionamentos que me levaram a inscrever-me no processo seletivo de pós-graduação da Faculdade de Educação, onde ingressei, no ano de 2001. O objetivo que motivou este processo foi o de investigar a construção da cidadania daqueles sujeitos, que se encontravam em situação de intensa vulnerabilidade social e que dispunham de poucos recursos para tornarem-se, por sua própria conta, cidadãos.

Durante o desenvolvimento desse trabalho, ficou evidenciada a necessidade de analisar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, nas quais estão inseridas as ações de educação profissional de nível básico, em particular, aquelas voltadas para o público do Qualificarte, pois são estas políticas que em ações articuladas podem contribuir para o desenvolvimento de uma base material necessária para a construção da autonomia, passo fundamental para a efetivação da cidadania.

Assim, neste trabalho, analisa-se o alcance demonstrado pela PBH, através do Programa Qualificarte, quanto aos seus objetivos de construção ou resgate da cidadania do público da assistência social. Para isto, foram realizadas entrevistas nas quais “egressos” nos fornecem indicações sobre os possíveis benefícios que o curso do Qualificarte lhes proporcionou. A análise destas entrevistas nos permitiu compreender que as ações complementares aos cursos do Qualificarte são necessárias, para que este programa possa contribuir de modo eficaz, para a inserção produtiva dos seus participantes.

A orientação teórica desta investigação, esta referenciada na perspectiva sócio-histórica, por ser esta a concepção mais adequada para a compreensão das origens da vulnerabilidade social que atinge parcela tão significativa da população brasileira, e, conseqüentemente da cidade de Belo Horizonte, além de permitir a compreensão do desenvolvimento histórico da cidadania no Brasil e no mundo.

Quanto aos Procedimentos metodológicos adotados, referenciei-me em minha experiência como educadora no Qualificarte, buscando respeitar as especificidades do público em questão. Desta forma, utilizei-me de entrevistas abertas, apenas estimulando os entrevistados a falarem dos fatos que considerassem relevantes em suas vidas, indagando-os apenas sobre sua compreensão acerca da cidadania ao final dos depoimentos. Vali-me também, de minha experiência como gestora da política pública municipal de desenvolvimento socioeconômico, em Belo Horizonte.

O estudo resultou no presente texto, estruturado em quatro capítulos e aborda aspectos teóricos e práticos, no intuito de conceituar cidadania e assim averiguar as perspectivas de sujeitos em situação de vulnerabilidade social conquistarem esse status.

No primeiro capítulo, apresento o Qualificarte, sua origem, o público que é atendido, seus objetivos e a metodologia desenvolvida para alcançá-los.

No segundo capítulo busquei conceituar a cidadania, à luz dos processos históricos, desde quando foi constituída e das transformações que sofreu, ao longo dos séculos. Para isso, recorri à literatura da história e da sociologia, investigando esse conceito durante o período antigo e depois, seu ressurgimento na sociedade moderna. Faço também uma contextualização histórica acerca do desenvolvimento da cidadania no Brasil.

No terceiro capítulo, apresento os casos estudados, de três egressos do Qualificarte. Escolhi para realizar as entrevistas abertas uma mulher, a Simone, viúva e mãe de família, que já obteve sua sobrevivência pedindo nas portas das casas da cidade; um homem, o Dico, com trajetória de menor infrator, ex-interno da FEBEM; e um jovem, o Alex, na faixa etária do primeiro emprego, e que viveu por dez anos sob um viaduto da cidade com sua família.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Todos os nomes dos citados são fictícios.

O critério que referenciou esta escolha foi o do sucesso na inserção produtiva, uma vez que esta condição é fundamental para a construção da cidadania.

As entrevistas foram qualitativas, realizadas de forma aberta, deixando a critério do entrevistado a revelação da sua história de vida. Foi estabelecida uma única pergunta comum aos três: o que entendiam por cidadania e se consideravam que estavam incluídos nesta categoria.

Os entrevistados deram seus depoimentos, bastante à vontade, sendo que apenas no caso do Dico, em determinado momento da entrevista, ele não esclarece as razões que o levaram de volta às ruas da cidade, em uma situação de vulnerabilidade intensa.

Após apresentar os aspectos mais relevantes da fragilidade social dos três entrevistados, realizo uma análise, estabelecendo relação dos momentos e fatos de suas vidas, com as políticas sociais e o contexto econômico, político e social do país.

Busquei, dessa maneira, identificar as carências sociais dos pesquisados estabelecendo ligação com as políticas públicas sociais, que contribuiriam para a superação dessa conjuntura adversa. Estes procedimentos me permitiram analisar a condição de cidadania de cada um destes sujeitos.

No quarto capítulo, discorro acerca da política pública de trabalho, emprego e geração de renda, onde se inserem as ações de educação profissional de nível básico, e, com o objetivo de estabelecer um paralelo de análise com a experiência de Belo Horizonte, apresento uma experiência que vem sendo desenvolvida no município de São Paulo.

É neste capítulo ainda, que traço algumas linhas sobre a política federal para a área, e seus impactos na política municipal. Mostro que a construção da cidadania dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, não ocorre apenas com a ação da formação profissional. É necessária uma articulação de políticas sociais e ações, que incorporem os diversos setores da sociedade, e as três esferas de governo, e que sejam concebidas, em nível metropolitano, considerando a realidade de conurbação dessas áreas.

Por fim, faço minhas considerações finais, avaliando a eficácia do Qualificarte, de acordo com os objetivos propostos para este trabalho.

Trata-se de uma análise inicial, mas que pretende contribuir para a avaliação dessa importante política pública social, que pode ter papel fundamental na superação dos índices de vulnerabilidade social e efetivamente contribuir para a construção da cidadania.

## Capítulo I

### O QUALIFICARTE:

O Qualificarte é um Centro de Qualificação Profissional, equipamento da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Instituído para oferecer cursos de educação profissional de nível básico aos usuários dos programas assistenciais da Prefeitura.

#### I.1- A Origem

Esse programa de qualificação teve origem em outro que, ao propor fazer a intermediação de trabalho autônomo no município, planejava também oferecer treinamento aos profissionais. Trata-se do “Balcão das Profissões”, (SMDS, 2000) um programa, criado em 1995, pela AMAS – Associação Municipal de Assistência Social – que oferecia aos trabalhadores da área de construção civil como bombeiros, eletricitas, pedreiros e pintores, e da área de trabalhos domésticos como faxineiras, passadeiras e lavadeiras, um equipamento de intermediação de trabalho.

Os serviços da área de construção civil eram contratados mediante orçamento e os domésticos mediante jornadas de quatro ou oito horas de trabalho.

Os profissionais eram recrutados através dos programas sociais da SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – cadastrados em uma central de atendimento, com telefone para contato dos clientes interessados.

Os técnicos da SMDS preenchiam uma ficha a partir das declarações do profissional, que especificava a sua área de atuação. Os clientes ligavam para a central e o técnico encaminhava um dos profissionais que estivesse presente no momento da chamada, apto para a área solicitada. O trabalhador procurava o cliente munido de uma carta de encaminhamento do técnico da SMDS para acertar o serviço.

Para além da intermediação, estava previsto no programa um Centro de Treinamento – CT – que deveria qualificar os profissionais, aprimorando suas habilidades específicas e desenvolvendo ainda habilidades gerenciais de forma autônoma para melhor exercerem o seu trabalho, otimizando seu tempo, seus custos e seus ganhos.

Porém, os diversos problemas que surgiram levaram à extinção do programa de intermediação “Balcão das Profissões”.<sup>6</sup> Eram reclamações de clientes por trabalhos mal feitos, perda do material adquirido, prazos não cumpridos e queixas dos profissionais por serviços executados e não remunerados pelos clientes. Questões que deveriam ser tratadas entre profissionais e clientes, mas que acabavam sendo levadas para a central na tentativa de responsabilização dos técnicos envolvidos no processo de intermediação, sem que os mesmos estivessem aptos a responder por elas.

Desta forma, as equipes da AMAS e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social decidiram pelo fim do programa de intermediação e pela implantação do CT – Centro de Treinamento.

A qualificação profissional já era oferecida pela SMDS através de convênios com entidades executoras, desde o princípio da década de 90. Especificamente voltado para as ações de qualificação profissional, foi elaborado o PROFOR<sup>7</sup> com o objetivo de preparar trabalhadores. Esta formação se processou entre o ano de 1993 e o ano de 1996, basicamente através do Programa Especial de Trabalho e Renda que passou a ofertar por intermédio do Projeto de Formação Profissional, cursos de educação profissional básicos por meio de execução direta dos CAC – Centros de Apoio Comunitário – e da execução indireta através de ONGs – Organizações Não Governamentais – por intermédio da liberação de recursos do tesouro municipal, para manutenção de cursos profissionalizantes nas entidades (PlaNteQ/BH: 2003).

Em decorrência, as ações de qualificação profissional, desenvolvidas pela SMDS, no período de 1993 a 1996, foram formadas:

- 1993: 2.973 pessoas em 168 cursos ofertados;
- 1994: 2.184 pessoas em 134 cursos ofertados;
- 1995: 3.800 pessoas em 247 cursos ofertados;
- 1996: 3.175 pessoas em 203 cursos ofertados.

---

<sup>6</sup> Informações prestadas pelo Consultor Edgar Magalhães, em entrevista dia 15 de agosto, para esta pesquisa.

<sup>7</sup> Programa de Formação Profissional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

No entanto, em 1998, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte cria o Qualificarte, um Centro Público de Qualificação Profissional, originalmente vinculado à Diretoria do Trabalho da então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Após a reforma administrativa implementada em 2001, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) volta a ser Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS) e a Diretoria do Trabalho é substituída pela GEIP – Gerência de Preparação para a Inclusão Produtiva, que assume o Qualificarte.

Os recursos são oriundos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador no âmbito do PLANFOR/PEQ (Programa Nacional de Formação Profissional/Plano Nacional de Qualificação), aporte conseguido através da solicitação à Comissão Municipal de Empregos de BH, embora o Centro de Qualificação conte também com recursos do tesouro municipal.<sup>8</sup>

## **I.2 – O Público**

O Qualificarte atende jovens e adultos, com baixa escolaridade, desempregados e que estão em situação de vulnerabilidade social, encaminhados pelos programas desenvolvidos pela SMAS<sup>9</sup> (SMAS, 2002: 02). São eles:

- Programa Miguilim;
- Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência;
- Programa de Apoio à População de Rua;
- Programa Abrigos;
- Programa de Famílias;
- Programa Liberdade Assistida;
- Crescer;
- Agente Jovem;
- Muriki.

---

8

Esta política se insere no contexto da Política Pública de Empregos, implementada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego desde de 1996.

<sup>9</sup> O Qualificarte tem por objetivo atender os adolescentes e os familiares de crianças e adolescentes em situação de risco social.

As vagas dos cursos são disponibilizadas para estes programas, que fazem a divulgação para os assistidos. Este processo é implementado através de uma estratégia de sensibilização do público para que ele compreenda que é necessário receber uma capacitação para conquistar sua autonomia financeira.

Os interessados fazem a pré-matrícula no próprio programa, mas somente têm a vaga assegurada após o candidato comparecer ao Qualificarte, no período estabelecido, portando documento de identificação para então realizar a matrícula definitiva. Havendo sobra de vagas, elas são disponibilizadas para a comunidade em geral, desde que sejam cidadãos de baixa renda.

Os alunos do Qualificarte caracterizam-se, pela fragilidade social e suas experiências de socialização são em geral vulneráveis. Têm origem em famílias desestruturadas, vitimadas pelo alcoolismo, pelo desemprego e pela violência doméstica, marcas das históricas desigualdades sociais de nosso país.

Os adolescentes e jovens têm 16 anos ou mais, são em geral do sexo masculino e vivem em favelas, vilas e demais bolsões de pobreza de Belo Horizonte. Entre os adultos sobressaem-se as mulheres chefes de família de maioria negra.

Sua vivência escolar, que se constitui em um instrumento importante de socialização, também é precária, parte significativa do público tem em média quatro anos de escolarização.

Quanto ao trabalho poucos apresentam experiências de atividades profissionais regulamentadas, com direitos assegurados. Em sua maioria, vivem de “bicos”, sendo que alguns beiram à marginalidade. Sobrevivem geralmente do comércio informal, muitos são camelôs e biscateiros, embora alguns pratiquem a mendicância ou até mesmo pequenos delitos.

Este histórico leva a uma socialização precária, na medida em que o processo que forma o sujeito social e lhe permite construir conhecimentos é realizado por meio da família, da escola e do trabalho. Por fim, esta realidade resulta em uma auto-estima muito baixa.

Conforme a definição encontrada no documento do Qualificarte, *“trata-se daqueles setores excluídos não apenas do mercado de trabalho, mas também de aspectos fundamentais de socialização”* (SMDS, 2000: 8).

Durante o curso, há um acompanhamento dos alunos que é realizado pelos educadores com o apoio dos técnicos do Qualificarte. Por se tratar de pessoas que

apresentam dificuldades de assumirem compromissos e até mesmo de se organizarem com o objetivo de garantir o tempo necessário para as aulas. Porém, para o sucesso desta ação é fundamental uma boa relação do Qualificarte com os Programas de origem do sujeito. Assim, os problemas que surgem são administrados conjuntamente.

Para garantir a frequência dos cursistas são oferecidos diariamente os vales-transportes necessários para que cada um possa se deslocar para as aulas. Também há um lanche, além das aulas serem programadas apenas para três dias da semana, permitindo aos cursistas manterem alguns dias livres para realizarem “bicos” que permitam auferir alguma renda.

O Programa efetuou a matrícula de 4368 (quatro mil e trezentos e sessenta e oito) pessoas entre junho de 1998 e dezembro de 2002. Dessas matrículas, 3191 (três mil e cento e noventa e uma) pessoas concluíram o curso, recebendo a certificação. Foram organizadas 199 (cento e noventa e nove) turmas distribuídas em 11 (onze) etapas de cursos.

Dessas turmas, 136 (cento e trinta e seis) foram financiadas com recursos do FAT, atendendo a um universo de 2220 (dois mil e duzentos e vinte) concluintes, e 63 (sessenta e três) foram financiadas com recursos do tesouro municipal ou outra fonte de captação, contemplando 971 (novecentos e setenta e um) concluintes.<sup>10</sup>

### **I.3- Os cursos oferecidos**

As atividades realizadas, principalmente em parceria com a Escola Sindical Sete de Outubro, consideram na oferta de seus cursos, as seguintes possibilidades de inserção no Mercado de Trabalho: prestação de serviços (na forma de cooperativas) e inserção no mercado formal de trabalho.

Os cursos oferecidos são geralmente para o exercício de profissões autônomas, como manicuras, terapeutas corporais, jardineiros, pintores de paredes, salgadeiras e congelistas, além de produção de artesanatos diversos (cestas de papel, velas, bijuterias, entre outros). Mas existem também os cursos de camareiras, padeiros, atendentes de comércio e escritório entre outras profissões, visando a incorporação no mercado de trabalho formal.

---

<sup>10</sup> Cf. SMAS/GEIP, 2003; (Tabela anexa).

A formação geral tem o propósito de fornecer a estes alunos não apenas uma qualificação específica, orientada para a inserção econômica. Volta-se também para o desenvolvimento de autonomia e o resgate ou mesmo a própria construção da cidadania. Seu conteúdo é formado por “noções de direitos do trabalho e cidadania, relações humanas, auto-estima, higiene pessoal, etc” (SMDS, 2000:4).

Já na formação específica os alunos recebem aulas em que desenvolvem noções teóricas associadas à prática, que serão ministradas conforme o curso. Os cursos da área de alimentação, como por exemplo, o de auxiliar de cozinha e o de cozinheiro industrial, oferecem aulas de higienização, balanceamento nutricional e a preparação de alimentos para a refeição. Para esta última, no caso do auxiliar de cozinha, a habilidade proposta é a de ajudar na preparação de alimentos.

Conforme os documentos da SMDS, o Qualificarte foi compreendido como a passagem do nível da assistência social para se alcançar a inserção socioeconômica (SMDS,2000). Esta perspectiva é apresentada dentro de um leque mais amplo de políticas públicas, que possibilitem a efetiva inserção produtiva dos cursistas.

As atividades práticas muitas vezes são oferecidas fora do Qualificarte. No caso do curso de camareira as aulas práticas ocorrem na própria Escola Sindical 7 de Outubro. Por tratar-se de um equipamento de formação da CUT/MG (Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais), seu público está localizado em todo o estado. Desta forma, está estruturada para receber pessoas do interior, e possui um grande alojamento. É nele que a formação acontece, com o apoio das próprias trabalhadoras da Escola, o que propicia convívios sociais mais amplos aos cursistas.

Também nas aulas realizadas no Qualificarte os educadores buscam desenvolver atividades que estimulem as relações entre os cursistas. Atividades em grupos, lanche coletivo, atividades comemorativas são recursos utilizados para desenvolverem estas relações. O propósito é o de construir o “*espírito de grupo como elemento facilitador do ensino aprendizagem*” (SMDS, 2000:13). As estratégias utilizadas são as mais diversas: dança, vídeo, colagem e palestras.

Para os técnicos do Qualificarte, “*O trabalho em grupo facilita a troca de experiências e de conhecimentos entre os participantes. Durante os cursos são utilizadas técnicas e dinâmicas mobilizadoras de processos de interação grupal*” (SMDS, 2000:15).

Quando da conclusão do curso é organizada uma cerimônia de formatura, para a qual são escolhidos os representantes dos alunos, que serão os oradores. Nestas ocasiões, os participantes comumente levam seus familiares e amigos para compartilharem o evento. Costumam estar presentes nestes eventos os educadores, técnicos e gestores desta política, incluindo a(o) secretária (o) municipal da assistência social.

A oferta dos cursos foi ampliada em quantidade de vagas e em variedade de atividades com a aquisição de mais dois equipamentos (Qualificarte II e Qualificarte III), embora as possibilidades de inserção continuem as mesmas, seja no mercado formal de trabalho, seja no mercado informal.

As perspectivas consideradas pelo Programa para o ingresso no setor produtivo são as seguintes:

- Prestação de serviços autônomos;
- Formação de grupos de produção ou prestação de serviços (na forma de cooperativas), com o apoio do Programa de Apoio às Unidades Produtivas,<sup>11</sup> também vinculados a mesma Diretoria;
- Inserção no mercado formal de trabalho, com o apoio do Programa de Integração ao Mercado de Trabalho,<sup>12</sup> ou da alocação do público em serviços prestados pela própria PBH (SMDS, 2000:4).

Para uma melhor compreensão do processo, se faz necessária uma diferenciação entre as esferas do mercado de trabalho, comumente tratadas por mercado formal e mercado informal.

MATTOSO, (1999:16), define mercado formal como: “(...) aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantam proteção aos trabalhadores, tais como a Previdência Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro desemprego”.

---

<sup>11</sup> Este programa foi extinto através da Reforma Administrativa após a criação da GEDE – Gerência de Planejamento das Ações de Desenvolvimento Socioeconômico – vinculada a SCOPLAN - Secretaria de Coordenação Municipal de Planejamento, Orçamentos e informação – e tem o papel de desenvolver ações de inclusão produtiva para o público das políticas sociais da PBH;

<sup>12</sup> Idem;

No dicionário da Educação Profissional a distinção indicada entre mercado formal e informal é a da regulamentação do exercício das atividades e das relações econômicas do setor formal da economia. Estas são decorrentes da reestruturação econômica, diluindo as fronteiras entre os setores formal e informal, já que o primeiro tende a incorporar os elementos característicos do segundo, como as precárias relações de trabalho e a falta de instrumentos de proteção legal e social aos trabalhadores do mercado formal (ZAULI, 2000:206).

#### **I.4- As instalações**

Nos primeiros anos de atividade o equipamento era restrito as instalações do bairro Gameleira, mas desde o ano de 2001, o Programa conta com mais duas instalações: o Qualificarte II e o Qualificarte III. O Qualificarte II está localizado na Regional Leste, na Vila Mariano de Abreu e atende à comunidade local. O Qualificarte III atende preferencialmente às pessoas portadoras de deficiência maiores de 16 anos.

Com a ampliação do programa, a GEIP, através de um convênio, passa a contar com a parceria de várias entidades de educação profissional, vinculadas ao FEED – Fórum de Entidades de Educação Profissional – para viabilizar o atendimento a um número maior de cursistas.

#### **I.5- A Metodologia**

Diante da especificidade do público da assistência social, os cursos profissionalizantes regulares seriam inadequados para atendê-lo. O Qualificarte busca desenvolver uma metodologia adequada ao público em questão.

Diferenciando-se do modelo padrão dos cursos profissionalizantes oferecidos historicamente pelo Sistema S,<sup>13</sup> ou dos cursos ofertados pelo PLANFOR/PEQ,<sup>14</sup> o Qualificarte busca oferecer uma formação que considere as necessidades do trabalhador e não simplesmente as demandas do mercado de trabalho. Referenciando-se no educador

---

<sup>13</sup> Sesi/Senai, Sesc/Senac, Sest/Senat, Sebrae e Senor;

<sup>14</sup> Programa Nacional de Formação e Requalificação Profissional e Plano Estadual de Qualificação, instituído conforme as diretrizes atuais da Política Pública de Emprego;

gaúcho GAUDÊNCIO FRIGOTTO,<sup>15</sup> o que se busca construir através da perspectiva de educação profissional apontada pelo Qualificarte é um modelo onde:

“A questão principal colocada por Frigotto, com relação a estas propostas é como instaurar uma prática educativa que visa a omnilateralidade do homem trabalhador e que requer a formação politécnica, no interior de relações sociais de produção que organizam a esfera de trabalho produtivo e improdutivo sob a lógica da unilateralidade do homem – voltado para o mercado de trabalho, e que demandam a “polivalência” do trabalhador? Em outros termos, como buscar e organizar o processo educativo na ótica do trabalhador e não do fetiche do mercado de trabalho? (SMDS, 2000:1)”

O conceito de polivalência remete para uma formação que propicia ao educando uma capacitação necessária não apenas para um emprego, mas para uma “família de empregos qualificados” (SMDS,2000:2), possibilitando-lhe a compreensão do seu papel no contexto geral da produção, seja em suas bases técnico-científicas, quanto socioeconômicas.

O objetivo é oferecer uma formação que:

“(…) conjugue a aquisição de habilidades e destrezas genéricas e específicas como desenvolvimento de capacidades intelectuais e estéticas. Implica não só a aquisição de possibilidades de pensamento teórico, abstrato, capaz de analisar, de pensar estrategicamente, de planejar e de responder criativamente a situações novas, mas de capacidades sócio-comunicativas de modo a poder desenvolver trabalho cooperativo em equipe e conhecimentos ampliados que possibilitem a independência profissional”.(SMDS, 2000:2).

Ainda de acordo com o documento do Qualificarte, no momento em que as demandas pela formação profissional são coincidentes, tanto para o capital, quanto para os trabalhadores, o primeiro porque precisa de um trabalhador mais qualificado e o segundo, porque deseja democratizar a formação recebida, abre-se a perspectiva para a construção de uma educação polivalente. O texto alerta para a positividade do fato,

---

<sup>15</sup> Doutor em educação pela PUC/SP e professor titular na área de Economia Política da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense;

ainda que ele represente um controle maior pelo capital tanto sobre o processo produtivo quanto sobre os trabalhadores.

FRIGOTTO (1998), define os processos educativos centrados na perspectiva politécnica como projetos democráticos, e afirma que eles estão situados “na contra-hegemonia ao projeto neoliberal”. Para este autor, “A disputa contra-hegemônica dá-se no âmbito valorativo dos conteúdos e métodos das experiências teórico-práticas de educação básica e formação técnico-profissional” (FRIGOTTO, 1998:45).

Este autor destaca que, a formação profissional deve ser oferecida após a conclusão da educação básica, ou considerando-se a atual situação das classes populares no país, ela possa ser ofertada em concomitância, mas com a ampliação da carga horária. Se oferecida por um sistema público, ou pelo Sistema S, o autor propõe que seja gerido de forma tripartite, ou seja, abrindo para a participação do Estado e dos trabalhadores, para junto com os empresários atuarem na gestão dos recursos e na condução política, filosófica e pedagógica da formação profissional.

No caso dos cursistas do Qualificarte, que apesar de serem estimulados pelos educadores e técnicos para o retorno à escola formal, eles não têm sua vaga assegurada na educação de jovens e adultos. Nem no ensino fundamental, tampouco no ensino médio, este ainda mais difícil diante do grande aumento de demanda verificado nos últimos anos. A conclusão da educação básica fica a cargo do indivíduo, que a partir de sua própria capacidade pode ou não obter uma vaga no sistema público.

## **I.6- A Avaliação**

O Qualificarte está atualmente em processo de debate acerca dos critérios de avaliação dos alunos e dos cursos. Durante os encontros de formação para a XI etapa de cursos, os profissionais envolvidos (técnicos, educadores e os coordenadores), debateram a questão e definiram quatro instrumentos para nortear a avaliação, conforme destaque a seguir:

### **1) Concepção que norteia o trabalho:**

- a avaliação deve ser processual, deve estar presente em todos os momentos da ação pedagógica;
- a avaliação deve refletir a confiança existente na relação formador/ aluno;
- não deve ser utilizada como punição ou pressão para os alunos;

- os alunos devem participar efetivamente de todo o processo de avaliação e certificação;
- não deve priorizar apenas os aspectos técnicos;
- devem ser respeitados os ritmos diferenciados de cada aluno;
- a avaliação deve despertar, também, o desejo do aluno aprender;
- deve auxiliar o formador a redefinir o trabalho ou aprofundá-lo quando necessário.

## **2) Objetivos da avaliação:**

- apontar progressos e dificuldades dos alunos para superar os mesmos;
- verificar se os objetivos definidos no planejamento dos cursos estão sendo alcançados;
- refazer o processo de ensino/aprendizagem quando necessário;
- estimular os alunos para que se tornem profissionais polivalentes no trabalho a ser realizado;
- possibilitar que nossos alunos estejam aptos a ser inserirem no mercado de trabalho.

## **3) Quem avaliar:**

- todos os sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de ensino/ aprendizagem (formadores, alunos, programas, coordenação, equipes de apoio, entidades onde são realizadas as vivências etc).<sup>16</sup>

Apesar da importância do processo avaliativo para um projeto de formação, esta questão agora é que começa a ser debatida de forma mais cuidadosa pelos profissionais do Qualificarte, e está atualmente em processo de elaboração.

## **I.7- Os objetivos**

O Qualificarte busca proporcionar a essa parcela da sociedade, dependente da assistência pública para sua sobrevivência, não apenas ações de proteção social, “que resgate no município o verdadeiro sentido de ‘cidadania’” (SMDS, 2000; 2).

---

<sup>16</sup> Informação fornecida pela técnica Marília Dornellas do Qualificarte, via e-mail (anexo)

Esta política pública implementada pela PBH tem como objetivo geral a perspectiva de “contribuir para a formação de cidadãos capazes de agir construtivamente no terreno econômico, social e político” (SMDS,2000:9)

Como objetivos específicos, o documento apresenta os seguintes:

- Oferecer uma formação sócio-profissional, para o público usuário dos programas de proteção social da SMDS, visando disponibilizar ao sujeito em situação de exclusão e vulnerabilidade social, possibilidades de aquisição de conhecimentos plurais para sua autonomia e promoção social;
- Ultrapassar o mero assistencialismo, criando possibilidades, por meio da formação sócio-profissional, de inserção do sujeito excluído da produção econômica e dos bens simbólicos, na organização social e econômica;
- Possibilitar ao sujeito a capacidade de construir uma reflexão crítica da sociedade;
- Oferecer capacitação técnica nas áreas de atividade econômica: escritório, informática, higiene e beleza, alimentação, vestuário e construção civil (SMDS, 2000:9).

Desta forma, o Qualificarte visa capacitar os cursistas com habilidades e competências requisitadas atualmente pelo mercado de trabalho. Além de oferecer uma formação ampla capaz de formá-los de maneira crítica e com consciência de seus direitos e deveres. É a formação do cidadão trabalhador.

É importante destacar que apesar da clareza dos objetivos e da metodologia adotada para alcançá-los, conforme podemos perceber pelo documento divulgado, o Qualificarte não possui um acompanhamento do Programa que permita a produção de uma avaliação sistemática dos resultados. Sendo assim, não há informações acerca da eficácia do Qualificarte, seja no sentido da geração de renda, seja no sentido do desenvolvimento da cidadania e de uma postura mais positiva diante da vida.

O retorno do desempenho do Programa é aferido junto aos demais programas sociais, durante o processo de captação e acompanhamento do público. Conforme o Qualificarte, nas reuniões realizadas os técnicos dos programas relatam haver “indícios de crescimento da autonomia, da auto-estima, e maior oportunidade de acesso à geração de renda dos alunos que concluíram os cursos”. (SMDS, 2000:14).

O Programa manifesta a intenção de desenvolver uma pesquisa de dimensão econômica e social para aferir as mudanças quanto à renda obtida e ao desenvolvimento das condições para a inserção social.

Mas, apesar disso, já se passaram cinco anos desde sua implementação e ainda não foi divulgado nenhum levantamento de seus resultados.

## Capítulo II

### **CIDADANIA: UM CONCEITO EM PERMANENTE EVOLUÇÃO OU UMA CONDIÇÃO EM EXTINÇÃO?**

“Há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual e nem tudo deve ser diferente... Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. (Boaventura de Souza Santos)

No mundo contemporâneo muito se ouve falar em cidadania. Presente no discurso dos políticos, da mídia, dos intelectuais, dos trabalhadores e até mesmo das pessoas mais vulneráveis da sociedade. Fortemente relacionada com uma vida digna, passou-se a tratar a educação como uma estrada para sua construção. Enfim, cidadania tornou-se a chave para a afirmação de uma sociedade justa.

Esse consenso em defesa da cidadania enquanto valor universal nem sempre foi assim. Apenas na década de oitenta, particularmente após os eventos da *Glasnot* e da *Perestroika* na ex-União Soviética e da queda do Muro de Berlim, na antiga Alemanha Oriental, é que a cidadania passa a ser tratada com essa ênfase.

No Brasil, esse período coincide com a abertura democrática, com a realização da Assembléia Nacional Constituinte, e com a retomada dos direitos políticos.

Mas, o que é cidadania afinal?

*“Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar e ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais” (PINSKY, 2003: 9).*

Esta conceituação, porém, expressa o significado moderno de cidadania. Um conceito que se construiu em um processo histórico, desde a ascensão da burguesia. E que, para chegar a este entendimento contemporâneo foi objeto de muitas lutas, em diferentes momentos históricos, comandadas por diferentes atores, mas que teve sempre na adesão da classe trabalhadora a garantia do apoio popular necessário para sua conquista.

BOBBIO, (1992:2), em conferência pronunciada no ano de 1967 em Turim, esboça as várias fases da história dos direitos do homem, desde quando proclamados, passando por sua afirmação enquanto direito positivo no seio dos Estados Nacionais modernos e se constituindo em direito universal no sistema internacional.

Ainda este autor, em “A Era dos Direitos” trata, conforme sua definição, “do significado filosófico-histórico da inversão ocorrida na relação entre Estado e cidadãos” (BOBBIO;1992:4). Sua pesquisa, porém, restringe-se ao período de formação do Estado moderno, burguês, quando os direitos do homem são proclamados nos documentos de fundamentação das Revoluções Americana, Francesa e Inglesa.

Porém, os primeiros pesquisadores que se dedicaram ao estudo sobre a origem da cidadania, buscaram nos clássicos as experiências gregas e romanas, onde encontraram referências ao exercício da cidadania.

## **2.1. Cidadania no Mundo Antigo**

De acordo com GUARINELLO (2003), destas experiências, extraímos a idéia da cidadania enquanto democrática, participativa, onde os cidadãos decidiam os destinos da comunidade, de soberania popular e de liberdade individual, que, entretanto, é uma idéia falsa.

Na Grécia Antiga, a cidadania era exercida por uma minoria da população. A democracia ateniense era exercida somente por homens atenienses, com mais de 21 anos de idade, filhos de pais atenienses.

Semelhante à Grécia, em Roma, a cidadania também era exercida por poucos, porém o critério era outro. Apenas os grandes proprietários de terra possuíam o direito de voto, ou seja, o voto era censitário (FUNARI, 2003). Mais tarde foi concedida a cidadania romana a pessoas de diferentes partes do Império: os povos conquistados.

No caso romano, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito. Conforme FUNARI (2003), cidadania é uma abstração derivada da junção de cidadãos e, só é possível existir o coletivo, caso exista antes os cidadãos.

Tanto na Grécia como em Roma, a cidadania era exercida diretamente: o cidadão propunha e aprovava leis, diferentes de hoje, já que nós somente escolhemos nossos representantes.

Mas, em primeiro lugar, é importante frisar que tais experiências, como a das Cidades-Estado, apesar de sua importância histórica, eram localizadas. No caso em questão, situavam-se às margens do Mediterrâneo e, assim, estavam circunscritas geograficamente a determinado território.

Portanto, estes processos não ocorreram em todas as civilizações da Antigüidade, e sua relevância refletiu-se essencialmente na Europa e no novo mundo, resultado do processo de colonização européia, que foi onde, posteriormente, se desenvolveu o conceito moderno de cidadania.

Em segundo lugar, conforme exposição anterior, vimos que esta cidadania não era para todos os residentes das Cidades-Estado, mas apenas para uma parcela da população.

Na Grécia antiga, o solo pobre que levava à baixa produtividade das lavouras de trigo e outros cereais. Esse fato aliado a facilidade de navegação, gerada pelo litoral extremamente recortado e pela proximidade das ilhas, impulsionou os gregos à conquista de outros territórios.

Em sua expansão, levaram consigo uma forma peculiar de organização: as Cidades-Estado. Suas experiências difundiram-se através de suas colônias, que foram o meio utilizado por este povo para disseminar sua religião e seus hábitos por toda a extensão do Mediterrâneo.

Sua fundação não se devia à ação do Estado, mas sim à de um grupo, liderado por um chefe que era o encarregado de levar o fogo sagrado e que, então, saía da cidade à procura de um local onde pudesse se estabelecer e construir cidades independentes, ligadas à cidade de origem apenas pela religião. Esse tipo de colônia se denomina *apoequia*.

Os gregos constituíram colônias na região da Sicília, no sul da Itália, na Turquia, na Índia, em Portugal e no Sudão. Nestes territórios desenvolviam principalmente a

agricultura, mas também outras atividades como o comércio, que em alguns deles atraíram grande número de estrangeiros elevando em muito o número de escravos.

Assim, as classes que tiveram sua participação política negada, aumentaram em número, agrupando-se na cidade propriamente dita. Esse agrupamento levou a uma conscientização da força que possuíam e que ignoravam, pois até então, viviam em dispersão na atividade agrícola.

Neste período, surge também a moeda, o que permite a constituição de riquezas móveis, levando a um contexto de revoltas das classes sociais desfavorecidas. Teve início uma sucessão de lutas políticas até que se promulgaram leis para regulamentarem as relações de classe. Os luxos excessivos foram o alvo das preocupações dos legisladores, que responderam com leis restritivas, relativas ao uso de jóias femininas e cortejos fúnebres.

Define-se cidade-estado como: “(...) um território agrícola composto por uma ou mais planícies de variada extensão, ocupado e explorado por populações essencialmente camponesas (...)” (GUARINELLO,2003: 32).

Nelas, a terra que era dividida em lotes, pertencia a algumas famílias, que extraíam dela os víveres necessários para sua sobrevivência, essencialmente trigo, vinho e azeite. As grandes propriedades eram criadas a partir da apropriação individual de pequenos lotes pelos membros da comunidade.

A origem desta organização social está no fechamento de determinados territórios agrícolas para proteção das terras cultivadas contra invasões. Esse processo ocorreu ao longo de séculos, através da organização coletiva da população local.

A estrutura comunitária era aplicada também para a superação das tensões, que eram tratadas através de mecanismos públicos, garantida a participação dos cidadãos que o quisessem.

A Grécia Antiga era composta por mais de cem cidades-estado, de forma que não é possível aqui investigarmos a evolução da cidadania em todas elas, nem tampouco, é o objetivo deste capítulo. Portanto, irei me ater apenas às duas cidades maiores e mais importantes: Atenas e Esparta.

Em Esparta, uma cidade agrícola, formada por: espartanos, grandes proprietários de terras; *periecos*, trabalhadores livres e por *hilotas*, que estavam sujeitos às condições, a cidadania era restrita. Apenas os espartanos poderiam ser considerados cidadãos

plenos, já que eram os únicos que compunham os órgãos políticos, e os *periecos* não possuíam direitos políticos.

Esparta mantinha uma legislação severa, vinculada à características bélicas. A noção de cidadania que apresentavam era distinta de Atenas, pois apenas os espartanos adultos tinham direito de participar da Assembléia Popular, a *Ápela*. Existia um conselho aristocrático, a *Gerúsia*, além da *Diarquia*, um governo de dois reis. Essa forma política cristalizou-se e não sofreu alterações.

Em Atenas encontramos uma evolução histórica distinta: monarquia, oligarquia, tirania e, finalmente, a democracia. Neste último estágio de evolução, em Atenas fixou-se o conceito de cidadão. Apenas esses podiam participar da vida política votando e criando leis. Porém, eram considerados cidadãos apenas homens adultos atenienses, ficando excluídos crianças, mulheres, escravos e estrangeiros.

A sociedade ateniense era formada por *eupátridas*, os proprietários das maiores e melhores terras; os *geogórgos*, que eram os pequenos proprietários; os *thetas*, que não possuíam terras; os *demiurgos*, que eram responsáveis pelo comércio local, e, os escravos.

No século X a.C., os atenienses iniciam um outro processo de colonização, esse sim orientado pelo Estado: trata-se das *olerúquias*. Seus imigrantes conservavam os direitos de cidadania, mesmo indo viver fora dos domínios da cidade de origem.

As constantes lutas entre as classes, a instabilidade e o crescimento da Pólis motivaram o surgimento de reformas. Em 621 a.C. foram criadas as leis escritas, em 594 a.C. a sociedade foi dividida censitariamente, criaram-se órgãos e instituiu-se a Democracia.

Para GUARINELLO (2003), Atenas é o principal exemplo de cidade que desenvolveu progressivamente formas mais abertas de poder participativo: a democracia. Conforme este autor, conhecer este processo é fundamental pois, a democracia ateniense possui grande relevância no imaginário político até os dias atuais, e: “O caso mais exemplar foi o de Atenas, modelo para muitas cidades-Estado, onde a participação estendeu-se ao conjunto da população masculina cidadã e a democracia se manteve por quase dois séculos.” (GUARINELLO,2003: 40)

As profundas desigualdades que existiam no seio das sociedades das antigas cidades-estado geraram as divisões internas que levaram ao processo de decadência da Grécia Antiga. (GUARINELLO, 2003)

O envolvimento em guerras para buscar ampliar suas influências levará Atenas e Esparta à Guerra do Peloponeso, com a derrota da primeira para a segunda. O constante desentendimento bélico entre as cidades gregas termina por levar a Grécia à fragilidade e assim, possibilita a Felipe II, da Macedônia, sua conquista.

Roma, que também era uma cidade-estado, unifica todas as demais cidades-estado do Mediterrâneo, transformando-se no poderoso Império Romano.

GUARINELLO (2003) chama a atenção para o fato de que Roma, onde a cidadania era mais aberta do que regra geral, conseguiu unificar a Itália sob sua égide. Mas, de acordo com este autor, Roma deixa de ser uma cidade-estado quando incorpora as demais.

O alargamento da população submetida ao Império Romano, não permitia a permanência de estruturas políticas comunitárias próprias ao pequeno mundo de uma cidade-estado. Para este autor: “As estruturas políticas da antiga cidade-estado de Roma, com suas velhas instituições (magistraturas, assembleias, Senado) e seu caráter oligárquico não conseguiam mais dar conta do jogo de pressões e de interesses conflitantes de um espaço tão vasto.” (GUARINELLO, 2003: 44).

É o fim da cidadania desenvolvida no mundo antigo, a cidadania da exclusão. As desigualdades que permearam a sociedade da cidade-estado geraram permanentes tensões entre as classes, tendo como consequência a fragilização das mesmas. E, só voltaremos a falar no surgimento do novo cidadão, com a entrada na Idade Moderna, muitos séculos depois.

## **2.2. Cidadania moderna: evolução histórica**

“Quando falamos, escrevemos ou pensamos sobre a cidadania jamais podemos olvidar que ela é uma lenta construção que se vem fazendo a partir da Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana e Francesa e, muito especialmente, pela Revolução Industrial, por ter sido esta que trouxe uma nova classe social, o proletariado, à cena histórica. Herdeiro da burguesia, o proletariado não apenas dela herdou a consciência histórica do papel de força revolucionária como também buscou ampliar, nos séculos XIX e XX, os direitos civis que ajudou a burguesia a conquistar por meio da Revolução Francesa. E com isso abre-se o leque de possibilidades para que as chamadas minorias possam ser abrangidas pelos direitos civis. Contudo, essa é uma história que ainda se escreve. Tem um grande passado, mas esperemos que tenha ainda um maior e melhor futuro.” (NILO ODALIA, 2003: 168)

O processo de construção da cidadania burguesa foi sistematizado pelo sociólogo T.H.MARSHALL, que em 1963 traça o histórico da fundamentação da cidadania.

Para este autor, os três elementos que constituem a cidadania são os direitos civis, os direitos políticos e os sociais. Em sua pesquisa, MARSHALL esclarece que tais direitos se constituíram separadamente.

Os direitos civis são os primeiros a serem estabelecidos, e poderia se dizer que seu período abranja o século XVIII, embora em seu conjunto, eles tenham se constituído de forma gradual. O início desse processo data do século XII, quando foi criada a justiça real, para defender os direitos dos indivíduos, conforme o estabelecido na época. (HOBSBAWN, 1994) Mas, como veremos a seguir, é com as Revoluções Francesa, Americana e Industrial que ele deslança. (ODALIA, 2003)

Entre os atributos deste direito encontramos a liberdade, o direito à propriedade, à segurança e o direito ao trabalho, escolhendo a ocupação conforme o desejo individual.

Já os direitos políticos, ainda conforme MARSHALL, fazem sua primeira tentativa de vir à tona no século XIX, antes da *Lei de 1832*, na Inglaterra, que estendeu os direitos políticos existentes aos novos setores da população. Époça em que os direitos civis já estavam consolidados. O autor esclarece que os direitos políticos já existiam no século XVIII, e para ele, sua deficiência estava na sua distribuição e não em seu conteúdo. Essa ampliação da distribuição dos direitos políticos vai se dar ao longo do século, como um produto secundário dos direitos civis (MARSHALL, 1963). Durante o século XX, ele passa a ser associado ao *status* de cidadania e se constitui como um direito enquanto tal.

Ainda neste século, embora o autor faça questão de ressaltar um “entrelaçamento” dos direitos políticos com os direitos sociais, estes últimos vão se consolidar. Marshall os trata como herdeiros da Lei dos Pobres - *Poor law* -, criada pela legislação elisabetiana em 1601, que:

“(...) tinha feito dela algo mais do que um meio para aliviar a pobreza e suprimir a vadiagem, e seus objetivos construtivos sugeriam uma interpretação do bem-estar social que lembrava os mais primitivos, porém mais genuínos, direitos sociais de que ela tinha, em grande parte, tomado o lugar”. (MARSHALL, 1963: 71)

A Lei dos Pobres fazia parte de um sistema que tentara ajustar a renda às necessidades sociais. Quanto aos direitos sociais, podemos afirmar que:

“(…) O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por exemplo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais.” (MARSHALL,1963: 63-64)

Mas, iremos conferir a seguir, os caminhos percorridos para se chegar a este conceito de cidadania, e seus percursos até o contexto atual.

MONDAINI, (2003), afirma que, com a entrada na modernidade uma nova visão de mundo se impôs progressivamente. Esse processo levou a uma reflexão acerca dos princípios que regulavam as relações sociais até então. O “desenvolvimento de uma consciência histórica da desigualdade” (MONDAINI, 2003: 116) propicia o questionamento das razões dessa desigualdade, levando a um reconhecimento de que este processo tem origens.

A burguesia, apoiada pelas massas populares, conquista o poder e põe fim à “obscura Era dos Deveres”, dando início à “promissora Era dos Direitos” (MONDAINI, 2003: 116).

Ao analisarmos os fatos históricos deste período, podemos perceber que a história do desenvolvimento da cidadania moderna, confunde-se com a própria história da afirmação da burguesia como classe hegemônica e do desenvolvimento do sistema capitalista.

Ainda conforme este autor, “Essa historicização da desigualdade servirá de pano de fundo para uma das mais importantes transformações levadas a cabo na trajetória da humanidade: a do cidadão/súdito para o cidadão/cidadão.” (MONDAINI, 2003: 116)

Estava em curso uma transformação revolucionária no processo de aceitação da desigualdade por vontade divina, como fato natural. Era o início de um processo onde, no transcorrer de três séculos desde as revoluções burguesas, a cidadania sofreu transformações até alcançar a concepção de processo de inclusão total, de acordo com MONDAINI (2003), uma leitura contemporânea.

A Inglaterra, no século XVII teve um importante papel na formação das várias dimensões do novo mundo e, portanto do estabelecimento dos direitos civis.

MONDAINI afirma que se tratou do ponto de partida para o estabelecimento dos direitos da cidadania. (2003) A revolução política ocorrida naquele país (1660-1688) pavimentou o caminho para a Revolução Industrial, transformando o processo inglês em modelo de transição para o capitalismo industrial.

A conciliadora solução da adoção da monarquia constitucional permitiu uma composição entre as classes sociais burguesa e aristocrática, sendo que a primeira classe assume o controle do Estado e adota a orientação capitalista favorecendo o crescimento econômico.

Aliada a estes fatores, estava a ética protestante, que convivia em harmonia com a racionalidade econômica capitalista, adotando a perspectiva do lucro e do individualismo. Para HILL, a Revolução Inglesa é: “ (...) o momento em que o poder estatal troca de mãos para as de uma nova classe social, abrindo caminho para o modo capitalista de produção.” (HILL,1987 In: MONDAINI,2003: 122)

O estabelecimento do lucro permitiu o pleno desenvolvimento do sistema capitalista que, apoiado na nova moral fundamentada na ética do protestantismo, implementou uma ação humana sem limites no mundo material.

O Papel do individualismo no desenvolvimento deste processo de transformações tão radicais também merece destaque. MONDAINI (2003) cita Hobbes e seu modelo individualista onde, através de um “contrato social” os indivíduos criaram o Estado.

O pensamento hobbesiano favoreceu o indivíduo, pois em sua lógica este vem antes do Estado, que é fruto de uma invenção artificial do homem, e portanto, é resultado da vontade consensual dos indivíduos e seu fim último é a proteção do indivíduo contra possíveis ações despóticas do próprio Estado.

Esse filósofo inglês apresentou o Estado em uma perspectiva moderna e suas idéias contribuíram para o surgimento do liberalismo de John Locke e para a afirmação dos direitos civis através do surgimento da perspectiva de um “Estado de direito, um Estado dos cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas sim por uma Carta de Direitos” (MONDAINI, 2003: 129).

A Revolução Americana, que teve início no ano de 1776, também teve importante papel no desenvolvimento dos direitos civis.

SINGER, (2003), afirma que foi pioneiro o papel da Revolução Americana na formulação dos direitos humanos porque aquele povo fundamentou a sua luta por independência nos princípios da cidadania.

No documento de Declaração de Independência dos EUA é proclamado o direito à igualdade entre os homens, que são apresentados como possuidores de direitos inalienáveis como à vida, à liberdade, à busca da felicidade e que o papel dos governos é assegurar tais condições.

Inspirados nos puritanos que fugindo da perseguição religiosa abandonaram a Inglaterra a bordo do Mayflower, em 1620, e naquela ocasião redigiram o Mayflower Compact, um documento onde se comprometiam com leis iguais e justas, os liberais norte-americanos escreveram sua Declaração de Independência. (KARNAL, 2003)

Apesar destas idéias estarem expressas em seus documentos mais significativos, de terem escolhido como representantes do movimento de independência os puritanos autores do Mayflower Compact e de criarem leis que pretensamente garantiriam justiça e igualdade, a cidadania que se inventa nos EUA, assim como na Inglaterra, é uma cidadania de cunho liberal, restrita. Inspirada nas idéias de Locke e que limitava a igualdade política a um pequeno grupo somente.

Os revolucionários norte-americanos fizeram grande uso estético e político do modelo de cidadania da Grécia clássica (KARNAL, 2003), e, assim como os gregos, excluíram dessa condição os escravos, que neste caso eram os negros capturados no continente africano, as mulheres e os estrangeiros.

Os povos indígenas que habitavam o território das 13 Colônias, antes da chegada dos colonizadores brancos, sofreram as conseqüências do processo de expansão da sociedade capitalista e de seu modo de apropriação e transformação da natureza, sendo praticamente dizimados.

Já as mulheres, os estrangeiros e os negros irão conseguir superar a cidadania liberal excludente, através de muita organização e de muitas lutas, também apoiados nos princípios de igualdade e liberdade dos documentos fundacionais da nação, quais sejam a Declaração de Independência e a Constituição de 1787.

Para KARNAL, após a independência: “não havia mais um Parlamento distante a culpar, mas um governo próximo. A Revolução não terminava com o gesto de 1776, nem com a Constituição.” (KARNAL, 2003: 145)

Pode-se afirmar que a ação dos revolucionários norte-americanos teve influência decisiva para a construção de uma nova concepção de política e para as transformações ocorridas nos conceitos de liberdade e de cidadania. (KARNAL, 2003)

A Revolução Francesa foi, porém, a revolução burguesa que mais permitiu o avanço das transformações que se sucederam ao longo dos séculos XVIII e XIX, no sentido do reconhecimento dos Direitos do Homem.

O início desse processo de reconhecimento dos direitos do homem principia, segundo BOBBIO (1992), com o advento do Iluminismo na França.

Os iluministas perseguiram uma nova ordem mundial, que para eles só poderia ser atingida através do uso da razão. Assim os homens atingiriam o progresso e a felicidade estaria ao alcance de todos. (HOBSBAWN, 1994)

Para isso o ideário iluminista propunha a universalidade, a individualidade e a autonomia. Eram as bases do liberalismo. Através da universalidade visava-se atingir todos os homens, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade assegurava um olhar sobre cada ser humano, reconhecido não apenas como membro da coletividade. E por fim a autonomia, que é o princípio pela qual se afirma a perspectiva de melhoria individual de condições de vida através do trabalho. (BOBBIO, 1992)<sup>17</sup>

Esse modo de pensar e de sentir difundiu-se pela Europa levando a burguesia a desenvolver uma visão crítica da ordem vigente, das tradições aristocráticas e do papel do Estado, propondo então uma nova ordem, um mundo novo, o mundo burguês.

O Estado defendido por eles era constitucional, existindo uma autoridade nacional central com poderes definidos e limitados, e a sociedade civil gozando de amplas liberdades.

É sabido, porém, que a sociedade capitalista, que se consolida neste período, não distribui suas riquezas de forma equitativa, e esta desigualdade na apropriação dos bens produzidos, gera grandes contingentes de pessoas necessitadas de auxílio do Estado para garantir sua sobrevivência.

Nem tampouco o direito ao trabalho, atividade através da qual se garante a autonomia, conforme assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, se faz efetivo. Assim, nos novos moldes de acumulação capitalista, o desemprego e a precarização do trabalho produzem os supranumerários, não integrados e não integráveis socialmente, conforme CASTEL (1999). O processo de expropriação dos meios de produção das mãos dos trabalhadores que encontravam aí, seu meio de subsistência,

---

<sup>17</sup> Cf. também BUFFA (1999)

obrigou a grande maioria a submeter-se às novas condições de trabalho, oferecidas pelas fábricas, dando início ao surgimento de uma nova classe social: a classe operária.

As condições de trabalho a que essa classe foi submetida, porém, as longas jornadas de trabalho, a utilização em larga escala da força de trabalho infantil e feminina, os baixos salários praticados, enfim, as difíceis relações de trabalho geravam grandes resistências ao processo do trabalho fabril. Além de ampliarem as necessidades de assistência pública àqueles que não conseguiam uma vaga de trabalho.

Nas palavras de GARRATY:

“A desgraça é que as grandes forças sociais e econômicas que tornaram o sistema de assistência ao pobre necessário não deixaram de funcionar, na realidade elas aumentaram sem cessar em poder e complexidade. Guerras, derivando de conflitos religiosos assim como políticos e econômicos e travadas por exércitos cada vez maiores, ocorriam quase incessantemente, devastando amplas regiões e destruindo as atividades de camponeses e cidadãos. A tendência ao controle capitalista da manufatura também continuou com seus efeitos desestruturadores sobre a força de trabalho: salários baixos, falta de oportunidades de ascensão, e rápidas oscilações no nível de produção, levando ao desemprego”. (GARRATY,1978 In: SINGER,2003:193)

Essa dura realidade dos trabalhadores alimentava permanentes tensões e vários confrontos. Tal situação se verificou nos diversos países que se industrializaram no continente europeu e também nos Estados Unidos da América, durante os primórdios do capitalismo.

O processo de repressão à resistência ao trabalho já ocorria na Europa há vários anos. Os reis criaram legislações proibindo a mendicância e a “vagabundagem”. Na Inglaterra, em 1601, através da Lei dos Pobres, procurava-se oferecer trabalho aos destituídos. (SINGER, 2003)

Porém, a falta de trabalho era um grave problema e no século XVI ele se acirrou, dificultando a vida por toda a Europa. A sociedade capitalista não superou esta realidade. SINGER (2003), estabelece que a falta de trabalho é inerente ao capitalismo e situações de pleno emprego são excepcionais.

Para enfrentar esse problema, os trabalhadores lutavam pelo direito ao trabalho, como forma de assegurar suas condições básicas de reprodução. Essa questão do direito ao trabalho sempre teve papel fundamental na luta travada pela classe operária em busca de melhores condições de vida.

Em 1848 na França, o Governo Provisório, cedendo às pressões populares, estabeleceu a República, o sufrágio universal e o direito ao trabalho, de uma só vez.

O Decreto de 25 de fevereiro de 1848 estabelecia que: “O Governo Provisório da República assume o compromisso de assegurar a existência do operário pelo trabalho. Assume o compromisso de garantir trabalho para todos os cidadãos. Reconhece que os operários devem associar-se entre si para usufruir do produto do seu trabalho.” (CASTEL, 1999:347).

Assim, a precariedade com que foi implementado o direito ao trabalho desde o início e o conseqüente fechamento de equipamentos com essa destinação, leva a uma insurreição operária que foi violentamente reprimida.

O direito ao trabalho fora derrotado, mas, embora todo o movimento em torno da questão tinha evidenciado para a classe dominante a necessidade de se “elaborar uma nova concepção do social e da política social.” (CASTEL, 1999:348).

A superação da miséria e da dependência vivida pelos trabalhadores, contudo, dependia do trabalho, de maneira que assegurá-lo era sua única opção.

CASTEL (1999), cita uma versão da Declaração dos Direitos do Homem, publicada pelo “*Manifeste dès sociétés secrètes*”, onde se exigia solução da questão social, para resolver os sofrimentos dos trabalhadores, e para isso, cobrava a aplicação do primeiro direito da Declaração: o direito de viver.

Este autor afirma que, “A única forma social que pode assumir o direito de viver, para os trabalhadores é o trabalho.” (CASTEL, 1999:350).

A Constituição Republicana aprovada na França em 04 de novembro de 1848, porém, relativiza o direito ao trabalho, acrescentando a expressão “limite de seus recursos”, quando trata da obrigação do Estado de prover o trabalho aos que não o conseguem por conta própria.

Desta forma, as ações do poder público, desenvolvidas com este fim, ficam desobrigadas com a efetividade de tais políticas.

Por volta de 1880, a questão social gera novas tensões entre a direita e o movimento operário, que cresce e radicaliza-se cada vez mais. O debate sobre a questão social irá conhecer uma solução, que será dada pela 3ª República.

Neste período, começa a se consolidar na França o reconhecimento de diversos direitos sociais, que irão estruturar, em um longo processo, o Estado de Bem Estar Social. O início do processo de consolidação do Estado de Bem Estar Social se dá com a apresentação do Primeiro Projeto de direito aos socorros e ao seguro social em 18, e vai até 1930.

Os trabalhadores do continente europeu obtiveram suas conquistas em diferentes tempos. Quando os franceses apresentaram o primeiro projeto de direito ao seguro e socorros, os trabalhadores alemães já haviam conquistado há cerca de 25 anos um “sistema de seguros que cobre a maioria dos trabalhadores contra riscos de doença de acidente e de velhice”. (CASTEL, 1999: 365) Na Inglaterra, esse direito fora reconhecido em 1910.

A classe operária francesa, mesmo após obter garantias, gradativamente, até a consolidação de uma política social, apenas em 1958 é que teve reconhecido o direito ao seguro-desemprego.

Após anos de lutas o movimento operário superou a repressão a sua organização e ao direito de greve, e conquistou o reconhecimento de sua condição de trabalhador assalariado, sujeito de direitos (SINGER, 2003).

### **2.3. O processo brasileiro**

No Brasil, um país onde a economia se desenvolveu baseada em monocultura latifundiária, e onde a mão-de-obra escrava só foi substituída pelo trabalho assalariado no final do século XIX, não se pode dizer que o processo de reconhecimento dos direitos da cidadania teve melhor sorte. (HOLANDA, 1997)

A nação de tradição oligárquica, onde se constituiu uma sociedade hierarquizada e profundamente desigual, chegou ao final do período colonial com uma população analfabeta e um Estado com caráter policial e fiscalizador.

A educação primária, durante o período colonial ficava a cargo dos religiosos. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759 na Reforma Pombalina, o governo a assume, mas de forma precária, atingindo uma parcela muito pequena da população. Não interessava ao governo que a população escrava se alfabetizasse. Conforme define Carvalho: “ *Saber leer y escribir constituyó siempre un poderoso instrumento para el ejercicio de los derechos civiles y políticos. Por tanto, no interessaba a la administración colonial ni a los señores de los esclavos difundir esa arma cívica*”. (CARVALHO; 1995:18).

Para este autor, nesse período como não havia uma República, não se justificaria falar em sociedade política e sem essa, não haveriam cidadãos. Os escravos não possuíam sequer o direito elementar da liberdade, portanto não caberia lhes atribuir qualquer *status* de cidadão. Tampouco os senhores poderiam ser tratados como tal, pois sendo livres, tinham o direito ao voto e a serem votados, mas para serem tratados por cidadãos era antes preciso que adquirissem o sentimento de igualdade de todos perante a lei. Nem com a independência do país, nem com o advento da República, desenvolveu-se essa noção de igualdade.

Considerando o conceito marshalliano de cidadania, e analisando o histórico do desenvolvimento dos três direitos elementares que o constituem, veremos que ainda nos dias de hoje esse *status* não foi plenamente alcançado por todos os grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

Do ponto de vista dos direitos civis, que são os primeiros a se constituírem nos países desenvolvidos, ainda nos dias atuais não podemos dizer que eles se estendem a todos, na medida em que não se pode falar em uma efetiva igualdade perante a lei.

Quanto à esta questão, ao contrário, são de conhecimento público os problemas de nosso sistema judiciário e policial, tanto o tratamento dispensado aos mais pobres, negros em sua maioria, pela polícia, como as dificuldades que enfrenta um suspeito ou um réu que não disponha de recursos pessoais suficientes para constituir um advogado capacitado que o represente e defenda.

No que tange aos direitos políticos, esses tiveram um amplo desenvolvimento com a Constituição de 1824. Era uma exigência do constitucionalismo um governo representativo e, portanto, estendeu-se o direito ao voto até aos analfabetos. É importante ressaltar que, nesse período cerca de 85% da população era analfabeta, incluindo-se aí, muitos dos proprietários rurais.(CARVALHO, 1995)

Porém, em 1881, há um recuo na extensão dos direitos políticos, e o país estabelece o voto direto selecionando o eleitorado. As exigências para o ingresso mínimo sobem para uma renda de 200.000 réis e o voto dos analfabetos fica proibido. Isso em uma população que, se considerados apenas os homens, somente 20% sabiam ler. (CARVALHO, 1995)

Diante dessa realidade nos direitos civis e políticos, era de se esperar menos ainda com relação aos direitos sociais. A assistência social estava praticamente em mãos de associações filantrópicas. Muitas das irmandades religiosas do período colonial ainda atuavam e eram elas que prestavam serviços de assistência médica, funerária e de ajuda a viúvas e órfãos. (CARVALHO, 1995)

Também as sociedades mutualistas, que antecederam os sindicatos, prestavam assistência social aos seus filiados, porém conforme a contribuição de cada um. (CARVALHO, 1995)

A Constituição Republicana liberava o Estado de oferecer educação primária e de regulamentar as relações de trabalho. O que vigorava era um liberalismo ortodoxo, que entendia não caber ao Estado qualquer intervenção nas relações entre capital e trabalho. E nem tampouco promover assistência social.

Apenas o trabalho dos menores foi regulamentado, mas seguindo a tradição do país, a legislação era ignorada. Em 1927, busca-se novamente o controle do trabalho dessa parcela da sociedade através do estabelecimento do Código de Menores que não chega a gerar mudanças nas relações de trabalho. (CARVALHO, 1995)

Apesar de todo esse atraso na proteção dos direitos, quando comparados aos demais países, inclusive latino-americanos, no campo sindical têm-se o reconhecimento dos sindicatos como representantes legítimos dos interesses dos trabalhadores rurais e urbanos, ainda na primeira década do século XX.

Mas é a partir de 1930 que se conquistam alguns avanços no campo dos direitos dos trabalhadores. As tímidas ações praticadas na década anterior vão ser consolidadas e ampliadas. Garantias como indenizações em casos de acidentes de trabalho, férias, regulação da jornada de trabalho, condições de higiene, descanso semanal, criação de institutos de previdência para algumas profissões, que entre os anos de 1933 e 1938

estendem-se a quase todos os trabalhadores urbanos, entre outras medidas de proteção. (CARVALHO, 1995)<sup>18</sup>

Todas essas medidas, no entanto, eram restritas aos trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais eram submetidos a relações completamente distintas em função do grande poder dos coronéis. Ali, toda a assistência prestada era responsabilidade dos proprietários rurais, que em troca cobravam lealdade dos seus empregados.

A Constituição de 1934 dá um importante passo para a consolidação dos direitos civis e sociais da classe trabalhadora reconhecendo a competência do Estado na regulação das relações trabalhistas. (CARVALHO, 1995)

Com a instauração do Estado Novo, em 1937 o país vivencia um recuo ainda maior nos direitos civis e políticos. Porém, os avanços nos direitos sociais no meio urbano se ampliam com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e de uma ampla legislação trabalhista e assistencial, que se completa com a aprovação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Também nesse período, 1940, é instituído o salário mínimo. O argumento para a sua criação era o de proporcionar as condições básicas de sobrevivência: gastos com alimentação, vestuário, educação, remédios e lazer. (DRAIBE, 1991)

Outro fator importante para o desenvolvimento dos direitos sociais, foram as mudanças que ocorreram nas políticas de saúde e educação, que nessa época, foram centralizadas no Executivo federal, dando início a um processo de nacionalização dessas políticas. (DRAIBE, 1991)

O período entre 1945 e 1964 é de continuidade nas mudanças legais e institucionais e de crescimento do sistema de proteção social. Tudo isso em meio à grande efervescência política da época e da realização de quatro eleições presidenciais através do pleito direto. (DRAIBE, 1991)

A partir do ano de 1964, com a instituição da ditadura militar, os direitos civis e políticos recuam ainda mais. Além da violação explícita dos direitos civis, os direitos políticos foram duramente cerceados com o fim das eleições livres e diretas. Nem mesmo o direito à livre manifestação foi assegurado nesse período.

---

<sup>18</sup> Cf. também DRAIBE, Castro e Azeredo; 1991.

Porém, com relação aos direitos sociais, o país consolidou a organização dos sistemas públicos ou regulados pelo Estado nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência e habitação.

Para DRAIBE, essa ação foi importante pois assim o país acabou “(...) superando a forma fragmentada e socialmente seletiva anterior, abrindo espaço para certas tendências universalizantes, mas principalmente para a implementação das políticas de massa, de relativamente ampla cobertura.” (DRAIBE; 1994)

Data desse período a inclusão dos trabalhadores rurais no sistema de previdência com a criação do FUNRURAL - Fundo de Assistência Rural, a unificação da previdência social (à exceção dos funcionários do governo, civis e militares) e mais tarde, a universalização do sistema. (CARVALHO, 1995)

Nos anos 80 o país vive o processo de abertura política e as eleições diretas para os governantes estaduais e municipais são novamente asseguradas. Fechando a década, em 1989, os brasileiros voltaram a exercer o voto direto para presidente.

Antes disso, no ano de 1988, é proclamada a “Constituição democrática” que simbolicamente marcou o reestabelecimento do Estado de Direito. Antigas reivindicações da sociedade estavam contempladas com a extensão dos direitos civis, políticos e sociais. Em seu artigo 6º, a Constituição assegura os direitos básicos, conforme o texto a seguir: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Mas, apesar das garantias legais e dos avanços no campo democrático, a sociedade brasileira não conquistou a equidade social, a efetiva democracia e nem tampouco o respeito aos direitos humanos.

As enormes disparidades sociais que se acentuaram no Brasil, onde a população miserável crescia na mesma proporção da economia, demonstraram que a divisão dos recursos gerados no país continuava a ocorrer de forma injusta e desigual. (SANTOS, 2001)

A universalização dos serviços sociais tornara-se uma realidade, mas nesse processo houve um sucateamento desses mesmos serviços. Junto com os ventos da democratização política, aprofundava-se a grave crise econômica que atingia o país. A

inflação e o descrédito do governo civil, que vivia envolto em denúncias de corrupção, eram os principais vilões da crise. (CARVALHO, 1995)

Em 1989, o Brasil tem então, seu primeiro presidente eleito pelo voto popular, desde o golpe militar de 1964. O voto fora estendido aos analfabetos e aos jovens entre 16 e 18 anos, embora, a estes últimos ele fosse facultativo.

Mas, os ventos da democracia política não significaram democracia social. Apesar do discurso dos políticos incorporarem a expressão “resgate da dívida social”, o que se verificou na década de 90 foi um aprofundamento da concentração de renda e um aumento do desemprego e da precariedade no trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro na década de 90, nas palavras de MATTOSO (1999: 9), sofre “extraordinária deterioração”.

De acordo com este autor: “(...) o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo de FHC (1995-98), são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrida na história do país.” (MATTOSO; 1999:9)

O desemprego nesse período alcançou níveis muito elevados, como ainda não haviam sido registrados no Brasil: de 3,4% em 1989, os índices de desemprego aberto passaram para 7,6% em 1998, uma década após. O trabalho temporário cresceu intensamente (IBGE/IPEA; In: MATTOSO, 1999: 128).

O descompasso entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho, leva os trabalhadores a se submeterem a um rebaixamento salarial e a aceitarem as perdas impostas pelos empresários nos acordos coletivos. Conforme POCHMANN:

“A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associada à exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma, distanciam-se as possibilidades estabelecimento de um patamar de cidadania desejada.” (POCHMANN, 1990: 21)

A perda de capacidade de mobilização e de luta dos sindicatos e associações dos trabalhadores para manutenção das garantias conquistadas, fragiliza ainda mais a situação da classe trabalhadora. Segundo MATTOSO:

“(...) a ação sindical foi restringida pelas profundas transformações regressivas das estruturas produtivas, pelo crescimento econômico medíocre e limitado pela política econômica, pela redução dos espaços de negociação setoriais e nacionais, pelo aumento do desemprego, pela redução de empregos formais e pelo nível elevado de precarização das condições e relações de trabalho.” (MATTOSO, 1999: 130)

Com o objetivo de se incorporar ao processo de globalização, o governo central do país prossegue com as reformas. Apesar de reconhecer a gravidade do quadro social, o governo se rende às pressões econômicas mundiais e, em nome da competitividade das indústrias nacionais implementa uma política de redução das proteções dos trabalhadores.

Essa política econômica aprofunda-se ainda mais, diante das crises asiática e russa, e fica cada vez mais distante da perspectiva de “resgate da dívida social”. Os recursos investidos nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência e previdência social sofrem reduções cada vez maiores. (NETO, 1999)

As garantias conquistadas junto com a luta pela restauração da democracia perdem espaço para a recuperação da capacidade financeira e administrativa do Estado, através do ajuste fiscal.

Assim as responsabilidades públicas e do Estado passam a ser questionadas, e a Constituição democrática de 1988 começa a sofrer emendas diversas, adequando-se ao projeto do momento. É o desmonte das garantias conquistadas junto com a democracia. (COMPARATO, 1999)

Para Carvalho:

(...) a exigência de redução do déficit fiscal dos estados da União Européia e o acirramento da competição internacional entre empresas levando a grandes reformas, se não a um verdadeiro desmonte, do Estado de Bem Estar Social, tão caro a Marshall por lhe ter parecido capaz de combinar a liberdade com razoável grau de justiça social

e identidade coletiva, uma combinação que se poderia chamar de virtuosa. Os direitos sociais, sobretudo a garantia de emprego, a assistência à saúde e a aposentadoria, têm sido fortemente pressionados. Sindicatos perdem sua capacidade de arregimentação e negociação, o desemprego torna-se estrutural e não mais consequência de conjunturas desfavoráveis. Em um mundo em que o direito ao emprego se transforma em privilégio, fica abalado todo o sistema que sustentou a democracia ocidental no pós-guerra.” (CARVALHO,1995: 114)

Para CASTEL (1999), esta realidade é a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Segundo ele, essa população necessita da atuação de um Estado social, que desenvolva políticas de integração, baseadas na lógica da discriminação positiva.

Considerando o conceito de cidadania tal qual MARSHALL estabeleceu, podemos entender esta situação como uma forte ameaça à condição cidadã. Afinal, os direitos sociais estão sendo seriamente comprometidos, pois de um lado temos a precarização do trabalho, que amplia a parcela dos vulneráveis socialmente, e de outro um Estado com baixa capacidade de investimento social.

#### **2.4. Cidadania e Exclusão Social**

O conceito de cidadania muitas vezes é vinculado à questão da exclusão social. Os fatos descritos aqui nesta dissertação, demonstram claramente o aprofundamento das desigualdades sociais, decorrentes da problemática que envolve atualmente o mundo do trabalho, evidenciando a ameaça aos direitos sociais, elemento fundamental da cidadania.

CASTEL (1997), ao analisar a desigualdade e a questão social, afirma que “a questão da exclusão torna-se a questão social por excelência”.

É a partir do aumento da população em situação de precariedade social, que esta noção passa a ser utilizada com grande frequência. Isto ocorre inicialmente nos países centrais, após a implementação do processo de reestruturação produtiva, que leva parcelas significativas da população ao desemprego de longa duração.

O uso do termo exclusão social ocorre na literatura brasileira para fazer referência à população que se encontra em situação desfavorável socialmente. Apesar do histórico brasileiro das profundas desigualdades sociais esse movimento se dá principalmente nos

anos 90 quando apenas se aprofundou esta situação. Neste capítulo, ao abordar a questão da cidadania no Brasil, verifica-se que nosso processo de desenvolvimento, foi marcado por uma espécie de segregação social, desde os primórdios.

Portanto, não podemos responsabilizar uma década específica por tais iniquidades. Ao contrário, sabemos que no Brasil, as desigualdades sempre permearam nossa sociedade. Inclusive, tais desigualdades não ocorreram apenas entre classes sociais, mas também entre regiões do país, o que explica os problemas estruturais da região norte e nordeste, por exemplo.

No entanto, apesar deste cenário, o conceito de exclusão social, mostra-se inadequado para tratar a vulnerabilidade social, por sua abrangência. Ele pode designar a exclusão em vários aspectos, ganhando feições de um conceito guarda-chuva, muito amplo e impreciso.

CASTEL (1997), elenca algumas razões a fim de evidenciar as limitações deste conceito. Entre elas está a heterogeneidade de sua utilização, indicando um grande número de situações, mas não permitindo que se possa perceber as especificidades de cada uma e isso a inviabiliza como categoria analítica.

De acordo com este autor: “Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém”. (CASTEL, 1997: 19)

De maneira que, abordar a questão social, com toda sua complexidade, através deste conceito, torna-se uma redução e não permite a identificação dos problemas que permeiam situações específicas, nem tampouco, avaliar e propor ações para a sua superação.

Para SAWAIA: “Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico”. (SAWAIA, 2002: 8)

Assim, se pensarmos no caso dos catadores de latinhas que circulam por nossas cidades, coletando nos cestos de lixo dos bares e restaurantes, ou mesmo nas ruas, as embalagens vazias, veremos que eles exercem um papel fundamental para a indústria de alumínio.

O fato de representar importante fator de viabilidade para a produção nacional de alumínio, explicita a incorporação destes sujeitos na cadeia produtiva deste metal. Ainda que isso não se traduza em qualidade de vida, ou melhoria das condições de trabalho, até pelo contrário, signifique uma profunda precarização da mesma.

De forma que, “em lugar da exclusão, o que se tem é a dialética inclusão/exclusão”. (SAWAIA, 2002: 8)

### CAPÍTULO III

## TRÊS HISTÓRIAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

### 3.1. Os Egressos:

Com o objetivo de verificar os reflexos da formação sócio-profissionalizante na vida dos cursistas do Qualificarte, essencialmente no aspecto de sua condição de cidadania, entrevistei três egressos: Alex, Simone e Dico.<sup>19</sup>

Nessas entrevistas investiguei a vida dos sujeitos, buscando identificar o grau de vulnerabilidade social em que eles se encontravam antes do curso e suas atuais condições de vida. Averigüei se havia e quais seriam os benefícios possibilitados pelo curso profissionalizante, sob a perspectiva dos egressos.

Foi objeto de análise, quais as ações políticas seriam necessárias para, aliadas à política de formação profissional, proporcionar inserção produtiva aos egressos. Pesquisei ainda, quais as influências que esta formação exerceu no entendimento e para o exercício da cidadania em cada sujeito.

#### **1ª Entrevista: Alex**

O primeiro entrevistado foi Alex, um jovem de 21 anos, muito comunicativo e que demonstra grande capacidade argumentativa. Com o ensino médio completo, Alex é comerciário, com certificação pelo Qualificarte e dois anos de experiência profissional, além de músico por vocação.

Alex é o primeiro filho de um chefe de cozinha e uma dona de casa, nascido em Vitória, durante uma viagem dos pais. Em Belo Horizonte vivia no bairro Industrial em uma casa equipada com móveis e eletrodomésticos garantindo algum conforto.

O rendimento mensal do pai, chefe de cozinha, era suficiente para assegurar à família condições básicas de existência. Porém, quando Alex estava na primeira série,

---

<sup>19</sup> Todos os nomes citados são fictícios, resguardando-se a verdadeira identidade dos entrevistados.

com sete anos, seu pai faleceu. Nessa época já havia nascido seu irmão, cerca de dois anos mais novo.

A dona de casa, mãe dos dois meninos e agora viúva, conforme Alex passou a enfrentar graves problemas psicológicos após o falecimento do marido, e a fazer uso de álcool “24 horas por dia”.

Esse desequilíbrio foi o bastante para que, aos poucos, a família perdesse todos os seus bens. Logo, já não era mais possível pagar o aluguel, tampouco as contas de água e luz.

Pouco tempo depois, as coisas se agravaram com o falecimento da avó materna. Juntou-se a família o avô, um aposentado que também fazia uso de álcool.

Os tios maternos, que no início ofereciam algum apoio, já não queriam mais ajudar e passaram a ignorar a família e seus problemas.

Assim, despejados por falta de pagamento, a família foi à Prefeitura Municipal de Contagem, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte onde viviam, pedir ajuda.

A equipe do governo municipal encaminhou a família para um abrigo, onde ficaram por alguns meses. Inesperadamente, técnicos da prefeitura, que alegaram falta de recursos para a manutenção do espaço, retiraram a família dali.

Sempre juntos, eles passam a viver sob o Viaduto Santa Maria, no bairro Camargos, em Belo Horizonte. Lá viveram por dez anos, até que Alex juntou algum dinheiro, trabalhando como estagiário na CEF<sup>20</sup>, que, somado aos recursos do avô, financiou a construção de um barraco de alvenaria.

Por tratar-se de uma intervenção proibida, a família foi abordada pela PBH<sup>21</sup>, através da equipe de fiscalização de vias urbanas<sup>22</sup>, e foram intimados a deixar o local.

Neste momento tem início uma outra relação com o poder público municipal. Bem, vamos por partes.

---

<sup>20</sup> CEF – Caixa Econômica Federal

<sup>21</sup> PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

<sup>22</sup> Respalhada pelo código civil que proíbe a ocupação de áreas públicas e pela constituição estadual que determina a competência das prefeituras municipais para a fiscalização e retomada de áreas públicas invadidas.

Alex estava estudando na primeira série de uma escola pública em Contagem quando passou a viver com sua família embaixo de um viaduto.

Foi transferido para estudar na Escola Estadual “Geraldo Teixeira da Costa”, onde nunca escondeu seu “endereço”. Levava amigos da escola para fazer trabalhos escolares em sua casa, apesar de alguns deles terem em casa até computador com acesso à internet.

Quando ingressou na 5ª série, incorporou-se ao Colegiado da escola, representando os alunos. Aos doze anos ingressou no mercado de trabalho, de forma precarizada, pois ainda não tinha idade legal para trabalhar.

O pai de um colega de escola ofereceu ajuda. Alex aceitou, desde que fosse lhe oferecido trabalho. Não queria nada de graça.

Foi trabalhar em uma lanchonete que era longe de casa. Ficou difícil trabalhar, ajudar no cuidado da família e estudar. Devido ao trabalho perdeu o ano escolar e decidiu que não podia mais trabalhar e não estudar.

Resolvido a retornar à escola conversou com o patrão que lhe garantiu o mesmo rendimento por um trabalho mais leve, que ocupava menos de uma hora por dia. Manteve o salário, com muito mais tempo para estudar.

Próximo de completar 14 anos, o patrão lhe informou sobre uma ação social do Sistema Salesiano, que oferecia formação profissional e inserção ocupacional, dentro dos termos legais, em empresas públicas para adolescentes com sua idade.

Procurou pela instituição e pediu para fazer sua inscrição. Diante de suas habilidades de comunicação, o funcionário que o atendia duvidou que vivesse sob um viaduto, como declarava.

Por sugestão de Alex, o funcionário acompanhou-o à sua casa no intuito de checar a veracidade das declarações. Feito isso, inscreveu-o imediatamente no programa.

Além de fazer a formação profissional, ingressou em um mercado de trabalho formal, através de um emprego na Caixa Econômica Federal, onde recebia salário mínimo e tinha assegurado os direitos conferidos pela CLT.

Foi através deste trabalho que finalmente conseguiu juntar dinheiro para construir uma habitação de alvenaria e aí então, teve contato com a rede municipal de assistência social.

Intimados a deixar o lugar onde viviam, reclamaram seus direitos de moradores há dez anos no local. Alex, mais uma vez assumiu a frente da situação e procurou a Administração Regional para garantir seus direitos.

Quando a administração municipal confirma o tempo em que a família estava alojada sob aquele viaduto, eles foram inscritos no programa de moradia “Se essa casa fosse minha”<sup>23</sup>.

Trata-se de uma ação do poder público municipal, que assume o aluguel por um período de dois anos. Após esse tempo, se a família demonstrar estabilidade para poder assumir compromissos com gastos de água e luz, ela é emancipada, recebendo uma casa definitiva para viver.

Ingressou também em um outro programa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, onde trabalhava no Programa População de Rua, terceirizado por uma empresa que presta serviço pra a PBH. Fazia abordagens com os técnicos municipais junto à população de rua, buscando sensibilizá-la para que aceitasse passar a noite em abrigos, protegidos do frio.

Junto do irmão e da mãe, foi encaminhado também ao Qualificarte, onde frequentou um curso profissionalizante de Atendente de Comércio e Escritório. O irmão fez o mesmo curso, e a mãe matriculada no curso de cabeleireira não conseguiu concluí-lo.

Logo após a conclusão do curso, Alex terminou também o ensino médio e foi trabalhar em uma loja de conveniências em um posto de gasolina, localizado em uma área nobre da cidade: o bairro Belvedere.

Hoje, encontra-se desempregado. Não descarta a possibilidade de voltar a trabalhar no comércio, mas está investindo em outra carreira: a de músico. Deseja mesmo é viver de sua arte: toca guitarra, violão, bateria e também compõe as letras de algumas canções.

---

<sup>23</sup> Programa instituído pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para atender emergencialmente à população de rua que não conseguia atendimento nas republicas da prefeitura.

Enquanto sobrevive com o seguro-desemprego, investe em sua formação como músico. Recentemente, participou de um festival onde ficou com a melhor avaliação de guitarrista: mereceu nota 8,5.

## **2ª Entrevista: Simone**

Simone, trinta e poucos anos, viúva e mãe de sete filhos foi a segunda entrevistada. Nascida em Belo Horizonte, filha mais velha dos doze filhos de um servente de pedreiro e de uma diarista (faxineira, lavadeira e passadeira).

Família pobre, muito grande e apenas a mãe assumiu as responsabilidades com os filhos. Ela era a chefe da família e era quem cuidava das crianças, lutando para assegurar as condições mínimas de sobrevivência.

Matriculava os filhos na escola quando chegavam aos sete anos. Comprou um lote na região oeste da cidade com as diárias que recebia, pagava o consumo de água e luz e com o que restava, comprava comida. Mas, sem a ajuda do marido, muitas vezes o dinheiro para a comida faltava.

Quando Simone estava com 11 anos e freqüentava o ensino fundamental a mãe, doente, faleceu, ficando os filhos sob a guarda do pai.

No princípio, ela pedia ajuda de porta em porta na vizinhança para poder comer com os irmãos. Logo o pai mandou-a para uma casa de família trabalhar como doméstica.

Após alguns meses<sup>24</sup>, mudou-se para outra casa, onde ganhava meio salário mínimo para trabalhar. Com o dinheiro, comprava roupas para si e para os irmãos.

Largou a escola, pois ficava longe e não sabia andar sozinha pela cidade. O pai se negou a entregar a documentação que possibilitasse a sua transferência para uma escola próxima da casa onde trabalhava. Temia que com os documentos, a patroa pudesse roubá-la.

---

<sup>24</sup> Em todas as referências às datas Simone demonstra dificuldade em afirmar exatamente quando as coisas aconteceram em sua vida. Apenas quando afirma a idade que tinha (aos 11 anos quando a mãe morre e aos dezessete quando fica grávida pela primeira vez, parecem mais acertivas )

Alguns anos mais tarde mudou- se para São Paulo com a irmã da patroa, para quem foi trabalhar como doméstica. Lá, recebia em troca do trabalho, comida, moradia e vestimenta.

Ao retornar a Belo Horizonte volta também para a escola. Mas logo conhece um pedreiro de 38 anos e fica grávida, aos dezessete anos.

Casada, vai viver na casa construída pelo marido no lote da família. Novamente abandona a escola e o trabalho em razão do ciúme do marido.

Após um período estável, já com sete filhos, finalmente trabalhando com carteira assinada, Simone descobre por um médico da Santa Casa que seu marido tem uma doença grave em estado avançado.

Ele sofria de leucemia e câncer no fígado. O médico recomendou a Simone que não lhe contasse a verdade. Nessa época, ela retoma com ele uma discussão acerca da seguridade social. Pede-lhe que pague o INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social - como autônomo e ele se recusa. Talvez por não conhecer a verdade acerca de seu estado de saúde, o marido resiste.

Ela recomenda-lhe que trabalhasse como pedreiro “fichado” e ele recusa-se também, pois perderia um terço<sup>25</sup> de sua diária como trabalhador, caso fosse registrado em carteira.

Simone, nesta época trabalhava há um ano em um Motel, com carteira assinada. Deixa então o trabalho para assistir o marido no tratamento.

Nos cinco anos em que esteve doente, o marido de Simone passa a ficar longos períodos hospitalizado. Quando vai para casa é obrigado a ficar em repouso.

Ainda com o marido vivo, Simone é obrigada a buscar trabalho novamente. Nunca conseguiu trabalhar com registro em carteira. Vivia de fazer bicos como faxineira, limpando lotes, atuando como “torera<sup>26</sup>” na Avenida Santos Dumont, na região central de Belo Horizonte ou simplesmente como pedinte, batendo de porta em porta.

---

<sup>25</sup> O marido de Simone dizia ganhar 75 Reais por dia de trabalho. “Fichado”, ganharia 50 Reais.

<sup>26</sup> Denominação utilizada para referir-se aos trabalhadores informais (camelôs), não licenciados pela Prefeitura Municipal

Viúva, continua tentando a sobrevivência desta forma. Cansada, decide desistir de manter a família e procura o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente para entregar os filhos ao poder público, alegando que não tinha como criar sete crianças.

Procurou o Conselho Tutelar da região oeste, que, coincidentemente, funciona no mesmo prédio do Qualificarte. O técnico que a atendeu, sensibilizado com sua história, convence-a de conversar com a Gerente do Qualificarte antes de abrir mão de sua família.

Por meio desse equipamento ela conseguiu ter acesso aos programas da assistência social e receber algumas cestas básicas de emergências. Matriculou-se no curso de auxiliar de cozinha e retornou à escola formal.

Cuidava da casa, tentava conseguir algum dinheiro, fazia o curso de formação profissional e estudava. Mas, não conseguiu agüentar o ritmo e desistiu da escola formal novamente.

Trocava os vales-transportes do curso profissionalizante por comida nas mercearias e ia caminhando para as aulas. Fez o estágio no Restaurante Popular e assim fez contato com o Gerente e uma técnica do equipamento.

Obteve ajuda desses técnicos, que ficaram penalizados com sua situação, dando-lhe tíquetes-refeições e até mesmo dinheiro.

Quando concluiu o curso esteve no Restaurante para se candidatar ao trabalho de auxiliar de cozinha. Como não tinha vaga disponível, deixou o telefone de contato para aguardar qualquer possibilidade futura.

Encorajada pelas monitoras do Qualificarte, voltou algumas vezes ao Restaurante para verificar se havia vaga. Algum tempo depois, recebeu a notícia pela vizinha que haviam lhe telefonado do Restaurante, solicitando sua presença. Hoje, é auxiliar de cozinha no Restaurante Popular.

### **3ª Entrevista: Dico**

O terceiro entrevistado foi Dico, garçom, solteiro, 32 anos que vive com a mãe. Trabalha de quarta a domingo no Bar Reciclo, da ASMARE<sup>27</sup>, há três anos.

---

<sup>27</sup> Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de BH

Dico é um dos filhos mais novos entre onze, do casamento de uma dona de casa com um servente de pedreiro. Aos dois anos o pai faleceu e a família foi parar na casa de uma tia.

A confusão ficava armada com o incômodo de um primo. Com a presença de tantos hóspedes tornava-se agressivo e as brigas eram freqüentes. Eles só podiam entrar em casa quando o rapaz dormia ou se ausentava.

Desta forma, Dico optava pelas ruas, onde usava drogas, cheirava cola e praticava pequenos roubos. Freqüentemente ia parar na FEBEM<sup>28</sup>, no Horto, passando a gostar de lá. Tinha comida, roupas limpas e um lugar para dormir.

Decidiu-se ficar por lá. Quando era colocado em liberdade, voltava e pulava o muro. Acabou ficando. Parou de usar drogas, inclusive a cola, que era sua preferida.

Como parecia estar decidido a recuperar-se, foi encaminhado para a unidade de Juiz de Fora, onde iniciou um curso profissionalizante. Lá também recomeça a estudar até completar a terceira série do ensino fundamental, sendo finalmente alfabetizado.

Aos dezoito anos “foi alistado” no exército, servindo na cidade de Juiz de Fora. Aprendeu a cuidar de si, engraxar um sapato, limpar a arma, arrumar a cama. Quando deu baixa, aos dezenove anos, retornou a Belo Horizonte, para a casa da mãe. Ela vivia com alguns filhos, em uma casa própria, em um bairro da periferia da cidade.

Trabalhava como guardador de carros na região central quando recebeu um convite para substituir um copeiro por uma noite em um restaurante da cidade.

Nesse, teve seu primeiro emprego registrado em carteira. Os donos do restaurante demonstravam carinho por ele e o apoiavam. Voltou para a escola e estudou até a sétima série. Porém, um desentendimento com o gerente o levou a deixar o trabalho após seis anos.

Passou a coletar lixo na cidade, trabalhando para a ENTERPA Engenharia Ltda., novamente com seus direitos assegurados em carteira.

Após um período, saiu do trabalho e virou servente de pedreiro, trabalhando em obras. Continuava com registro em carteira.

---

<sup>28</sup> Fundação Estadual do Bem Estar para o Menor

Após uma briga na região onde a mãe morava, Dico sentiu-se obrigado a sair de casa e foi parar na República Reviver<sup>29</sup>. A técnica da República o encaminhou à ASMARE e então ele passou a trabalhar com reciclagem de móveis.

Por indicação da mesma, foi fazer um curso no Qualificarte e optou pela área de cozinha. Afinal já havia trabalhado em restaurante. Após o curso de Cozinheiro Industrial e do estágio no Restaurante Popular se candidata a uma vaga de copeiro no Bar Reciclo.

Foi selecionado e após um ano virou garçom. Voltou para a casa de sua mãe, onde está mais próximo de sua filha. A mãe da menina é alcoólatra e trata a filha com violência.

Dico, tendo presenciado cenas de violência contra a filha, resolveu que irá procurar o Conselho Tutelar e denunciar a mãe de sua filha. Sua esperança é conseguir a guarda da menina, que deverá então ir viver com ele na casa da avó.

### **3.2. Analisando as trajetórias**

Nos três relatos percebemos três casos positivos de inserção produtiva. Podemos dizer que todos estes egressos estão incorporados ao mercado formal de trabalho. Apesar do encolhimento das vagas deste mercado, os três foram empregados.

A problemática atual do trabalho não nos permite esperar, em um curto prazo, a criação de vagas suficientes para absorver todo o público que frequenta os cursos sócio-profissionalizantes, como os ofertados pelo Qualificarte. Nem tampouco, é objetivo dos cursos do Qualificarte a incorporação de todos os cursistas no mercado formal de trabalho.

No primeiro capítulo do texto esclareço que o Qualificarte trabalha também com as perspectivas de inserção produtiva através do trabalho autônomo e da economia popular e solidária.

Mas, considerando que a inserção econômica dos sujeitos esteja, se não resolvida, ao menos encaminhada, é possível agora investigar acerca de sua cidadania.

---

<sup>29</sup> A República Reviver é um equipamento da SMAS/PBH que abriga a população de rua atendida pela secretaria.

A incorporação desses sujeitos no mercado formal de trabalho, com as proteções asseguradas por seu estatuto legal, é suficiente para permitir o desenvolvimento da cidadania?

Para responder a esta questão é necessário um olhar mais próximo sobre os direitos de cada um destes cidadãos, nos períodos observados pela análise.

No primeiro caso, a vida de Alex e sua família, desestrutura-se a partir do momento em que a família passa a ter que garantir a vida com apenas um salário mínimo da pensão. A dona-de-casa, a mãe, acostumada a um rendimento familiar maior não consegue fazer a “ginástica” de manter todos com o orçamento reduzido.

O sistema de seguridade social não deixa de atender a família do cozinheiro (pai), mas os recursos que garante são insuficientes.

Já a efetiva universalização da educação é percebida pela presença assídua de Alex e seu irmão na escola, apesar das adversidades, em condições de participar do conhecimento que se produz ali. É na escola que este menino, desde os oito anos de idade encontra acolhimento, proteção e perspectivas de inclusão.

Na pessoa da diretora que o acolhe e o protege, ajudando sempre que pode, inclusive a suprir as necessidades básicas para estudar, como material escolar.

Na possibilidade de se manter em convívio social, com crianças de sua idade, o fato de seus colegas aceitarem sua moradia como um lar, ao invés de usá-la como justificativa para a estigmatização de Alex.

É por meio deste grupo social que ele consegue sua inserção no mercado de trabalho. Precarizada, por sua falta de idade para ter registro em carteira. Cabe ressaltar que foi ele quem exigiu que a ajuda tivesse a forma de trabalho e não de caridade.

Quando consegue acessar à rede da filantropia, através do CESAM<sup>30</sup>, garante sua inserção produtiva como trabalhador da CEF. Isso lhe permitiu ter acesso à formação profissional em diversos cursos na área de escritório, e de garantir inserção ocupacional dos quatorze aos dezoito anos, com o emprego na CEF, superando a difícil fase do primeiro emprego.

---

<sup>30</sup> CESAM – Centro Salesiano do Menor, em BH desde 1973 e que atende adolescentes oferecendo formação profissional e encaminhando para o mercado formal de trabalho, através de parcerias com empresas públicas e privadas

Ainda na escola formal, participa do colegiado escolar, exercendo a representação dos estudantes. “Eu estava na 5ª série e entrei para o Colegiado. Eu sempre fui do Colegiado e quando saí da escola, eu levei o cargo comigo, na escola que eu entrei para fazer o ensino médio eu fiquei sendo do Colegiado também, eu passei a minha gestão de um Colégio para o outro”. (ALEX; Anexo 1:2).

Alex fala deste período com orgulho. Era uma forma de distinção, mas não pelo negativo, não pela sua miséria, e sim por algo positivo que ele podia oferecer.

Alex vai encontrando razões para resistir, e o fato da família em nenhum momento desagregar-se é fundamental. Apesar do alcoolismo, a autoridade materna é a referência. Mesmo que a responsabilidade pela superação da condição de vulnerabilidade tenha sido assumida pelo menino. Nas palavras de Alex: “Aí, depois dos meus doze anos eu senti que eu queria tirar minha mãe o mais rápido daquela situação, não era uma dívida mas, eu tinha que fazer alguma coisa e, que, eu era que tinha que fazer. Eu chamei para mim a responsabilidade, eu era pai da minha mãe”. (ALEX; Anexo 1:2).

E, por ter assumido para si a perspectiva da transformação, apostou na escola como via de mobilidade social:

*“Eu procurei nunca depender de ninguém, não ser igual aos outros. Estava claro para mim que eu ia ter que estudar, porque só assim eu ia conseguir dar um outro rumo pras nossas vidas. Eu falei assim, eu vou ter que estudar porque minha mãe não vai ter como me dar uma casa, ela não vai ter como me sustentar para a vida inteira, eu não quero morar embaixo do viaduto a vida inteira, você entendeu?” (ALEX; Anexo 1:1)*

De fato, foi através dos contatos estabelecidos na escola que pôde ingressar no mercado de trabalho. Essas relações alimentavam em Alex o ideal de superar a marginalização, e buscava isso através da educação:

*“Eu quero ter minha família, eu quero ter meus filhos, quero estudar, fazer minha faculdade, eu não quero me manter nesta margem da*

*sociedade, não quero continuar nessa marginalidade da sociedade, eu quero fazer parte dela, quero estar dentro dela e eu procurei sempre isso, mas eu estava tentando me colocar, mas eu nunca tentei ser o que eu não poderia ser, o que eu não era.” (ALEX; Anexo 1:1,2)*

Até esse período, as únicas políticas públicas sociais que beneficiaram a família foram a educação pública e o atendimento médico nos postos de saúde. Conforme descrito no capítulo anterior, foi após 1964, durante o período militar, que se permitiu o desenvolvimento de tendências universalizantes dessas políticas. É a partir da Constituição de 1988, porém, que isto vai acontecer realmente.

Apenas em 1999, quando Alex já estava vivendo sob o viaduto há dez anos, quando construiu uma habitação de alvenaria, contraindo o Código Civil, e consolidando a invasão de uma área pública, então sua família foi procurada pelo poder público.

A insuficiência de políticas municipais de habitação popular e a ausência de ações de inserção produtiva ficam evidenciadas pelos dez anos que viveu sob um viaduto com toda a família, sem que fossem abordados por nenhum órgão público.

Quando Alex consolida a ilegalidade, construindo uma moradia com caráter definitivo, aí sim o poder público atua. Mas, o cidadão Alex reage. Tem noções dos seus direitos e sabe que, após tantos anos vivendo no mesmo local, com toda a sua família, não é obrigado a sair em quinze dias.

A partir daquele momento, o poder público municipal responde com uma rede tecida por várias linhas. A família é inscrita em um programa de habitação, o “Se essa casa fosse minha”<sup>31</sup>.

Alex, sua mãe e seu irmão são encaminhados para os cursos profissionalizantes de nível básico. Alex é incorporado a um programa voltado para o atendimento da população de rua. Entretanto, agora em outro papel, o de trabalhador. Prestando serviços na própria Secretaria Municipal de Assistência, ele foi trabalhar como mediador entre os técnicos da assistência e a população de rua.

---

<sup>31</sup> Programa da Secretaria Municipal de Assistência Social, criado para atender emergencialmente à população de rua

No Qualificarte Alex e o irmão fazem diversos cursos, e aprendendo informática, aprimora sua formação de atendente de escritório e passa a conhecer as demandas para trabalhadores do comércio.

Até hoje, como ainda não recebeu a casa definitiva em que irá viver com sua família. Ele é acompanhado por uma técnica do programa, que o apóia no que for possível.

As políticas sociais lhe garantiram algumas condições mínimas que possibilitaram a superação de sua condição de população de rua.

Mesmo vivendo em um barraco na rua, Alex manteve o elo com a sociedade. O vínculo social não foi rompido. No primeiro momento, a escola lhe permite alimentar o sentimento de pertencimento:

“Nunca me deixaram de aceitar na escola e eu nunca deixei que a minha situação financeira me prejudicasse, porque todo o sempre foi assim. As pessoas que moram na rua são drogadas, viciadas, são pequenos marginais porque a vida na rua é difícil. E eu não, eu sempre procurei estar dentro da sociedade, porém no caminho da minha pessoa, não fingindo ser o que eu não era. E aí eu nunca deixei que a minha situação me prejudicasse, (...)” (ALEX; Anexo 1:2)

O ingresso no mundo do trabalho apenas reforça os laços existentes. Alex sente que vale a pena batalhar, porque ele deseja recuperar o padrão de vida perdido. Ele tem memória, o que lhe garante uma outra referência, a de quando tinha uma casa:

“Eu acho que uma pessoa que bebe não tem vontade de nada, eu vou aprender isso para que? Naquela época a gente ainda morava embaixo do viaduto, e aquilo não ajudava. Mesmo meus irmãos não tinham outra perspectiva. Eu não, eu me lembrava de quando a gente tinha uma casa. Tanto que hoje em dia minha irmã ainda fala que tem saudades da época do viaduto. Eu não, essa é uma parte da minha vida que eu me lembro, mas como aprendizado, não foi uma fase, foi um curso que eu fiz, um aprendizado”. (ALEX; Anexo 1:5)

Desde que ingressou no mercado de trabalho, sempre esteve ativo. E, com exceção da situação precarizada de quando tinha 12 anos, por razões óbvias, sempre esteve incorporado em condições favoráveis. O estágio reconhecido por lei, e portanto regulamentado, o trabalho na PBH e o trabalho no comércio por mais de dois anos, todos trabalhos com regulamentação, ou melhor, com direitos reconhecidos.

Todos esses fatores aliados garantiram a Alex a auto-estima necessária para que ele superasse sua maior vulnerabilidade: a moradia na rua.

Agora sua família pôde adquirir um televisor, este não será mais roubado tão facilmente. A situação de todos ainda é precária, mas a irmã está finalmente estudando, a mãe parou de beber, aos poucos o conforto vai retornando à casa e Alex ainda pode construir a perspectiva de uma profissão: a de músico.

“Eu quero ter minha família, eu quero ter meus filhos, quero estudar, fazer minha faculdade, eu não quero me manter nesta margem da sociedade, não quero continuar nessa marginalidade da sociedade, eu quero fazer parte dela, quero estar dentro dela e eu procurei sempre isso, mas eu estava tentando me colocar, mas eu nunca tentei ser o que eu não poderia ser, o que eu não era”. (ALEX; Anexo 1:2)

A combinação de diversas ações políticas em que Alex e sua família foram incorporados foi tão importante que possibilitou até mesmo a reabilitação de sua mãe. É significativo o fato de que tão logo se mudou para uma casa, tenha deixado de beber.

O Qualificarte foi mais uma ação positiva entre o conjunto de ações na vida de Alex. Lá, ele pôde aprender um pouco mais de informática, além de somar novos conhecimentos aos que já tinha. Os cursos no CESAM e a experiência do trabalho na CEF já haviam iniciado sua formação profissional.

Saiu do curso com auto-estima ainda mais elevada e sentindo-se um “profissional do comércio”.(Alex:5) Ganhou confiança para se apresentar ao mercado de trabalho e concorrer a uma disputada vaga.

Alex ressalta também a importância do Qualificarte para o reforço dos vínculos afetivos com seus familiares. Para ele o reestabelecimento do diálogo em casa foi possibilitado pelas mudanças que sofreu no seu modo de perceber o mundo:

“No meu ponto de vista o Qualificarte mudou muitas coisas, por exemplo, na minha família aqui em casa eu aprendi a ter uma visão de família, passei a contribuir mais com a minha família. Até então eu gostava muito do conhecimento, mas eu queria para mim, hoje em dia eu divido o meu conhecimento. Eu descobri isso no Qualificarte e foi uma fase de aprendizado extremo na minha vida, eu estudava no Qualificarte de dia e trabalhava com a população de rua à noite. Eu tive que dividir o que eu aprendia”. (ALEX; Anexo 1:5)

Todo esse processo permite a Alex alimentar seus sonhos, manter uma perspectiva de futuro e continuar sua difícil labuta diária rumo a uma vida melhor.

Certamente, se tivéssemos no Brasil políticas sociais mais justas e universais, Alex e sua família não precisariam ter tanto sofrimento para conquistar uma vida digna, de um trabalhador, de um cidadão.

É fato também que, uma vez atingido um grau de vulnerabilidade social tão profundo, foram as políticas sociais que lhe permitiram desenvolver autonomia necessária para a superação desta condição.

O otimismo e a possibilidade de uma vida melhor motivaram Alex a ter uma participação ativa na sociedade. Primeiro por ter compreendido sua condição e depois, por nunca ter se conformado com sua situação.

Finalmente, quando indagado acerca de sua condição de cidadania, Alex responde o seguinte:

“Eu sou um cidadão, e para mim isso significa o seguinte: eu exerço essa cidadania, eu não depredo ambientes, eu não agrido as partes alheias, não faço nada que vá de errado aos códigos penais, e eu acho que isso é cidadania e se alguém por ventura ousar me tirar estes direitos , meu direito de ir e vir, fazer as coisas que eu quero na hora que eu quero e se eu sei o

que é certo e errado, porque alguém vai me impedir de fazer o que eu quero? O cidadão tem o direito de ir e vir, de ter uma vida digna, e isso eu estou conquistando agora, não dignidade pessoal, mas familiar, eu creio que a dignidade, a honra eu nunca deixei cair, mas uma dignidade de condições de vida, e isso hoje eu tenho”. (ALEX; Anexo 1:5)

No segundo caso, temos a Simone, com uma história distinta. Sua relação com as políticas públicas sociais foi muito mais precária. Com a morte da mãe, o primeiro direito que lhe é negado é o da educação.

Sua inserção social fica por conta do trabalho, onde tem uma trajetória marcada pela precariedade. Trabalhava sem registro em carteira, não ganhava salário mínimo, sem férias e sem descanso semanal remunerado.

Não teve convivências sociais com colegas de escola e nem de trabalho. Sua patroa era “boa” e preocupava-se com seus estudos. Mas, já que seu pai negou os documentos, ficou por isso mesmo:

“depois me arrumou e eu fui trabalhar lá. Mas quando a dona quis me pôr na escola, não quis dar os documentos não. A dona quis me pôr na escola, mas ele “os documentos não vou dar não”. (SIMONE; Anexo 2:1)

Simone acredita que o pai não gostava dela e por isso não entregou seus documentos. Isso reforça a baixa estima que ela tem por si mesma. A alegação do pai que a “dona” iria roubá-la não a convenceu:

“Aí a dona lá não me pôs na escola não, porque meu pai guardou os documentos, ele escondeu meus documentos de ruindade. Não gostava de mim, mas quando eu fui trabalhar na dona ele disse que a dona ia me roubar. Parece que estava doido, eu não entendi meu pai não”. (SIMONE; Anexo 2:1)

Quando se casa conhece uma situação um pouco mais estável. Tinha comida e até alguns bens de consumo: uma geladeira e um rádio. Porém, o direito a estudar lhe é negado novamente, agora pelo marido. Por ciúmes, por medo, os homens de sua vida, não lhe permitiram concluir sua formação escolar.

Da mesma forma, o trabalho fora de casa não era uma atividade aceita pelo marido. Antes do marido adoecer trabalha por um ano em um motel, com carteira assinada. Essa havia sido sua única experiência de trabalho formal, antes do Restaurante Popular.

Sua situação, entretanto, sofre novo revés, com a doença do marido. Ela deixa o emprego para acompanhá-lo no tratamento e na internação.

Havia ainda o agravante da descrença do marido no sistema público de seguridade social. E isso a coloca em situação de extrema vulnerabilidade novamente.

“ ‘Não, não vou pagar não, o INPS não vale nada, tudo que faz com ele ele está cobrando, nem um remédio que a gente procura de graça a gente consegue. Então não vou pagar não, vou trabalhar a dia mesmo”. Então paga ao menos como autônomo. “Não vou pagar, não vou fichar carteira, carteira assinada pra mim eu não vou ganhar nada, eu ganho 75 por semana, com carteira assinada eu ganho cinquenta por semana’...”  
(SIMONE; Anexo 2:3)

Sua sobrevivência volta a ser obtida de forma bastante precária, até a mendicância ela praticou. Vivia da caridade alheia, nunca fez parte de nenhuma rede filantrópica de proteção, nem tampouco foi atendida por políticas públicas sociais que lhe permitisse superar suas fragilidades.

Os vales-transportes que obteve para visitar o marido na Santa Casa, as cestas básicas eram uma doação das assistentes sociais do hospital.

“E ele internado, tinha dia que não tinha dinheiro pra pagar a passagem nem para ir ver ele. Conversei com as assistentes sociais da Santa Casa e várias vezes elas me ajudaram. Passaram a me dar vales, davam remédio pra ele, me davam uma cesta, sabe? Elas falavam ‘Nossa Senhora que sofrimento, sua vida não é fácil, com essa menina’...”  
(SIMONE, Anexo 2:3,4)

Não conseguiu inscrever os filhos no Programa Bolsa-Escola<sup>32</sup>, apesar de ter apenas um maior de 14 anos:

“Os meninos ta tudo estudando graças a Deus, o que eu não tive eu estou esforçando pra dar a eles. Eu procurei o bolsa-escola, tive até lá no dia 11 e eles falaram calma que tem gente que chegou primeiro. Está pra chegar uma carta e eu quero ver se consigo ao menos 45 por mês. Está pra sair a bolsa tem quase seis meses”. (SIMONE; Anexo 2:5)

Não está cadastrada para receber cestas básicas, e o desconhecimento dos seus direitos, das possibilidades, não contribui para uma melhora na qualidade de sua vida.

Consegue sua vaga no Restaurante Popular mais por ter sensibilizado o Gerente com sua triste história do que por apresentar apenas as habilidades necessárias para o trabalho.

“Dezembro formamos. Aí fiquei janeiro, fevereiro e março parada. Eu já estava desesperada. A cesta era provisória, não tinha compromisso, não tinha vaga. Aí eu falei com o Carlos Henrique, (ele me) deu um ticket refeição, aí me deram dois vales: Simone guarda que assim que o Carlos Henrique conseguir tua vaga você vai ter que estar vindo aqui e não quero aquele negócio de não tenho passagem não. Aí eu guardei aqueles dois vales na minha carteira e esqueci deles. Aí um dia me chamaram, olha estão ligando pra você, lá do Restaurante. Falei gente já tem três meses que eu chorei lá, quem sabe eles abriram as portas pra mim, eu já fui na igreja, levei o nome do Carlos Henrique lá, pedindo a Deus pra fazer com que eles (que) me dessem uma beiradinha pra trabalhar. Aí Deus ajudou e não é que ele me ligou? Ele falou ‘Oh, aqui é o Carlos Henrique do Restaurante Popular’, eu nem acreditei,

---

<sup>32</sup> Programa municipal de renda mínima instituído no ano de 1996, e que paga 150 Reais à família para manter os filhos de sete a quatorze anos na escola. A PBH administra também os recursos do programa federal

fiquei muito alegre, falei é o Carlos Henrique mesmo? Ele falou: ‘sim sou eu, vem aqui com seus documentos e você vai começa’r. Eu falei o senhor não está brincando não? ‘Não, eu estou falando sério, vem aqui que eu vou tentar te colocar aqui’”. (SIMONE; Anexo 2:6,7)

Simone tem dificuldades em exercer suas funções e desperta a irritação dos colegas de trabalho, e percebe isso. Quando fui entrevistá-la demonstrou sua preocupação em sair da rotina do trabalho para me atender. Esclareceu que andou tendo alguns problemas com as atividades do trabalho.

A superação da vulnerabilidade no caso da Simone é instável, parece ter caráter temporário. Sua formação é precária e ela deixa explícita sua insegurança e suas dificuldades de relacionamento em equipe.

E sua percepção é corroborada pelo profissional que desempenha o papel de responsável pelo equipamento onde Simone trabalha. Ele elenca uma série de questões que tornam sua permanência no trabalho quase impossível.

Conforme suas palavras:

“A Simone apresenta grandes dificuldades para o desempenho das funções do trabalho. Falta educação, o meio onde ela está inserida não contribui, falta escola, ela tem dificuldades de educação, educação de vida. Hoje, ela chegou para trabalhar com a roupa toda suja. Fica difícil trabalhar com alimentação assim. O pessoal não aceita.

Ela não consegue respeitar os superiores, quando recebe uma orientação de trabalho questiona, não responde imediatamente, diz que vai fazer depois.

As nutricionistas são muito rigorosas e existe uma forte pressão para eu demiti-la. Eu estou segurando isso desde que a Simone começou a trabalhar aqui”. (CHEFE DA SIMONE; Anexo 5:1)

O seu processo de socialização é frágil. Quando menina ficava presa em casa, saía apenas para a escola, mas estudou apenas por três anos. Após a morte da mãe deixa de ir à escola por não saber ir só:

“(...) porque três meses sem ir na escola, cortaram meu nome, eu não sabia ir na escola. A gente foi criado muito preso, a gente era tipo da roça (...)” (SIMONE; Anexo 2:2)

No trabalho sempre atuou como doméstica, tendo poucos estímulos e poucos contatos. Sua sobrevivência sempre foi conseguida através do papel de “pobrezinha”, de “miserável”. É importante citar que a própria vaga de trabalho que ocupa hoje foi conseguida de forma pouco convencional. Sobre isso, seu chefe esclarece o seguinte:

“A contratação da Simone só aconteceu por muita insistência de uma técnica, do Qualificarte. Ela recomendou a contratação, pediu muito, no final ela dizia que não dava mais conta da Simone pedindo dinheiro, pedindo emprego e eu entendo que é obrigação do poder público auxiliar pessoas carentes como a Simone. Ela ainda sustenta sete filhos, e se ela não tem emprego, como fica? Amanhã, essas crianças serão marginais, a disposição do tráfico de drogas e assaltando a nós mesmos”. (CHEFE DA SIMONE; Anexo 5:1)

A cultura do trabalho, no entanto, é outra, exige mais aptidão. De outra forma, alguém tem que fazer a parte de quem não dá conta, e isso incomoda os colegas de Simone. A formação sócio-profissionalizante oferecida pelo Qualificarte não tem se mostrado suficiente para suprir tantas debilidades.

Ainda de acordo com seu chefe:

“Colegas de trabalho reclamam muito dela, mas não falam para ela, e sim para a chefia. Aí quando eu falo para ela, a reação é de surpresa, mas ninguém fala para mim. Eu sei, pois eles reclamam para mim”. (CHEFE DA SIMONE; Anexo 5:1)

É importante frisar que sua formação no Qualificarte ocorreu parcialmente. Quando ela ingressou no curso, as aulas de formação ampliada e parte das aulas teóricas já haviam sido ministradas. Ela participou somente das aulas práticas de auxiliar de

cozinha. Conforme as declarações a seguir, de seu chefe, percebemos a necessidade de oferecer-lhe esta formação:

“Ela está sendo pressionada a mudar, para não perder o emprego. Ela não consegue decodificar uma mensagem e precisa estar mais disposta a aprender a trabalhar. Ela tem dificuldades de aprender. Ela não teria chance em lugar nenhum, eu sou o agente facilitador dela aqui no trabalho, mas não tenho como mantê-la contra todos”. (CHEFE DA SIMONE; Anexo 5:1)

Pelo seu relato, verificamos que a vida da Simone foi duramente afetada pela falta de políticas sociais adequadas. Sua situação já era de fragilidade quando a mãe estava viva. Após a perda da mãe, ela não tem mais quem zele por seus direitos, quem atenda suas necessidades fundamentais. Seu pai não consegue lhe garantir nem mesmo sua escolarização.

A falta da educação básica não lhe permitiu o desenvolvimento de habilidades de comunicação e uma compreensão de mundo que lhe proporcionasse autonomia e o resgate da auto-estima.

Sua posição diante do mundo é a de vítima social: sempre dependente de caridade para garantir minimamente sua sobrevivência e a de seus filhos. Quando o marido adoece, abandona o emprego, num gesto que vai na contramão da racionalidade do mundo do trabalho.

Ela individualiza as relações: “o Reginaldo, a Terezinha, a patroa, o pai, o técnico do Conselho Tutelar”, e todas sob a ótica da misericórdia. O que consegue é porque alguém deu um jeitinho de lhe arrumar, penalizado por sua miséria.

Não reconhecendo seus direitos, Simone não reconhece a política. A política pública é o encadeamento de direitos, assegurados em lei. São marcos legais que permitem ao cidadão usufruir dos serviços que necessita.

A forma como Simone lida com a coisa pública é deturpada. É a personificação do Estado, não se trata de direitos, mas de ações clientelistas para uma população apta a ser abocanhada pelo “velho” jeito “coronelistas” de fazer política.

E, desta forma ela busca garantir aos filhos as condições que não teve para a conquista de uma vida melhor: a educação. Simone, assim como Alex, também identifica na escola formal o caminho possível para a mobilidade social.

Ressente-se de não ter conseguido estudar. Lamenta todo o tempo a falta de um “empurrão” para que pudesse ter uma vida melhor, mas não identifica o ator deste empurrão. Para ela poderia ter sido o pai, uma patroa, não percebendo o Estado como o sujeito deste papel.

A luta de Simone é a luta diária da sobrevivência. Recebeu a solidariedade dos vizinhos, que a ajudavam a cuidar dos filhos, a caridade da sociedade, mas não usufruiu dos direitos sociais concernentes ao exercício da cidadania.

E, a única política social que beneficiou Simone foi a formação sócio-profissionalizante oferecida pelo Qualificarte. Mesmo sendo realizada parcialmente, ela lhe possibilitou acreditar que era possível conseguir um trabalho e cuidar dos filhos.

“Graças a Deus agora eu tenho carteira assinada, desde primeiro de abril. Foi graças ao Qualificarte que eu estou aqui. O que eu tenho é pelo Qualificarte, o que eu sei fazer aqui eu aprendi no Qualificarte, lá eu aprendi coisas demais”. (SIMONE, Anexo 2:7)

Agora, com o trabalho no Restaurante Popular, voltou a ter carteira assinada. E sabe os benefícios que isso proporciona:

“Hoje eu tenho plano de saúde, cartão farmácia, direitos adquiridos através do trabalho formal. Foi através do Qualificarte que eu conquistei estas coisas aqui”. (SIMONE, Anexo 2:7)

Quando instigada a refletir sobre o que é cidadania e se ela poderia se dizer uma cidadã, respondeu da seguinte forma:

“Como cidadania? Eu já ouvi falar demais, cidadania é uma pessoa respeitar o direito dos outros, andar sempre direito, sempre na linha, respeitar as pessoas mais velhas, os patrões, ser correto, não pegar nada dos outros. Cidadania é uma pessoa respeitada, cumprir carga horária de trabalho, nunca pisar na bola, não jogar conversa fora, saber tratar os outros. E trabalhar, viver do trabalho da gente, não encostar nos outros, e, se cidadania for o que eu falei eu garanto que eu sou cidadã”. (SIMONE, Anexo 2:7)

Falando de cidadania, percebemos que Simone a relaciona somente com deveres e não com direitos. E, talvez por isso lamente tanto a falta de “um empurrão” em sua vida.

Não demonstra revolta pelo fato de seus direitos lhe terem sido sempre negados, mas pela falta de oportunidade de ser “ajudada” pelo seu merecimento.

E, acredita-se merecedora por nunca ter “deixado de andar sempre direito”, de “nunca ter pegado nada de ninguém” e não por ser simplesmente uma cidadã.

O terceiro caso é o do Dico, que foi contemplado pelas políticas públicas muito jovem, porém não como aluno da escola pública, e sim como “menino de rua” e infrator:

“Eu era um menino de rua. Não ia a escola, fui estudar aos 14 anos, porque era criado mais na FEBEM” (DICO; Anexo 3:1)

Sua família encontra grandes dificuldades para sobreviver após o falecimento do pai, e a solidariedade vem dos parentes próximos. A moradia de favor na casa da tia entretanto, gera freqüentes brigas com um primo mais velho, e isso compromete a agregação familiar.

Essa tensão constante em casa leva o garoto à marginalidade. Foge da escola para ir nadar e depois perambula pelas ruas onde cheira cola e pratica pequenos delitos.

E é aí que o Dico começa a conhecer a FEBEM, levado pela polícia:

“Eu não gostava de ficar em casa, porque tinha briga demais e nós tínhamos que esperar ele dormir pra entrar para dentro. Nós morávamos na casa da mãe dele e ele, que era adulto, brigava demais, e a casa era dele, nós morávamos de favor. Aí eu ficava na rua, roubava as coisas dos outros e a polícia pegava e os homens levava a gente para a FEBEM”. (DICO; Anexo 3:1)

Na falta de uma casa ele adota a FEBEM como uma referência de lar. Com as condições mínimas de sobrevivência garantidas ele passa a gostar de lá. Quando a mãe o busca e leva para “casa”, foge e retorna à Fundação.

Diz que não tinha esse negócio de violência e quando decidiu largar as drogas e construir alternativas para sua vida, eles o acolheram. Foi quando, aos 14 anos, o encaminharam para a unidade de Juiz de Fora, onde era possível estudar.

“Eu vim para a FEBEM do Horto, aí eles viram que eu tava querendo mudar e me mandaram para Juiz de Fora. Lá você estuda, aprende profissões. Eu fiquei lá até os 18 anos”. (DICO; Anexo 3:1)

É esta instituição que lhe permite alfabetizar-se e fazer um curso profissionalizante para office boy.

“Lá em Juiz de Fora eu fui pra escola. Aprendi a ler e escrever e foi lá que eu comecei a gostar de escola, porque aqui eu não gostava, aqui eu ia pra escola, mas eu pulava o muro e fugia pra ir nadar. Quando sai de lá, eu estava na terceira série”. (DICO; Anexo 3:1)

Deixou a FEBEM aos 18 anos, mas fica em Juiz de Fora mais um ano, prestando o serviço militar obrigatório. No exército a vida era dura, mas o aprendizado hoje é valorizado:

“Depois voltei para BH. Depois que eu servi o exército eu voltei. Porque lá na FEBEM a gente vai para o exército. Todo mundo pegava, pra ensinar como é que é a vida. Eu aprendi muitas coisas, aprendi o que é que é sofrimento verdadeiro. Porque no exército primeiro a pessoa sofre, pra depois ela ficar bem de vida. Você mesmo lava sua roupa, você não pode deixar sua bota suja, você tem que lavar, então é quando o homem aprende, e quando ele sai para ter uma família ele já sabe viver, já sabe cuidar dele”. (DICO; Anexo 3:1)

Após dar baixa do exército, Dico volta para Belo Horizonte e agora pode morar com a mãe, que já vive na casa dela.

Com 19 anos e baixa escolaridade, além da passagem pela FEBEM, fica difícil arrumar um emprego. Começa então a olhar carros nas ruas centrais da cidade. Foi ali que conheceu um casal que lhe ofereceu a primeira oportunidade de um emprego, com alguma estabilidade e direitos assegurados:

“Quando eu voltei comecei a vigiar carro, lavar carros, em 1989. Aí eu arrumei uma família ali da rua Rio de Janeiro, eles tinham um restaurante: eles gostavam de mim e certo dia o copeiro deles machucou a mão e não pôde ir trabalhar. Aí eles perguntou assim: quanto você ganha uma noite vigiando carros? Aí eu: não sei. Aí eles perguntaram: Quanto você quer pra trabalhar pra gente uma noite que o nosso copeiro machucou a mão? Aí eu falei assim: Mas, eu não sei fazer nada. Aí ele falou: Não somente nós vamos ensinar você a lavar copos para nós. Aí eu fui e eles gostaram de mim. Aí ele me convidou pra trabalhar lá, e aí eu fui fichado. Primeiro trabalho com registro na carteira, eu já tava com 21 anos”. (DICO; Anexo 3:2)

O ingresso no mercado formal de trabalho oferece as garantias necessárias para uma vida mais estável. Volta a estudar, estimulado pelos patrões, e cursa o ensino fundamental até a sétima série.

Por um desentendimento com o gerente do restaurante, após cinco anos de trabalho se desliga do ofício e busca uma nova colocação. É quando vai trabalhar na coleta de lixo, na empresa prestadora de serviços à PBH, ainda no mercado formal.

Após um ano deixa esta empresa e trabalha como servente de pedreiro, ainda com registro em carteira, mantendo-se assim, filiado ao estatuto da CLT<sup>33</sup>.

Após vários anos e alguns empregos, sempre com registro em carteira, Dico tem uma briga na região onde mora e, ameaçado por marginais da região, foge, deixando sua casa.

É importante ressaltar que este período é tratado com muito cuidado por Dico. Ele não revela exatamente o que se passou. Pode-se perceber entretanto, que por um período ele volta a viver nas ruas, desestabilizado, tendo rompido seus vínculos com o mercado de trabalho formal.

É então incorporado em uma ação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para população de rua: a República Reviver.

“Depois de trabalhar na construção fui parar na República Reviver. Eu tive uma briga lá em casa, com os malandros lá, eles quiseram matar eu e eu fugi de casa. Fiquei na rua, fui parar num albergue e como eu não era pessoa de ficar em albergue, eles me mandaram para a República Reviver”. (DICO; Anexo 3:2)

Através da técnica que coordenava a República, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, é encaminhado à ASMARE e também ao Qualificarte. Trabalhou na ASMARE desmanchando carteiras escolares e cadeiras para serem recuperadas. Nesse período se formou em cozinha industrial no Qualificarte.

A política municipal incorpora Dico em uma rede de programas, todos voltados à população de rua, e ele percebe as relações existentes entre as ações:

---

<sup>33</sup> Consolidação das Leis do Trabalho, legislação aprovada em 1943 regulamentando o trabalho formal no Brasil.

“Eu cheguei na ASMARE pela Dona Sonia. Tudo tem ligação: a República, a ASMARE, o bar aqui. Muita gente da República trabalha no CAC São Paulo, no Centro de Referência (População de Rua), tudo aqui é uma coligação, tem a TIM, a ASMARE e a Prefeitura”. (DICO; Anexo3:3)

Dentro deste circuito de proteção, voltou a se dedicar à área de cozinha, da qual afirma gostar muito. Candidatou-se a uma vaga de copeiro no Bar Reciclo e foi selecionado para trabalhar, incorporando-se novamente no mercado formal de trabalho.

Dico, assim como Simone e Alex, foi vitimado pela perda do provedor da família e pela ausência de políticas sociais que garantissem o acesso aos direitos básicos às famílias em risco social.

Sua trajetória, porém torna-se distinta dos demais que tiveram na escola e/ou no trabalho, alguma inserção social. Dico teve sua experiência de socialização nas ruas e na FEBEM.

Sua trajetória é pelas ruas da cidade como usuário de drogas, como delinqüente, e isso o leva a ficar sob custódia da justiça.

Como Alex, agarrou-se a todas as oportunidades da vida. Até de onde não se esperava nada. Dico, no entanto, consegue extrair positividade até mesmo do período recluso na FEBEM. Instituição esta, aliás, extinta, parte de uma política, conhecida publicamente por sua ineficiência no atendimento às crianças e jovens, sob sua responsabilidade.

Nem a educação, direito fundamental e obrigação da família e do Estado, essa instituição conseguia ofertar a todos os seus internos. Basta observar que para Dico estudar tem que ser transferido de Belo Horizonte para Juiz de Fora.

De maneira a ficar por cinco anos longe de sua mãe e irmãos. Aprende no exército o que se aprenderia normalmente com a família. Os hábitos de higiene e disciplina foram desenvolvidos a duras penas.

Retorna à capital, onde passou dois anos olhando e lavando carros nas ruas. Apesar do estigma de “pivete”, consegue se incorporar ao mercado de trabalho, e encontra motivação para retornar às salas de aula para concluir o ensino fundamental.

Não existe uma política social de inclusão produtiva na cidade, capaz de oferecer encaminhamento para o trabalho a sujeitos como Dico.

Sua inserção produtiva, entretanto, ocorre pela “boa vontade” de dois comerciantes em oferecer emprego a alguém que está em situação de marginalização.

Dico explicita que os patrões sabiam de seu histórico quando o contrataram. Ele deixa claro que algumas pessoas tentaram dissuadi-los da empreitada. Alegavam que ele era pivete e que traria problemas ao restaurante.

Ele retornou à cidade ainda jovem, com baixa escolaridade e histórico de delinquência. É possível deduzir que este currículo não contribui para o ingresso na vida produtiva.

São necessárias políticas sociais destinadas aos sujeitos com trajetórias de reclusão pela justiça, especialmente para os jovens, hoje recrutados, ainda crianças, pelo “empreendimento” do tráfico de drogas.

Quando volta a viver nas ruas Dico, novamente por problemas de violência, é incorporado a uma teia de políticas públicas sociais destinadas às pessoas que vivem como ele, sem teto.

E, pode-se perceber nitidamente a importância destas ações. Ele volta a fazer parte de uma comunidade, estrutura sua vida novamente através do trabalho na ASMARE, do curso no Qualificarte.

Isso lhe possibilita nova inserção social, retornando à casa da mãe e assumindo até mesmo a responsabilidade de pai, colocando-se a par do que se passa na vida da filha e decidindo-se até a procurar a justiça para apoiá-la.

O Qualificarte lhe possibilitou afirmar-se como um profissional, comprovado por um diploma, oferecendo maior segurança ao trabalhador:

“No Qualificarte eu virei um profissional, com um diploma mão, vc pode falar que é um profissional. Eu sou um cozinheiro, tenho a profissão de garçom e agora eu sou um copeiro. Cozinheiro pelo Qualificarte e garçom e copeiro eu aprendi a ser no trabalho”. (DICO: Anexo 3:3)

Esse processo permite o resgate da sua auto-estima e sua afirmação no mundo, chegando a expressar seu desejo de lutar pela filha. Não aceita a mãe bater nela. Ao ser indagado sobre o que acontecera, respondeu o seguinte:

“(...) hoje eu presenciei um fato e na segunda feira eu to pensando em procurar o Conselho Tutelar. A mãe dela tava batendo nela hoje e era como fio da geladeira e eu não gostei. Ela veio falar comigo e eu disse pra ela que não tenho mais nada pra falar com ela não, eu vou falar com o juiz. Eu quero é ficar com ela e levar ela pra morar lá em casa comigo”. (DICO; Anexo 3:4)

Expressa assim seu conhecimento sobre os direitos da filha, quem os representa e pelos direitos dele mesmo, enquanto pai.

Questionado sobre cidadania, se é cidadão e sobre direitos, falou assim:

“Ser cidadão é ser reconhecido em todos os lugares como um profissional, mas quem não tá trabalhando também é cidadão. Cidadania é todo mundo ter respeito, não ser um marginal, que todo mundo tem medo dele. Todo mundo tem direito a ter uma boa saúde, amor, alimentação e um bom salário, que é isso que nós não temos. E os direitos não são respeitados porque está tudo errado. O governo que não cria mais empregos e a sociedade que não apóia uns aos outros, que prefere jogar uma coisa fora do que passar para outro que precisa”. (DICO; Anexo 3:4)

Sua situação parece ser menos vulnerável agora. O Gerente do Bar Reciclo só tece elogios ao garçom:

“Ele assume seus compromissos, é pontual, sempre que precisa se ausentar ele avisa previamente, traz atestados, o que ele precisa fazer

ele faz, sabe lidar com o público, recebe elogios das pessoas que são atendidas por ele no bar. Quando existe uma reclamação, às vezes o movimento é grande e atrasa um pedido, o Dico sempre chama o gerente, não trata ninguém mal”. (CHEFE DO DICO; Anexo 4:1)

Quando se refere ao seu relacionamento com os colegas de trabalho, o Gerente do bar também é elogioso:

“O Dico como colega de trabalho não deixa nada a dever. Ele procura sempre aprender, o que ele não sabe ele procura aprender, ele pergunta”. (CHEFE DO DICO; Anexo 4:1)

Diante do exposto, é possível perceber que estas pessoas desconheciam os caminhos da política pública social. A exceção fica por conta da família de Alex, que no primeiro momento procura ajuda na Prefeitura de Contagem. E, o que conseguem tem caráter emergencial.

As duas outras famílias não tinham sequer noção de onde buscar seus direitos sociais. Porém, ao estabelecerem de alguma forma o contato com a política municipal, encontram resposta, mesmo que limitada ou pontual.

Apesar da forma fragmentada dessas políticas, nos três casos a resposta imediata foi positiva. Todos receberam algum tipo de apoio. A ação de acolhimento permite aos sujeitos sua capacitação e desenvolvimento, seja pessoal e/ou profissional.

É importante ressaltar, entretanto, que não há intencionalidade em incluí-los, isso ocorre aleatoriamente. O poder público municipal não tem uma ação de buscar esses sujeitos, de identificá-los, cadastrá-los, inseri-los e monitorar o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Mesmo a Simone, com todas as suas carências, é incorporada à política de formação profissional pela sensibilidade dos técnicos do Conselho Tutelar e pela coincidência da localização dos equipamentos.

Porque, quando procura o apoio a que tem direito, o Programa Bolsa-Escola, mesmo tendo seis filhos com menos de quatorze anos, é recomendado a ter calma. Afinal outros chegaram antes, e o recurso não dá para atender a todos que necessitam.

É possível constatar que, quando as ações de promoção são oferecidas em rede, isto permite o apoio em vários aspectos, e vemos que os resultados são positivos. É o caso do Alex e também do Dico. Este, porém, será o assunto tratado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO IV

### A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA DE EMREGO, TRBALHO E RENDA

#### 4.1 . A relevância da educação profissional para o público da assistência social

A política municipal de formação profissional, praticada pelo Qualificarte, mostra-se bastante positiva, como pudemos deprender da análise sistematizada no capítulo anterior, embora a amostra e a metodologia de pesquisa não estivesse focada neste tipo de avaliação. No entanto, é preciso ressaltar que, a oferta de educação profissional ao público da assistência social, buscando a construção da autonomia, é, em si, uma ação relevante.

A participação do poder público na educação profissional esteve restrita, até a criação do PLANFOR em 1996, à formação técnica regular, de nível médio, ofertada pelos CEFET's<sup>34</sup> e pelas Escolas Técnicas. Portanto, para jovens que tivessem concluído o atual ensino fundamental, equivalente a oito anos de escolarização.

O perfil do público atendido pelo Qualificarte não é o de um estudante, decidindo se continua sua trajetória escolar ou opta por um curso técnico profissionalizante, que lhe possibilite uma qualificação para se candidatar ao trabalho. Nem tampouco o perfil de um profissional requisitado pelo mercado de trabalho.

Ao contrário, trata-se de sujeitos com baixa escolaridade e, geralmente, sem experiência de trabalho formal, são caracterizados como de baixa empregabilidade.

A esse respeito, Zauli, afirma tratar-se de um conceito que:

“Utilizado adequadamente, este termo compreende a capacidade que cada indivíduo deve ter, a partir de agora, de se ajustar aos requisitos postos por um mercado de trabalho que deverá se caracterizar por mudanças contínuas, provocadas pela obsolescência de algumas

---

<sup>34</sup> CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica, implantados em 1978

ocupações, pelo surgimento de novas ocupações e pelo *job enrichment*. Assim ‘empregabilidade’ não se refere ao atendimento às exigências de recrutamento desta ou daquela indústria, ou ao ajustamento de um determinado processo de produção, mas, sim, numa visão de médio à longo prazo, a capacidade que todo trabalhador deve ter, independentemente da idade e da experiência já adquirida num determinado posto de trabalho, de se adequar aos processos de qualquer indústria, acompanhando as mudanças introduzidas , ao longo do tempo, nos produtos e nos processos.” (ZAULI; 1999:65)

Em um mercado de trabalho, que se apresenta mais restritivo a cada dia, tornando-se mais e mais competitivo, o público que necessita da assistência social para garantir necessidades básicas para a sua sobrevivência, tem cada vez menos chances.

Oferecer-lhes uma profissionalização que os capacite para disputar uma vaga de trabalho ou que lhes possibilite outra perspectiva de inserção produtiva, é dar-lhes uma oportunidade.

As instituições que tradicionalmente oferecem profissionalização no Brasil, com cursos que não exigem escolaridade mínima, têm um custo muito alto para estes sujeitos. É o caso do Sistema S, que forma profissionais para atuarem na área de estética, alimentação, e construção civil, entre outras.

Com a criação do FAT, em 1990, e a instituição do PLANFOR, seis anos mais tarde, a oferta de cursos para esse público foi ampliada. Contudo, esse programa sofreu muitas críticas em função da baixa qualidade da formação praticada e da falta de integração/articulação com outras políticas públicas sociais.

Entre outras, BARBOSA e MORETTO, (1998:91), destacam o seguinte: “Entretanto, mais uma vez, a coordenação com outras políticas de emprego mostrou-se frágil e os segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho não contaram com uma elevada participação nos cursos oferecidos”.

Diante de tais problemas, os gestores que atuam na área da política pública de trabalho, emprego e renda, aliaram-se a acadêmicos e conselheiros municipais e estaduais,

organizando reuniões que culminaram em documentos sistematizados, encaminhados e debatidos com os atuais técnicos do MTE.

Devido às críticas e cedendo às pressões, o Ministério do Trabalho e Emprego vem implementando diversas mudanças no programa, objetivando sanar os problemas apontados.

Com a constituição do Qualificarte, a PBH atua no sentido de diminuir a desigualdade de acesso, garantindo condições mais favoráveis ao público da assistência social do município.

É necessário destacar a importância desta política social, que como vimos, permite a democratização do acesso à formação profissional. A instituição de um centro público de formação profissional, destinado a ofertar cursos de nível básico ao público em questão, é muito relevante no atual contexto econômico. Trata-se de uma política pública de caráter pioneiro, que vem ocorrendo, por iniciativa das administrações municipais<sup>35</sup>, que buscam contemplar uma parcela da sociedade que raramente tem essa oportunidade.

Quando foi instituído o PLANFOR, o município de Belo Horizonte já contava com uma rede de entidades que praticavam a educação profissional. Em geral, são escolas comunitárias ou ligadas a instituições filantrópicas que ofertam cursos ao público pobre da cidade.

Mas, apesar de receberem sujeitos em situação de fragilidade social, oferecendo seus cursos cobrando pequenas taxas, apenas para custear o material gasto, o público em questão, dificilmente pode pagar, mesmo esta quantia.

No centro público municipal, os cursistas não pagam taxas e recebem inclusive os vales-transportes necessários para poderem freqüentar as aulas, assim como o lanche, seguindo o modelo implementado pelo PLANFOR, onde isto é obrigatório.

No Qualificarte este público vulnerável socialmente é acolhido pela equipe. Monitores, técnicos e coordenadores são sensíveis às suas dificuldades e expectativas.

---

<sup>35</sup> O Governo do Estado de São Paulo também criou um Centro Público de formação profissional para atuar no estado. Porém, até hoje, suas ações foram implementadas apenas no bairro paulistano de Vila Formosa, não se verificando abrangência estadual.

Isso pode ser verificado através do baixo índice de evasão dos cursos, apesar das adversidades que caracterizam o cotidiano destes sujeitos.

Os técnicos do Qualificarte, junto com a equipe da Escola Sindical, desenvolveram e implementaram uma metodologia voltada para as pessoas atendidas pela assistência social.

Conforme descrição feita no capítulo I, observamos que a formação sócio-profissionalizante supera debilidades da socialização dos cursistas. Na formação ampliada, questões como falta de asseio, higiene e disciplina, habilidades fundamentais para o exercício do trabalho, são abordadas.

Conforme relato do capítulo anterior, verifica-se que a Simone não passou por essa formação. Quando ela ingressou no curso, a formação ampla já havia sido ofertada. Esse fato passa a ter relevância quando analisamos sua situação no trabalho: entre seus principais problemas está a falta de asseio e higiene. Fato que se agrava pelo fato de sua área de atuação ser a da alimentação.

A equipe do Qualificarte pretende atuar no sentido de superar estas faltas, e, através da formação ampla possibilitar o acesso a conhecimentos que são difundidos por meio da educação formal.

No entanto, devemos considerar alguns aspectos do Qualificarte, que necessitam ser aprimorados. Em primeiro lugar, é necessário destacar a falta de articulação com outras políticas sociais, de âmbito municipal, para que se possa obter maior efetividade da política municipal de formação.

## **4.2. O papel da educação básica na formação do trabalhador e do cidadão**

O papel desempenhado pela escola, na construção do cidadão e sua autonomia, não pode ser substituído por cursos profissionalizantes de curta duração. A preparação para o trabalho, e a difusão de valores morais e éticos e da cultura geral da sociedade, são democratizadas pela escola básica.

O Alex constitui um exemplo desta situação. Sua escolarização lhe propiciou habilidades que não se verificam nos outros dois entrevistados. Sua capacidade de expressão e a compreensão que mostra ter de seus direitos e do mundo, são frutos da educação básica.

Através da formação profissional, Alex reforçou alguns conhecimentos e valores, exigidos pelo mundo do trabalho, mas constituídos na escola regular.

Essa formação, educação básica e educação profissional, possibilitou que Alex trabalhasse por dois anos atendendo em uma loja de conveniências, onde eram comercializados produtos que não fazem parte de seu consumo, mas, ainda assim, ele construiu argumentos para oferecê-los aos clientes.

Portanto, ainda que se adote uma metodologia específica, a formação profissional é apenas um dos elementos necessários para se desenvolver um cidadão. No caso do público do Qualificarte, a educação de jovens e adultos, ou EJA, deve ser a principal ação a ser articulada com a profissionalização.

Essa modalidade educacional, idealizada por Paulo Freire como um projeto de educação libertadora, pode ser estruturada através de um projeto político pedagógico que, além de elevar a escolaridade dos cursistas, preparando-os para a cidadania, contempla noções do mundo onde eles estão inseridos, inclusive o do trabalho.

Por se tratar de uma política de âmbito municipal, deve ser possível articular com a Secretaria Municipal de Educação um programa de EJA, destinado a atender os cursistas.

É preciso destacar que, a relação da educação com o trabalho no Brasil, é tradicional. Para OLIVEIRA, é apenas uma nova abordagem de uma outra, mais antiga, entre educação e economia.

Na década de 50, a educação ganha destaque no debate sobre desenvolvimento. Esta relação foi reforçada pela primeira LDB<sup>36</sup>, datada de 1961. De acordo com a autora: “A centralidade ocupada pela administração escolar no referido momento justificava-se no imperativo de organizar os sistemas de ensino de acordo com as demandas do mercado de trabalho dentro do padrão de industrialização emergente”. (OLIVEIRA; 1999:70)

As emendas e reformas posteriores, apenas ampliaram estes vínculos. A autora, afirma que desde a década de 50 esta relação passa a determinar as políticas educacionais. Este processo faz da escola, portanto, espaço privilegiado da formação para o trabalho.

---

<sup>36</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Isto pode ser ilustrado pelo exemplo da Simone. A ausência da escola em sua vida não lhe permitiu desenvolver determinadas habilidades que possibilitasse perceber seu papel no trabalho, identificando suas funções e assimilando a estrutura de hierarquia, intrínseca das organizações coletivas laborais.

Nos dias de hoje a escola formal também desempenha papel importante na construção da cidadania, garantindo a manutenção dos laços societários. Ainda conforme OLIVEIRA:

“Ao mesmo tempo, a oferta de educação básica possibilita às populações terem acesso a rudimentos de instrução que favorecem a vida em sociedade. Através da escola básica, noções de higiene, de disciplina, de civilidade, códigos indispensáveis à vida moderna são transmitidos a todos os indivíduos, inclusive àqueles alijados do emprego formal e regulamentado.” (OLIVEIRA; 1999:75)

A política de formação profissional do país, orienta no sentido de que estas ações estejam articuladas a outras, como a educação de jovens e adultos, além de programas de intermediação, como o SINE<sup>37</sup>.

Neste sentido, para construir um processo educativo na ótica do trabalhador e não do mercado de trabalho, como busca o Qualificarte (SMDS; 1998:1), é necessário superar a idéia de elevação da empregabilidade somente com cursos básicos e de curta duração. Também para a perspectiva de formação de cidadãos, é preciso mais do que isso.

### **4.3. A articulação de políticas públicas e a inserção produtiva**

Pelas razões aqui expostas, no segundo capítulo, não é possível considerar que o público do Qualificarte obtenha sucesso em sua inserção produtiva sem que existam outras ações de apoio.

---

<sup>37</sup> Sistema Nacional de Emprego, criado em 1975 para intermediar a relação entre demanda e oferta de empregos. Vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego e recebe recursos do FAT

De acordo com o conceito de cidadania, explicitado no Capítulo segundo desta dissertação, vemos que os direitos sociais são fundamentais tanto para garantir o exercício dos direitos civis e políticos, quanto para garantir a participação do sujeito na riqueza coletiva.

E, o direito ao trabalho, é condição elementar para possibilitar que todos desfrutem da cidadania. Assim, uma formação voltada para a cidadania precisa estar associada às ações de encaminhamento ao trabalho para ser efetiva.

Portanto, devemos realçar a necessidade de integração com outras ações no campo das políticas públicas de emprego, como um programa de encaminhamento para a inserção produtiva. Isso pressupõe que após receber a formação para desenvolver as atividades laborais pertinentes a determinada profissão, os sujeitos sejam incorporados a uma outra ação, a de intermediação.

Como vimos no Capítulo I, os técnicos do Qualificate trabalham com a possibilidade de formar tanto para o mercado de trabalho formal, quanto para o trabalho autônomo, ou para a produção na perspectiva da economia popular e solidária.

Na primeira hipótese, é possível que os egressos ocupem vagas na própria administração municipal, como no caso do Dico e da Simone, ou a serem disponibilizadas por empresas parceiras de um programa municipal de intermediação de vagas.

A trajetória de vida revelada por Dico, não contribui para que ele possa assegurar, por sua própria conta, ingresso no mercado de trabalho. Diante do grande número de trabalhadores disponíveis para ocupar uma vaga, passa a ser raro encontrar um empregador disposto a “se arriscar” com um sujeito que já transgrediu a lei.

Também no caso da Simone, mesmo que ela conseguisse inserção no trabalho por sua própria conta, dificilmente teria patrões com nível de tolerância tão alto, mais comprometidos com a superação de sua vulnerabilidade do que com a qualidade do desempenho de suas tarefas.

Na segunda perspectiva, a formação precisa de uma abordagem complementar. No caso da economia popular e solidária, os cursistas necessitam desenvolver noções de cooperativismo, solidariedade, participação, coletividade, gestão de negócios, entre outras.

Na terceira e última, voltada para os trabalhadores autônomos, é necessária a aquisição de noções que lhes permitam negociar seus prazos e valores, sem que tenham prejuízos ou que acabem lesando seus clientes.

Ainda nos dois últimos casos, é fundamental a possibilidade de acesso ao crédito popular, para a aquisição dos meios de produção, necessários para o desempenho das atividades propostas.

A implementação de um programa de intermediação pode favorecer inclusive o diagnóstico de potencialidades econômicas, auxiliando na definição dos cursos a serem ofertados, através de entendimentos entre o setor público e privado, aumentando a eficiência da ação.

Destaco ainda que, por meio desta ação é possível fazer o acompanhamento dos trabalhadores encaminhados, avaliando sua adaptação ao trabalho e, se necessário, incorporá-los em novos cursos, buscando sanar possíveis dificuldades.

Mais uma vez faço uso do exemplo da Simone, que, caso não seja incorporada em nova formação, dificilmente manterá a vaga e as conquistas sociais advindas com o emprego formal. O que significaria para ela uma grande frustração e a miséria novamente, para a política social um desperdício de recursos públicos.

Por fim, é necessário destacar a falta de instrumentos de avaliação do programa e de acompanhamento dos egressos inseridos. Novamente, o exemplo anterior é expressivo. A falta de acompanhamento dos egressos não permite que as dificuldades da Simone e do equipamento que a empregou, sejam superadas.

Ao implementar uma política pública social é necessário que seja constituído, paralelamente, um programa de avaliação da ação.

Pois, é com base em dados que surgem do monitoramento do programa que pode se corrigir, durante o processo, desvios de percurso. De maneira que se torne possível obter uma maior eficiência da ação implementada.

ARRETCHE (2001), afirma que:

“A avaliação é teoricamente uma das etapas de uma política. De acordo com os manuais de análise e avaliação de políticas públicas, a avaliação deveria ser uma etapa posterior à implementação das políticas e programas, destinada a influenciar sua reformulação, seja durante sua implementação, seja posteriormente”. (2001:36)

Neste aspecto, o Qualificarte apresenta-se bastante débil. As informações ainda não são tratadas de forma sistemática, perdendo-se registros importantes, como listagens de turmas que já concluíram o curso, com os endereços e os contatos com os programas de origem. Fato que compromete futuras avaliações e pesquisas, na medida em que dificulta ou impede o acesso às informações.

As questões observadas acerca da política de formação profissional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte fazem parte de um debate nacional, que acumula alguns avanços. Gestores, acadêmicos, sindicalistas e técnicos já promoveram diversos encontros para debater a política nacional de formação profissional, sua vinculação com a educação e seu papel na política pública de geração de trabalho, emprego e renda.

Esse debate teve início com a implementação do PLANFOR pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Muitas avaliações, estudos e artigos foram produzidos acerca do assunto, geralmente críticos à falta de integração das ações, com o Ministério da Educação e entre as próprias ações da política pública de emprego, trabalho e renda.

Algumas experiências de governo, no entanto, corroboram estas críticas. É o caso, entre outros, da política municipal de São Paulo, que teve sua sistematização organizada por POCHMANN, nos livros “Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – Novos caminhos para a inclusão social” (2002) e “Outra cidade é possível – Alternativas de inclusão social em São Paulo” (2003).

Por meio deste trabalho, verificamos que a articulação da formação profissional às demais políticas sociais é uma estratégia que se mostra eficiente. Principalmente quando os objetivos são a geração de renda, a garantia de ocupação e ampliação da qualidade de vida e a cidadania da população. (AMORIM & OLIVEIRA; 2003)

A política implementada no município está sob o comando da SDTS – Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, uma pasta enxuta, que coordena um

conjunto de ações. O programa é articulado em torno de três eixos programáticos, quais sejam: programas redistributivos, emancipatórios e de apoio ao desenvolvimento local. (MORETTO & POCHMANN; 2002)

O primeiro eixo concentra as ações de redistribuição de renda, que são quatro<sup>38</sup> e contemplam a população de todas as faixas etárias. (FREITAS & POCHMANN; 2003)

O segundo e o terceiro eixos englobam as ações da política pública de trabalho, emprego e renda e de desenvolvimento econômico. Combinando ações para a inserção produtiva com ações de desenvolvimento econômico local, são implementados programas emancipatórios e de fomento econômico. (FREITAS & POCHMANN; 2003)

Entre estas ações, estão as de formação através de projetos de educação de jovens e adultos e de educação profissional de nível básico. E as ações que garantem ao público acesso ao microcrédito e às incubadoras de cooperativas e pequenos negócios. Para complementar, a SDTS implementou duas ações de apoio ao desenvolvimento local<sup>39</sup>. (FREITAS & POCHMANN; 2003)

A equipe da SDTS utilizou alguns parâmetros para definir a área de atuação do programa: indicadores de violência, de renda, de empregos, de alfabetização e de população jovem. (MORETTO & POCHMANN; 2002)

Os distritos foram então ordenados com referência nestas combinações e a implementação dos programas foi iniciada a partir dos mais elevados índices de fragilidade social. (MORETTO & POCHMANN; 2002)

Quanto à gestão dessas ações, ela também é realizada de forma integrada. A Comissão Intersecretarial para Implementação dos Programas, que é constituída por diversas secretarias e empresas públicas, junto com a equipe da SDTS têm a função de planejar “todas as etapas de atendimento dos beneficiários dos programas de renda mínima, desde o cadastramento até a modelagem das atividades de capacitação.” (FREITAS & POCHMANN; 2003:41)

Por meio de mais onze comissões, fóruns e grupos, são chamados a participar de uma gestão compartilhada, dos vários programas, representantes dos trabalhadores,

---

<sup>38</sup> Os programas são: Renda Familiar Mínima (0-15 anos), Bolsa-Trabalho (16-29 anos), Operação Trabalho (21-39 anos) e Começar de Novo (40 anos e mais)

<sup>39</sup> Ações de Desenvolvimento local: Reconstrução de elos das cadeias econômicas e constituição de arranjos produtivos e Apoio e articulação local e alocação de trabalho e intermediação de negócios

empresários, ong's, universidades e demais instituições representativas da sociedade civil.

Nos anos de 2001 e 2002 os programas atenderam mais pessoas do que a previsão inicial. Os programas emancipatórios ampliaram sua participação em mais de 100% dos recursos totais do programa, passando de 0,5% para 12,1% dos recursos.(AMORIM, BARBOSA, Alexandre de Freitas el al. 2003).

O programa gera impactos muito positivos, que podem ser verificados pelos índices econômicos e sociais dos distritos favorecidos pelas ações. Podemos destacar os seguintes indicadores: efeitos positivos na economia local, registrado pelo comércio e pelo aumento da arrecadação de ISS, contenção das taxas de desemprego, queda na evasão e na reprovação escolar, velocidade 80% mais rápida na queda dos índices de homicídios e acesso ao sistema bancário para 250 mil beneficiários dos programas. .(AMORIM, BARBOSA, Alexandre de Freitas el al. 2003).

A experiência implementada em São Paulo apresenta as mesmas perspectivas da política pública de emprego, trabalho e renda sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Os grandes volumes de recursos que eram repassados aos estados para desenvolvimento dos PEQ's, não existem mais. Para receber recursos do FAT destinados à formação profissional, estados e municípios devem elaborar planos integrados, por regiões, e articulados com ações de EJA, de elevação da escolaridade, de intermediação de vagas de trabalho, além de ações que permitam o acesso ao microcrédito. (Governo Federal/Tem/Resolução 333,2006)

No caso de Belo Horizonte, esta perspectiva também se mostra viável. As condições elementares para implementação de ações semelhantes são bem favoráveis. A cidade conta com o Qualificarte e sua metodologia, com experiências bem sucedidas de EJA, e de intermediação de trabalho, com uma rede de empresas solidárias, a ONG Rede Cidadã, com o BANPOP, e de equipamentos de economia popular e solidária<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Existem em BH experiências de EJA implementadas pela própria Secretaria Municipal de Educação; um programa de intermediação desenvolvida pela ONG CDM, Cooperação para o Desenvolvimento da Morada Humana, parceira da PBH; a ONG Rede Cidadã que é parceira da PBH e disponibiliza vagas, microcrédito e apoio aos pequenos negócios; o BANPOP, Banco Popular, e um programa da GEDE/SCOPLAN, já implementado, de apoio à economia popular e solidária, através dos grupos cadastrados.

Todas estas entidades já são parceiras da prefeitura, em diversos convênios. Destaca-se ainda o fato de que a prefeitura conta com equipe técnica que já atua em diversas destas ações, só que de forma dispersa, pelos diversos órgãos sociais além das secretarias regionais de serviços sociais.

A Prefeitura de Belo Horizonte dispõe, portanto, das principais condições para implementar uma política social articulada, e, efetivamente de construção da cidadania.

A reforma administrativa realizada em 2000 criou a SCOMPS – Secretaria de Coordenação Municipal da Política Social. Esta secretaria coordena todas as secretarias municipais da área social, entre elas a de educação, a de saúde, a de abastecimento, a de assistência social e a de direitos humanos e cidadania. (Secretaria de Modernização Administrativa e Informação/PBH)

É importante esclarecer ainda que existe um grande programa social, o BH Cidadania, com abrangência nas áreas mais carentes da cidade<sup>41</sup>. Destaco inclusive, que a metodologia utilizada para a definição das regiões com maior Índice de Vulnerabilidade Social em Belo Horizonte, foi uma das metodologias testadas em São Paulo, quando da definição das áreas para a implantação do Programa de Inclusão Social.

Este, portanto, é mais um instrumento do município para a criação de uma política abrangente e articulada. Mas, apesar de ser planejada de forma mais ampla, as ações de inserção produtiva hoje, estão restritas ao encaminhamento através da economia popular e solidária.

É preciso registrar que a PBH já tem um projeto para articular as ações de inserção produtiva à formação profissional dos equipamentos da prefeitura, ampliando o atendimento e os programas disponibilizados. (ANDRADE, DUTRA & PORTELLA; 2003) .

Entretanto, apesar das publicações que corroboram estas afirmações, é de conhecimento público, que tais programas ainda não estão implementados.

---

<sup>41</sup> Sobre o programa BH Cidadania, conferir Revista PensarBH – Política Social, Edições Temáticas, nº 1, set/nov, 2001 e nº4, ago/set 2002.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O atual contexto socioeconômico não se apresenta muito otimista para os que extraem do trabalho a sua sobrevivência. Quando se trata de pessoas que possuem poucos dos requisitos mínimos solicitados pelo mercado de trabalho, essa situação se agrava.

As carências do público do Qualificarte são muitas, de maneira que, falar em cidadania destas pessoas, torna-se muito complexo.

Afinal, cidadania é um conceito que implica em direitos. E, estes direitos estão, em sua maioria, muito distantes dos sujeitos em questão.

As trajetórias de vida dos três egressos entrevistados expressam um constante aviltamento dos direitos dos cidadãos: crianças trabalhando, crianças fora da escola, crianças pedindo esmola, cheirando cola, perambulando pelas ruas, sem ter o que comer. Famílias sem ter onde morar, pessoas que perderam o provedor da família e que não conseguem viver com o que recebem do sistema de seguridade social.

Alguns, sequer conseguiram garantir alguma previdência, como no caso da Simone. Esse não é o retrato da cidadania conquistada pelos trabalhadores, como vemos no terceiro capítulo deste trabalho. Nem, tampouco, do cidadão brasileiro, conforme assegura a Carta Magna da Nação.

Nas três situações analisadas, não havia uma trajetória de cidadania, para que pudesse haver o resgate desta condição. Resta avaliar então, se houve construção da cidadania dos entrevistados.

Neste caso, ao considerarmos a cidadania em sua totalidade de direitos, de acordo com o que está expresso no segundo capítulo deste trabalho, teremos uma realidade muito distante dos sujeitos entrevistados.

E, a educação profissional por si só, não irá proporcionar tal resultado, por limitações óbvias. É necessário garantir inserção produtiva, que possibilite ao sujeito auferir renda suficiente para conquistar autonomia, e aí sim, vir a construir sua cidadania plena.

Diante dos relatos acerca da inserção ocupacional, pode-se afirmar que o Qualificarte é parcialmente eficaz em seu intento. Sua formação contribui significativamente para o resgate da auto-estima, para a afirmação dos sujeitos.

Alex, o mais entusiasmado, ressalta que aprendeu a “ter vontade de aprender coisas”, habilidade destacada como de grande relevância em seu trabalho. Para ser eficiente como atendente de uma loja de conveniências em um bairro da Zona Sul da cidade, ele precisava ter disposição de conhecer e informar sobre coisas que dificilmente terá oportunidade de vir a consumir. Não é o trabalho que ele deseja, ele quer ser músico, mas mostra-se orgulhoso de dar conta de faze-lo.

O Dico sente que aprendeu a trabalhar como auxiliar de cozinheiro e, por isso, valoriza muito o estágio e afirma-se um profissional. Gosta do trabalho que tem, não reclama do seu salário, mas quer uma vida melhor. E, para isso, busca trabalho com a profissão que adquiriu no Qualificarte.

A Simone não tem problemas para atuar no trabalho, nas suas tarefas de preparar os alimentos para o cozimento. Ela demonstra ter aprendido no curso estas habilidades. Isto é o suficiente para ela sentir que é uma profissional, que ela aprendeu “tudo” no Qualificarte.

No entanto, se avaliarmos a capacidade de permanência no emprego, veremos que a Simone se mantém em uma situação muito vulnerável. Não apenas porque o seu rendimento não é suficiente para lhe assegurar condições básicas de sobrevivência, com seus sete filhos. Mas, porque não desenvolveu habilidades de relacionamento fundamentais para o trabalho.

Reconhecer a estrutura hierárquica da organização do trabalho, acatar as regras estabelecidas, respeitar os colegas de trabalho, são dificuldades de relacionamento.

A sua trajetória é muito carente de espaços de socialização, de reconhecimento de si e do outro, formação que não pode ser realizada em um curso de quatro meses. O que não minimiza o papel do curso, inclusive de sensibilizar o sujeito, que já é adulto, ou quase, e, no entanto não tem essa vivência, tão cara ao mundo do trabalho.

Isso, porém, não habilita os cursos profissionalizantes a substituir a educação básica, que, ainda é considerada o requisito básico para o trabalho. Nem essa se mostra uma pretensão da equipe do Qualificarte.

O Dico conseguiu inserção produtiva por ter ingressado em uma rede de proteção, que há muitos anos vem sendo implementada na Capital, destinada ao público morador de rua. Dificilmente ele irá conseguir trabalho, com direitos assegurados, por sua própria conta. Sua experiência de trabalho é marcada, nos últimos anos, pela precarização.

Também o Alex não apresenta nenhuma estabilidade, embora demonstre ter mais recursos para conseguir inserção produtiva. Já possui a experiência profissional que tantos problemas acarreta para os jovens em sua faixa etária conseguirem ocupação.

O Qualificarte, de acordo com o Capítulo I, é compreendido como a passagem do nível da assistência social para alcançar a inserção econômica. É neste sentido que sua eficácia é parcial.

Nem poderia ser diferente, porque seu papel é o de formar para o desenvolvimento de habilidades requisitadas em ocupações específicas. Para a inserção ocupacional deste público é necessário um conjunto de outras ações complementares, dentro do escopo da política pública de emprego, trabalho e renda.

De acordo com a exposição do quarto capítulo, vimos que na concepção, esta política depende de um conjunto de ações, que aliam formação, intermediação de vagas e apoio ao microcrédito.

De outra forma, apenas quando o país registrar índices de crescimento bem mais elevados que os atuais, poderemos pensar em formar trabalhadores para serem absorvidos pelo mercado de trabalho.

Por fim, quanto à idéia de cidadania que os entrevistados apresentam, verificamos que ela está muito mais relacionada às obrigações do que aos direitos. Todos lembram do direito à propriedade privada, aquilo que não lhes pertence, que é do outro é que deve ser respeitado. Ou seja, é cidadão quem não tem problemas com a polícia, com a justiça.

Também é comum o entendimento de que ser cidadão é sobreviver do seu próprio trabalho. Mas, o trabalho aqui é entendido como um dever e não como um direito.

O direito à liberdade e a ser respeitado, como sujeito, é outro elemento importante no reconhecimento da cidadania. Mas, na hora de defender seus direitos é importante lembrar que o Alex não foi passivo. Ao contrário, ele teve a iniciativa de questionar e se impor, forçando a prefeitura a tomar outra medida com relação a sua família.

O Dico também demonstra possuir noções de que nós temos direitos e que se preciso, podemos lutar por eles. Ao preferir não conversar mais com a mãe de sua filha, afirmando que agora o diálogo é com o juiz, sinaliza neste sentido.

**Já a Simone continua no papel da "coitada", que pede tanto, e para tantos, que**

no final "alguma coisinha" ela consegue. Até mesmo seu ingresso no Qualificarte ocorreu dessa forma, pela caridade da equipe. Pelos mesmos mecanismos ela ingressou no trabalho atual.

Mas, apesar do aparente sucesso da ação, vimos que a sua situação de vulnerabilidade permanece, pois não há aprendizado real para o trabalho. Há uma continuidade de seu papel, sua sobrevivência permanece sendo assegurada pelo sentimento de piedade que ela desperta. E, esta situação não favorece a autonomia.

Sua busca se mostra muito mais voltada para garantir um futuro com outras condições de vida para os filhos, do que um presente, onde ela também possa usufruir uma vida melhor. Ela não demonstra esperanças com o seu futuro, seu objetivo é a sobrevivência imediata.

A partir da realidade destes sujeitos, avalio que a política de educação profissional implementada pelo Qualificarte, mostra-se eficiente em sua metodologia, para oferecer formação ao público da assistência social. Mas, para o desenvolvimento da cidadania destes sujeitos, é necessário um conjunto de políticas, num arranjo muito mais complexo.

Portanto, para este público poder construir ou resgatar sua cidadania, a formação sócio-profissionalizante é apenas uma das ações necessárias. E, se praticada de forma isolada, como vem sendo feita, ela somente fortalece a perversidade do discurso que transfere para o próprio sujeito a responsabilidade por sua condição de vulnerabilidade social.

No segundo capítulo, esclareço que os direitos constitutivos da cidadania são os direitos civis, políticos e sociais. Sendo que os últimos são essenciais para a garantia dos primeiros, uma vez que foram instituídos exatamente para assegurar aos mais vulneráveis um padrão mínimo de qualidade de vida.

Portanto, os direitos sociais, que como abordei no segundo capítulo, estão seriamente ameaçados no atual estágio do capitalismo, são fundamentais para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social. São eles que asseguram as condições necessárias para o exercício dos direitos civis e políticos.

Conforme menção anterior, a cidadania passou a ser, hoje em dia, perseguida

como a condição para uma vida digna e uma sociedade justa.

Desde a derrocada do socialismo soviético, no final da década de 80, estabeleceu-se no mundo uma busca incessante e universal pró-cidadania. Esta condição passou a ser manifestada em tantos discursos, de atores tão distintos, que ficou mais próxima de ser transformada em uma panacéia global, do que em políticas efetivas, visando a universalização de direitos e deveres.

A incorporação da defesa da cidadania nos discursos de setores da sociedade é freqüentemente manifestada. Tomo como exemplo os empresários, representantes do setor produtivo que vêm expondo sua preocupação com a extensão desta condição a todos.

Porém, muitas vezes, parte desses empresários, acabam mostrando-se mais comprometidos com a chancela que podem receber seus produtos, garantindo um "plus" econômico sob a imagem de empresa responsável socialmente, do que traduzindo em ações concretas, efetivas e permanentes, tal preocupação.

E, mesmo as ações que desenvolvem, poderiam ter maior eficácia, se articuladas com outras, implementadas pelo poder público.

Da mesma forma, a mídia, que desempenharia um papel fiscalizador do poder público e da sociedade civil, acaba evidenciando a falta de universalização da cidadania. Isto porque, faz mais propaganda do que realmente contribui para desenvolver a garantia dos direitos do cidadão, por meio de campanhas e orientações.

Para tomar realidade a construção da cidadania do público do Qualificarte, assim como de todo o público da assistência social, em um cenário político e econômico mundial tão adverso, é necessária mais do que uma política de formação sócio-profissional. É preciso desenvolver outras ações políticas que, somadas à educação profissional, possam de fato permitir uma inserção produtiva que viabilize a autonomia desses sujeitos.

Isso depende de uma grande articulação das políticas sociais. Primeiro, é preciso articular todas as ações realizadas em nível municipal, e estas devem ser articuladas às de nível estadual e federal. Além disso, é necessário desenvolver diagnósticos e políticas em âmbito metropolitano, uma vez que na prática, a população

**já vive uma situação de total conurbação.**

**Para enfrentar estes problemas, o Ministério do Trabalho e do Emprego, vem promovendo ajustes na política pública de trabalho, emprego e renda, objetivando efetivar essas articulações. Já no ano corrente, o MTe priorizou os projetos com articulações regionais e metropolitanas e com outras ações, na definição do repasse dos recursos do FAT referentes à formação profissional. (MTe, Resolução nº 333, de 10/07/2003).**

**De maneira que, apesar da escassez de recursos para tantas carências sociais, e das poucas perspectivas de crescimento econômico para viabilizar a criação dos empregos formais necessários, as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, busquem alcançar resultados mais efetivos.**

**A experiência de São Paulo e de outras regiões metropolitanas, mostram possibilidades de articulação das políticas sociais em busca de resultados efetivos.**

**Neste sentido, à luz da política proposta pelo MTe, é preciso promover em Belo Horizonte uma articulação que alie os esforços públicos, nas três esferas, às ações dos empresários e da sociedade civil, em nível metropolitano.**

**Assim, através de uma política social abrangente e articulada, é possível garantir o desenvolvimento de autonomia para o público da política social, abrindo caminho para a construção da sua cidadania.**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gladys; DUTRA, Ricardo & PORTELLA, Rosalva. A política municipal de desenvolvimento socioeconômico. *Revista Inclusão Produtiva* - Publicação da Secretaria Municipal de Assistência Social - PBH, Belo Horizonte, p. 21-24, jul. 2003.

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas & OLIVEIRA, Cláudia Maria Cirino de et al. Abandono e esperança na cidade: o processo de exclusão e a estratégia paulistana de inclusão social. In: POCHMANN, Márcio. *Outra cidade é possível* - alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ARRETCHE, Marta T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

BARBOSA, Alexandre de Freitas et al. A estratégia paulistana de inclusão social: Parâmetros para avaliação e monitoramento. In: POCHMANN, Márcio (Org.). *Outra cidade é possível* - alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BARBOSA, Alexandre de Freitas & MORETTO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo: ABET, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.  
CARVALHO, José Murilo. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México: El Colegio de México, Fondo de Cultura Económica, 1995.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social* - uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. Réquiem para uma Constituição. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação* - balanço do Governo FHC. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

DRAIBE, S.M.; Castro, M.H.G. & Azeredo, B. Constituição e Expansão do Estado de Bem-Estar no Brasil. In: *O sistema de proteção social no Brasil*. Campinas: UNICAMPINEPP, 1991.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. In: Soares, G.A.D. & D'Araújo, M.C. (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e*

perspectivas. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1994.

FERREIRA, Alexia Luciana & AMARAL, Cláudia V. Torres do. BH Cidadania - O percurso da política social. *Pensar BH - Política Social*, Belo Horizonte, Edição Temática n.1, p.19-30, set. 2001.

FREITAS, Rosana de. POCHMANN, Márcio et al. O ciclo de desenvolvimento da estratégia de inclusão social paulistana. In: POCHMANN, Márcio (Org.). *Outra cidade é possível - alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In: FIN DA SILVA, Luiz Heron (Org.). *Escola cidadã no contexto de globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998: 218-239.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

GARRATY, John A. Apud SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Cada Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antigüidade Clássica. In: PISKY, Jaime & PINSKY, Cada Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

HILL, Christopher. Apud Mondaini, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PISKY, Jaime & PINSKY, Cada Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

HOBSBA WN, Eric. *A era dos extremos - o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado - como foram destruídos mais de 3 milhões de*

emprego nos anos 90. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MATTOSO, Jorge. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação - balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Resolução n<sup>o</sup>, 333, Brasília, 10 de jul. 2003.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Cada Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

MORETTO, Amilton & POCHMANN, Márcio. A estratégia paulistana de inclusão social. In: POCHMANN, Márcio (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade* Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhador. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação - balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade & DUARTE, Marisa R.T. *Política e trabalho na escola - administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, Maria Regina & CARVALHO NETO, A. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

PBH - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/SMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Qualificate: uma experiência singular de qualificação profissional*. Belo Horizonte, 2003.

PBH - PREFEITURA DE BELO *HORIZONTE*/SMDS - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Os novos rumos da formação profissional*. Belo Horizonte, 2000.

PBH - PREFEITURA DE BELO *HORIZONTE*/SMMAI - SECRETARIA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INFORMAÇÃO. *Atribuições das unidades organizacionais da administração direta*. Belo Horizonte, fevereiro de 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro, 4 a 6 de set. de 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A razão dos miseráveis*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 jul. 2001. Opinião.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto Editora, 2003.

ZAULI, Eduardo. Empregabilidade. In: FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte, 2000.

ZAULI, Eduardo. Mercado Formal- Mercado Informal. In: FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte, 2000.

## **ANEXO 1**

### **Entrevista com Alex**

O jovem de 20 anos nasceu em Vitória, mas logo pequeno veio morar em Belo Horizonte. Filho de um Chefe de Cozinha e de uma Dona de Casa, que nunca trabalhou fora. Tinha uma vida de classe média baixa, com todos os móveis, aparelho televisor, geladeira e viviam de aluguel.

Os pais eram casados e tinham dois filhos: Alex e o irmão, um ano mais novo. Quando Alex estava com cinco anos e o irmão com quatro o pai faleceu e sua família se desestruturou. A mãe, com graves problemas psicológicos após o falecimento do marido, começa a fazer uso de álcool, bebendo "24 horas por dia". Não parava de beber em momento algum.

O pai não tinha uma carteira de trabalho assinada como um chefe de cozinha, "que hoje ganha bem".

A seguir, a vida de Alex, por suas próprias palavras:

"Meu pai trabalhava em Restaurante, mas não tinha a carteira assinada como um chefe de cozinha, que hoje ganha bem. Naquela época não era isso, ele trabalhava como um secundário, um cozinheiro. Ele era um chefe de cozinha porque ele comandava tudo, mas na verdade não era, na carteira ele era um cozinheiro. Hoje em dia ainda existe muito disso: você tem na carteira uma profissão, mas na verdade você exerce outra.

Aí, minha mãe passou a ser pensionista com um salário mínimo. Como você cuida de dois filhos pequenos com salário mínimo? Aí o que aconteceu? A gente não conseguia mais pagar o aluguel, pagar água, luz, alimentação, roupa ... Além disso, o valor de um salário mínimo é pequeno, na época eu nem sei de quanto era o valor, ainda mais que houve troca de moeda ... Minha mãe passou a vender os móveis que a gente tinha pra cuidar do dia-a-dia, sem pensar no dia de amanhã.

Ela tinha família, irmãos, que no princípio ajudavam, mas aí o que aconteceu? A mãe dela veio a falecer, agravando o problema psicológico: você já não está dando conta da perda do marido e aí você perde a sua mãe? Nesse momento ela caiu na bebedeira, começou a sair à noite, aí o que aconteceu, ela engravidou da minha irmã, que o pai também, ele sumiu. Aí, não eram

dois filhos só, eram três, pra piorar um pouquinho. Aí, eu já estava com seis para sete anos, quando ela nasceu.

Aí, quando a situação estava apertada ela ia e vendia alguma coisa, já não sobrava muita coisa, só o básico: camas e fogão e olhe lá.

Eu comecei a estudar, no Industrial, mas não tinha como. Às vezes, eu só tinha caderno quando ganhava, não tinha condições de comprar. Às vezes, minha mãe comprava com o décimo terceiro, ela se antecipava e já comprava no final do ano o que a gente ia usar em fevereiro.

Aí, a gente caiu numa situação que não tinha mais, os irmãos da minha mãe nos abandonaram também, se algum irmão ajudava parou, e aí a gente pegou e procurou ajuda, junto à Prefeitura de Contagem.

O Prefeito pegou, não ele, mas o secretariado, e mandou a gente para um abrigo. Eles não tinham como acolher a gente, e propuseram um tempo num abrigo. A gente não tinha opção, com um salário mínimo, ou a gente pagava aluguel ou comia. Aí, a gente estava bem, dava para comprar comida, ainda não dava pra comprar móveis, mas dava pra comprar uma roupa, A gente sonhava que ia ter uma casa, mas aí um belo dia eu não sei o que aconteceu, a prefeitura não tinha mais como pagar nosso aluguel e disse que não dava mais para a gente morar no abrigo.

Aí, o que aconteceu, a gente foi morar embaixo do viaduto. Nisso eu estava com oito anos. Fui morar ali embaixo do Viaduto Santa Maria com Camargos. Ali, na Via Expressa. Ali morei por dez anos.

A escola foi um caso. Eu procurei nunca depender de ninguém, não ser igual aos outros.

Estava claro para mim que eu ia ter que estudar, porque só assim eu ia conseguir dar um outro rumo pras nossas vidas Eu falei assim, eu vou ter que estudar porque minha mãe não vai ter como me dar uma casa, ela não vai ter como me sustentar para a vida inteira, eu não quero morar embaixo do viaduto a vida inteira, você entendeu?

Eu quero ter minha família, eu quero ter meus filhos, quero estudar, fazer minha faculdade, eu não quero me manter nesta margem da sociedade, não quero continuar nessa marginalidade da sociedade, eu quero fazer parte dela, quero estar dentro dela e eu procurei sempre isso. Mas eu estava tentando me colocar, mas eu nunca tentei ser o que eu não poderia ser, o que eu não era.

A minha primeira série eu estudei lá no Industrial, mas a segunda série eu estudei lá no Geraldo Teixeira da Costa (Estadual), no Bairro Camargos.

Ali, a diretora me ajudou muito. Nunca me deixaram de aceitar na escola e eu nunca deixei que a minha situação financeira me prejudicasse, porque todo o sempre foi assim, as pessoas que moram na rua são drogadas, viciadas, são pequenos marginais, porque a vida na rua é difícil.

E eu não, eu sempre procurei estar dentro da sociedade, porém no caminho da minha pessoa, não fingindo ser o que eu não era. E aí, eu nunca deixei que a minha situação me prejudicasse, eu procurei sempre isso, não mudar, sempre procurei estudar, sempre tive ótimas notas.

Nunca, e isso eu sempre tive o prazer de falar, eu nunca mexi com droga nenhuma. Já bebi, mas nem chega perto de ficar bêbado, só bebi socialmente, numa festa, com amigos. Nunca entrei num bar sozinho e tomei uma cerveja.

Nunca encontrei alguém, na sociedade em que eu vivia que me rejeitasse por eu ser quem sou, pelo contrário. Não é nem assim que me ajudaram, mas eles nunca correram de mim, não me rejeitaram. Eu tenho amigos que iam pra minha casa, iam fazer trabalho na minha casa, embaixo do viaduto. Meninos que moravam em apartamentos, os pais levavam de carro pra escola, tinham à disposição em casa computador, acesso à internet, mas iam pra minha casa fazer trabalho comigo.

O ingresso do meu irmão na escola foi normal, minha mãe tomou a iniciativa. foi, fez a matrícula, e eu sempre cuidei dele, levei ele junto comigo. O que eu fiz por mim, eu fazia por ele. Eu estava na 8ª série e entrei para o Colegiado. Eu sempre fui do Colegiado e quando saí da escola, eu levei o cargo comigo, na escola que eu entrei para fazer o ensino médio eu fiquei sendo do Colegiado também, eu passei a minha gestão de um Colégio para o outro.

Minha vida escolar foi bastante tranqüila, eu nunca reprovei de ano, apenas perdi um ano porque saí da escola para trabalhar, devido a uma urgência muito maior. Eu estava com 12 anos. Havia uma lanchonete no Barreiro do pai de um amigo de escola. Ele me ofereceu ajuda e eu disse que o que eu queria era trabalhar, era ganhar o sustento com o meu trabalho e ele falou que a única coisa que eu poderia fazer era servir na lanchonete. Em pouco tempo eu operava o caixa e era um atendente na lanchonete.

Às vezes, eu até dormia na lanchonete e com isso eu comecei a faltar na escola, a não conseguir fazer os deveres de casa, mas isso era porque eu exigia. Neste período minha mãe cuidava da casa, da minha irmã, ela lavava as roupas, limpava a casa, mas ela brigava muito e eu que conversava, que falava, ela brigava até com o próprio pai dela, que nesta época já morava com a gente e também bebia muito.

Para lavar roupas, secar, lá tinha o próprio espaço, lá tinha a bica, e as brigas não eram com os moradores, mas com andarilhos. Havia muitos andarilhos, e existe uma diferença, os moradores são os que moram, os que ficam e os andarilhos são os que andam, e eles roubavam até.

A gente não podia comprar televisão, porque lá tinha um gato, não sei se você sabe, mas é uma instalação clandestina de luz e eu comprei uma televisão nova, mas nós fomos roubados.

Aí, depois dos meus doze anos eu senti que eu queria tirar minha mãe o mais rápido daquela situação, não era uma dívida, mas eu tinha que fazer alguma coisa e que eu era que tinha que fazer. Eu chamei para mim a responsabilidade, eu era pai da minha mãe.

Desde os sete anos que eu tinha que cuidar de mim, porque eu não tinha um pai para me conscientizar, então eu passei a me conscientizar, sei lá minha mãe não conseguiu, eu nem tive ninguém para me orientar.

Passei a trabalhar, conheci muitas pessoas. Aí então, com 12 anos comecei a trabalhar e aí, eu perdi o ano, porque eu dormia no serviço, acordava de manhã e ia para a aula, saía da aula e ia para o serviço e trabalhava até tarde. Aí eu comecei a tirar notas ruins e decidi parar de estudar e continuar trabalhando. E aí era trabalho família, família trabalho. No ano seguinte eu falei assim não vou trabalhar.

Aí, esse mesmo cara tinha aberto um comércio perto de minha casa, era um drive-in.

Pois é, meu, eu não poderia trabalhar num drive-in, só que o drive-in ficava fechado pela manhã, e ele falou assim, eu vou te pagar o mesmo salário que eu pago aqui para você limpar o drive-in. Aí, era fácil, eu trabalhava de 11hs às 11:30hs e ia para a escola.

Aí, eu continuei estudando. Quando eu fiz 13 anos e  $\frac{1}{2}$  o patrão me falou do Salesiano, naquela época entrava com 14 anos. Aí, eu fui lá e falei da minha história. Aí, um funcionário de lá, o Ricardo, me pediu que dissesse a ele porque eu precisava de ajuda, porque eles fazem uma entrevista, tipo uma vistoria para ver se realmente o adolescente precisa, se ele realmente necessita daquela ajuda, que a instituição só oferece para adolescentes carentes.

Eu disse para ele assim, ó eu preciso porque a gente ganha só um salário mínimo e eu moro na rua. Aí, ele perguntou se aquilo era verdade, porque devido ao meu nível de conversa com ele, o meu nível de escolaridade, ele duvidou.

Mesmo se eu disser hoje que eu morei dez anos na rua as pessoas olham para mim e duvidam. Aí, ele falou: Você está brincando comigo?

Aí, eu falei para ele, vamos lá em casa e ele falou beleza. Ele foi lá na minha casa e falou comigo assim: amanhã você começa lá na instituição.

Um mês depois eu comecei a trabalhar num banco, na Caixa Econômica Federal, que eles me indicaram. Lá eu entrei com 14 anos e pouco e saí com 18 anos.

O meu irmão já não pôde, porque o meu irmão tem um ano menos que eu e lá eles faziam o seguinte, se com o meu salário dava para sustentar a família, eles davam a oportunidade para outra pessoa, para ajudar outra família. Aí beleza, meu irmão não teve este apoio, mas o meu irmão tem muito mais coisas que eu, ele fez muito mais cursos que eu, mas a minha irmã eu não consegui fazer isso. Nestas alturas ela estava com 12 anos, mas não estudava e o que eu ia fazer?

A nossa casa era ainda de madeira e eu decidi construir de alvenaria. Meu avô me ajudou com a pensão dele, e nós contratamos um pedreiro e fizemos a casa. Aí o que aconteceu, a Prefeitura apareceu para dizer que nós não podíamos ficar ali. Eu disse que vivia ali tinha 10 anos e que eu não tinha como sair.

Aí, eles vieram e viram que eu estava falando a verdade, que eu tinha noções e eu sabia dos meus direitos, ninguém podia por a mão em mim. Aí, eu bati o pé com a prefeitura. Liguei lá no telefone da Regional Noroeste e bati o pé e falei que eu não ia sair.

Aí, foi quando eles vieram aqui conversar. Mandaram dois assistentes sociais educados, isso foi em 99 e eu estava com 18 anos. Aí, vieram os dois assistentes e perceberam que a gente precisava de acompanhamento. Aí, eles vieram em casa e explicaram sobre o programa "Se essa casa fosse minha", e já em agosto de 2000, nós mudamos para esta casa. É um teste, se a gente dar conta de nos manter sozinhos, aí eles avaliam se realmente podem nos dar uma casa. A nossa casa não é essa. A nossa eles irão nos dar o dinheiro e a gente compra. É uma casinha lá no Barreiro, aí eu volto a morar no Barreiro, como quando eu era criança.

Mas isso não foi tranquilo não. Depois que o pessoal da prefeitura esteve em minha casa eu peguei o número do telefone e liguei lá e soltei os cachorros. Era na área social da Regional Noroeste. E eles vieram com a proposta de nos colocar em um programa que nos daria uma casa.

Eu fui para brigar e a prefeitura me surpreendeu. Vocês podem me tirar daqui, podem conseguir me tirar, mas não vai ser fácil, vai ser com briga. E não tem esse negócio de 15 dias para eu ir para onde? Voltar para minha terra para quê? Voltar para Ubá para fazer o quê? É a terra da minha mãe e do meu avô, eu não, sou nascido em Vitória. Mas é que meus pais passaram a lua-de-mel lá. E meu irmão nasceu aqui.

Aí, eles falaram assim: não espera aí, tem dez anos que você mora lá? É, tem dez anos.

Aí chamaram o fulano de tal para conversar comigo. E aí me surpreenderam.

Falei não tenho que esquentar minha cabeça não, eu tenho meus direitos, não to fazendo nada de errado, nada prá ninguém, não to ocupando parte que vai fazer falta para alguém neste mundo. Eu to apenas com a minha família e querendo um lugar para morar. Foi aí que o Rosângelo e a Henriqueta, passaram a acompanhar a gente. E aí, foi todo um processo, toda uma negociação. Só que aí eu falei não, eles querem ajudar. Aí, eu passei a conversar com eles e tipo assim, passei a conversar e aceitar a ajuda, porque aí, eles não queriam tirar nós, eles vieram oferecer ajuda.

No princípio, quando eles chegaram, eles já não vieram com grosseria e eu falei se eles não vieram com grosseria comigo, porque eu tive uma educação muito acirrada, eu me auto-eduquei, e falei não vou ser eu que vou ser grosseiro, não tenho porque, são apenas pessoas cumprindo ordens dos seus chefes. Se eles estão de bem comigo porque eu vou estar de mal com eles? Eles explicaram o projeto para nós, para mim, para minha mãe, para meu avô. Daí, a gente pegou e falou assim, pô, não tem porque não aceitar, isso é tudo que a gente quer, eu não quero continuar morando aqui. Tudo o que agente quer é uma casa. O prefeito na época era o Célio de Castro.

Aí, o que aconteceu? Os projetos da prefeitura ele é muito mais do que fazer uma casa, ele é todo um apoio para você se integrar no mercado de trabalho, você se educar, ele te dá toda essa estrutura. Foi quando o Rosângelo e a Henriqueta disseram para a gente que existia cursos que a prefeitura dava, através do F A T, né? O Fundo de Amparo ao Trabalhador que financiava. Eu falei beleza, porque no tempo em que eu fiquei no Cesam eu fiz vários cursos de comércio, curso para mexer com notas, e de auxiliar de escritório. Por que o menor não pode trabalhar ele acaba sendo o boy, porque ele não pode fazer serviço de peso. Eu também fiz muitos cursos na Caixa Econômica Federal, mas era para aprender coisas do trabalho da Caixa e eu não tenho como usar isso em outra empresa, porque era trabalho da Caixa.

Aí, eu fui fazer cursos no Qualificarte, era de atendente de escritório e comércio, com iniciação à informática. Nesta época meu irmão foi fazer um curso e minha mãe outro. Eu estava terminando o segundo grau.

Nesta época eu prestei serviço para a própria prefeitura. Eu então, trabalhei na Campanha Agasalhe BH. O Vilmar que coordenava o programa queria fazer uma coisa nova, ele queria fazer com que nós, ex-moradores de rua, abordássemos os atuais moradores de rua para trabalhar com eles, para ter uma melhor conversação com eles, ser o mediador para levar eles para o abrigo para que eles não morressem de frio na rua. E eu fiz este trabalho, eu era um educador social, trabalhava de 19 horas às 7 horas da manhã. A gente ficava na rua até 1 hora da manhã, e depois, a gente ia para o abrigo.

O Qualificarte foi um momento muito bom da minha vida. Eu tive muito bons educadores, pessoas que me ajudaram a ver coisas que até então eu não via. Pessoas que tinham a cabeça totalmente aberta para o mundo e me ajudaram a ver coisas, você, a Sueli, o professor de informática, eu fiz amizades lá.

Após o curso no Qualificarte, eu comecei a trabalhar na área do comércio e o Qualificarte me deu o elemento que eu precisava para trabalhar na área do comércio: o aprendizado. Porque o certificado até é importante hoje em dia, mas o importante é o que você sabe. Na empresa em que eu fui trabalhar eles pediam versatilidade para atender uma clientela na região do Belvedere, eu necessitava um conhecimento muito grande, em várias áreas.

Eu trabalhava numa loja de conveniências e precisava conhecer produtos que não eram da minha realidade, não eram do meu consumo e na realidade eu acho que não é do consumo de 80% da população. Então, eu tinha que obter este conhecimento porque, para ter essa vontade de aprender coisas que iam me ajudar.

Eu atendia pessoas que eles não estão nem aí para o resto, mas eu tinha que agradar a eles. E isso foi o que eu precisei. Agora imagina, vamos a toda a realidade: eu morava embaixo do viaduto e trabalhei servindo pessoas de extremo nível financeiro. Tanto, que o carro mais feio que parava lá, era o Golf. Esse era o carro fuleiro que parava lá.

No meu ponto de vista o Qualificarte mudou muitas coisas, por exemplo, na minha família aqui em casa eu aprendi a ter uma visão de família, passei a contribuir mais com a minha família. Até então eu gostava muito do conhecimento, mas eu queria para mim, hoje em dia eu divido o meu conhecimento. Eu descobri isso no Qualificarte e foi uma fase de aprendizado

extremo na minha vida, eu estudava no Qualificarte de dia e trabalhava com a população de rua à noite. Eu tive que dividir o que eu aprendia.

Esse vínculo afetivo, quando eu passei a contribuir com a minha família, quando eu passei a falar com eles as coisas que eu aprendia, esse vínculo aumentou. Porque eu consegui mais diálogo com minha mãe e com meu avô. Hoje em dia minha mãe não bebe mais. Isso foi assim, ela mesma, depois de muita conversa parou de beber. Meu avô ainda bebe. Eu consegui falar com ela para ela não se influenciar pelo pai dela. Eu falei com minha mãe sobre o álcool todos os dias da minha vida, e ela reagia com raiva, me xingava, dizia que bebia por não ter perspectiva de vida e dizia para a gente deixar ela com a bebida dela. Ela quis ter os filhos, nunca nos responsabilizou pelas coisas ruins, ela quis ter os filhos dela, mas quando a gente falava ela dizia: 'Ah, não caça confusão comigo'. Com o meu avô eu também falava, mas ele não ligava. A minha mãe abandonou o curso do Qualificarte, por causa da bebida. Eu acho que uma pessoa que bebe não tem vontade de nada, eu vou aprender isso para que? Naquela época a gente ainda morava embaixo do viaduto, e aquilo não ajudava.

Mesmo meus irmãos não tinham outra perspectiva. Eu não, eu me lembrava de quando a gente tinha uma casa, Tanto que hoje em dia minha irmã ainda fala que tem saudades da época do viaduto. Eu não, essa é uma parte da minha vida que eu me lembro, mas como aprendizado, não foi uma fase, foi um curso que eu fiz, um aprendizado.

O Qualificarte acabou de me formatar, concluiu a formação que eu tive na escola, me deu uma profissão, me deu auto-estima para eu batalhar as coisas. Eu nunca tive baixa-estima, não conheço. Eu vou ser sincero, eu estou sofrendo baixa auto-estima agora. Mas, é que eu estou parado e eu não agüento. Mas, eu nunca tive baixa-estima não. Eu acho que auto-estima é isso, se você tem os seus pés no chão e sabe o que quer, e o Qualificarte só aumentou, melhorou, ele me ajudou a ter uma profissão definida e minha auto-estima ficou melhor ainda. "Eu me considero um profissional do comércio e isso o Qualificarte me deu".

Por fim, ao ser questionado sobre sua condição de cidadania e o que ele entendia por isto, Alex respondeu o seguinte:

"Eu sou um cidadão, e para mim isso significa o seguinte: eu exerço essa cidadania, eu não depredo ambientes, eu não agrido as partes alheias, não faça nada que vá de errado aos códigos penais, e eu acho que isso é cidadania e se alguém por ventura ousar me tirar estes

direitos, meu direito de ir e vir, fazer as coisas que eu quero na hora que eu quero e se eu sei o que é certo e errado, porque alguém vai me impedir de fazer o que eu quero?

O cidadão tem o direito de ir e vir, de ter uma vida digna, e isso eu estou conquistando agora, não dignidade pessoal, mas familiar, eu creio que a dignidade, a honra eu nunca deixei cair, mas uma dignidade de condições de vida, e isso hoje eu tenho.

E isso eu vou levar para o resto da vida e eu nunca vou me esquecer.

Perguntado sobre as condições do irmão um ano mais novo, ele afirmou que sempre protegeu o irmão, não permitindo que ele trabalhasse desde cedo. Mas, hoje está distanciado do irmão, que casou-se e mora em outro lugar.

Quanto às condições da irmã, que hoje tem 15 para 16 anos e está na primeira série, e ele acredita que não conseguiu trazer para ele a formação dela. O fato da mãe beber muito contribuiu para a falta de referências; Hoje, ele conversa mais com ela e ela está estudando.

Atualmente, após dois anos e meio empregado ele está sem emprego, recebendo o seguro-desemprego, há dois meses. É músico, e tenta enquanto isso viabilizar uma carreira nesta área. Toca guitarra em uma banda e compõe. Irá fazer mais um curso no Qualificarte de informática avançada e acredita que mais uns dois meses ele batalhará um emprego qualquer. Hoje ele diz estar escolhendo. Sua vontade é não retornar ao comércio pois esta área obriga a trabalhar aos sábados e eventualmente domingos também, o que inviabilizaria uma tentativa paralela de ser músico.

## ANEXO 2

### Entrevista com Simone

Simone tem cerca de 37 anos. Não asseguro sua idade, pois ela também não o sabe, ao certo. Isto se confirma em sua entrevista, pela confusão que revela fazer ao relatar os fatos vividos e o tempo cronológico correspondente. Ex-aluna do Qualificarte, e atualmente funcionária do Restaurante Popular de Belo Horizonte, ela passou por muitas dificuldades para chegar a isso. E ainda passa, apesar do emprego formal. Uma dos doze filhos de um casal de auxiliar de pedreiro e trabalhadora doméstica diarista, sua família sempre foi muito pobre. Com as constantes ausências do pai, a situação se agravava, acarretando várias privações a Simone e seus irmãos. Com a morte de sua mãe, quando ela tinha onze anos, declarados, Simone então, ingressa precariamente no mercado de trabalho. Uma história difícil que é relatada por Simone, nas páginas a seguir:

"Minha mãe sofreu muito. Ela lavava roupas para tratar da gente. Então a gente não teve tempo pra estudo, eu estudei até a sétima série. Aí minha mãe faleceu e eu não tive oportunidade de continuar estudando e passei um apertinho feio, uma dificuldade danada.

Minha mãe faleceu, teve parada cardíaca, eu tinha onze anos. Nós éramos doze irmãos, ela teve uma vidinha muita sofrida, não tinha quase saúde e meu pai não dava a ela valor, ele ia mais para a rua, dava valor a rua mas não ficava com ela em casa. Às vezes, não tinha as coisas direito, comida.

Minha mãe comprou um lote lavando roupas para fora, passando, faxinando a casa dos outros. Deixava nós trancado e, aí, foi juntando.

Ela praticamente criou a gente sozinha. Depois que ele arrumou aquela meninada com ela, ele abandonou ela, passou a ficar na rua, dois, três dias em casa, e o resto da semana na rua.

Ele trabalhava, era servente de pedreiro, mas não gostava de arcar com as responsabilidades com nós de jeito nenhum.

Nós passamos até fome pra ela chegar com nós aonde chegamos, passamos fome.

Só ela trabalhando para pagar água, luz, pagar a despesa do lote, só ela. Não tinha, às vezes nem o que comer. Nós sofremos muito. Uma vida revoltante.

Quando ela morreu, ele jogou a gente para a casa dos outros. Eu morava com os outros, eu não sabia andar. Um dia eu falei pra ele assim, olha a bolsa de estudos chegou, é só buscar. Ele falou, , É, mas quem gostava de você foi pro inferno, eu não vou te dar esta bolsa de estudos não. Eu não vou buscar esta bolsa não, você vai estudar e quem vai tratar de você? Você vai ter que se virar' . Eu, com onze anos?

Aí, eu fui trabalhar na casa dos outros. Ele arrumou um serviço para mim lá na Barroca, eu olhava uma criança. Fiquei lá quase cinco anos com a dona. Aí, a dona lá, não me pôs na escola não, porque meu pai guardou os documentos. Ele escondeu meus documentos de ruindade. Não gostava de mim, mas quando eu fui trabalhar na dona, ele disse que a dona ia me roubar. Parece que estava doido, eu não entendi meu pai não.

Pisava em nós, depois me arrumou serviço e eu fui trabalhar lá. Mas quando a dona quis me pôr na escola não quis dar meus documentos não. A dona quis me pôr na escola, mas ele: 'os documentos não vou dar não ' .

Eu ganhava meio salário mínimo e eu comprava roupa pra mim e pra meus irmãos menor, que ficou lá em casa. Ficava tudo em casa, com meu pai.

Fiquei lá, na casa da dona, até os dezesseis anos. Aí, eu arrumei uma patroa muito boa. Irmã dessa mesmo, e fui para São Paulo. Fiquei lá quase três anos. Aí, eu vim embora, voltei para minha casa, eu já era independente. Aí, ao contrário, eu ajudei ele ainda, a olhar

as menmas menores.

Eu pedi ajuda um bom tempo. Quando minha mãe morreu e eu vi que ele não queria nada com a gente, eu pedi ajuda nas portas. Aí, eu pedi pra arrumar um serviço, vou ver se trabalho fora, eu estou pedindo muito nas portas. Às vezes, o povo dava um caderno, um livro, como eu te disse, eu sei trabalhar, só não sei andar.

Aí, ele arrumou um serviço lá na Barroca, e eu fui pra lá. Agora eu fui pra lá, a dona doida pra me pôr na escola e ele não, porque três meses sem ir na escola, cortaram meu nome. Eu não sabia ir na escola. A gente foi criado muito preso, a gente era tipo da roça.

Então, quando chegou aquele ponto, da mulher querer os documentos com ele pra me por na escola, que eu era muito inteligente e não podia perder a oportunidade, ele não, ,

Ah, documento eu não dou não. Dar documentos para urna pessoa estranha? •  
"Estranha não, ela estava morando com você, você não é estranho, mas espancava ela e pôs ela para morar comigo. Agora eu quero ajudar, ela é urna menina inteligente, ela merece urna força. Dá a ela urna mão que ela tem corno prosperar na vida. ' Aí ele, 'Ah, não, ela não precisa estudar mesmo, ela estando quieta aí é melhor. '

Nesta época eu estava na quarta série. Eu estudava assim, morava uns dias na casa de um, morava uns dias na casa do outro, morei com urna dona quase três anos, aí trabalhei com esta, depois de quase três anos sai estudada. Igual, fiquei na sétima série, fui pra casa desta, que me apareceu um emprego, pra eu olhar o menino dela. Fiquei quase cinco anos, não tinha aquela oportunidade, não sabia nada, as escolas exigiam ao menos o xerox, mas ele amarrou foi tudo. Não queria dar documentos meu nenhum pra dona. Aí, pra mudar de escola, por mais que eles queriam ajudar, não tinha jeito.

No final eu fiquei de maior, voltei pra casa e disse: hoje eu quero meus documentos, eu vou tirar carteira hoje. Aí, no final eu voltei pra escola e estudei por mais quase três anos, mas eu já não estava entendendo aquelas matérias mais. Aí, estudava, mas quase não ficava em casa pra estudar. Comecei a arrumar menino, e parei de estudar.

Aí, agora junto com este curso no Qualificarte Gameleira eu voltei a estudar, a noite.

Curso de dia e estudo à noite, curso de dia e estudo à noite. Até que um dia, eu cheguei e falei pra esta professora, a Eva: nossa eu estou doida pra trabalhar e não sei corno é que eu faço. Eu estou fazendo estágio lá no Restaurante, mas eles não chamam. E ela falou assim: , Você tem de dar de cima. Mas, se você não der dê cima, você não consegue. '

Aí, eu comecei a contar pra encarregada minhas coisas, pro Mauro, muitas vezes ele me ajudou. Sabe, às vezes eu chegava aqui e os meninos tudo com fome. Aí, eu falava: sabe seu Mauro, eu trabalho até por um prato de comida. Aí, tadinho, arrancou dinheiro e me deu. Ticket pessoal, me deu.

A técnica também me deu dez real. Aí, ela começou: ' tadinha, ela precisa de serviço, ela ta necessitada. Tem tanta gente que não vem trabalhar, mais falta do que vem, enquanto que essa coitada ta sofrendo, ela ta precisando, a gente sabe quando urna pessoa quer. ' Aí, ele viu, todo mundo em cima, tadinho. O coração dele é um coração muito abençoado.

Lá onde que hoje eu vivo é assim, eu dependo daqui pra viver. Porque eu não tenho ganho nenhum. Ó, o pai deles morreu, me deixou sete filhos, não me deixou nada. Então, minha vida é sofrida demais. Ele não trabalhava fichado, não pagava autônomo, trabalhava por dia, era pedreiro profissional. Eu falei com ele: 'olha meu filho, paga o INSS, você só anda doente você pode precisar dele.' 'Não, eu não vou fazer isso de jeito nenhum. INPS, quando a gente precisa dele, ele não serve a gente não. Eu não vou pagar não.'

Eu dizia: 'olha você tem que pensar nos seus filhos. Filho nada, filho a gente passa a mão e nós dois trabalha. Não precisa de pagar INPS não. 'Mas, e se um de nós dois morre?'

Aí, nesta altura, eu já sabia que ele estava com câncer de fígado. Só que o doutor falou que não era para falar com ele. Ele falou, que quando a pessoa sabe que tem isso, morre mais depressa. Aí, levei essa idéia aí, essa história com ele desde 94 até 99 sem ele saber o que ele tinha. E eu falando: 'paga o INPS, você só anda doente, só anda internado, só na Santa Casa já tem oito entrada, oito ficha lá de internamento. Quando você trabalha são dois dias na semana, já não é tão fácil ganhar dinheiro. Você acha que tem saúde.' 'Não, não vou pagar não, o INPS não vale nada. Tudo que faz com ele, ele está cobrando. Nem um remédio que a gente procura de graça, a gente consegue. Então, não vou pagar não, vou trabalhar a dia mesmo.' 'Então paga ao menos como autônomo.' 'Não vou pagar, não vou fichar carteira. Carteira assinada pra mim eu não vou ganhar nada. Eu ganho 75 por semana. Com carteira assinada eu ganho cinquenta por semana ...'

Quando ele faleceu, ele enterrou pela prefeitura. O dinheiro dele não valia nada, porque não tinha dinheiro nenhum. Não tinha taxa, não tinha renda nenhuma. Era Deus e eu. Eu vivia de biscate, limpando lote, fazendo uma faxina, fazendo uma limpa pros

menmos comer.

E ele internado. Tinha dia que não tinha dinheiro pra pagar a passagem nem para ir ver ele. Conversei com as assistentes social da Santa Casa e várias vezes elas me ajudaram. Passaram a me dar vales, davam remédio pra ele, me davam uma cesta, sabe? Elas falavam: , Nossa Senhora que sofrimento, sua vida não é fácil, com essa meninada.'

E o pai morre não morre. Aí, às voluntárias, eu disse: 'se hoje não tem nenhuma passagem pra eu ir lá ver o enterro, mexer no atestado de óbito dele.', Aí, elas ficaram até

com pena quando eu sentei e contei minha vida pra elas. Elas falavam: 'gente, mas que vida triste. É uma vida de rir e de chorar, é de ficar triste. Nossa Senhora, é de desesperar. '

Quando eu conheci ele, eu tinha dezessete e ele tinha 38. Aí, começamos a namorar, Aí, começamos a arrumar criança. Meu primeiro filho eu tive tomando remédio, quando eu tava com dezessete. Ele construiu uma casa de três cômodos: sala, quarto e cozinha, porque o banheiro não conta, no lote de minha mãe. Construiu até bonitinho, arrumadinho, lá no Jardim América.

Com ele o ciúme cantou e eu parei de estudar. Parei de estudar a noite. Aí, fiquei só em casa. Arrumava serviço e ele começava a implicar. Aí, larguei de vez.

Hoje em dia era pra eu ser alguém na vida, mas nunca tive um esforço, nunca tive um empurrão. Nunca tive assim, uma ajuda. Aí, desesperei a trabalhar: casa de família, camelô na Santos Dumont, eu ficava perto do mercado. Aí, o gerente me dava as verduras, e eu dava pra ele o capital e ele ficava com o lucro. Ele falava: 'se você me devolver o dinheiro até três horas, das três horas pra lá o que vender é seu.' Aí eu fui vivendo, tratando dos meninos.

Aí, deu um dia ... Ele tinha muito ciúme: 'mulher que trabalha, eu não quero ser o rei do gado'. Aquela palhaçada. O que ele me deu, foi uma criançada, não me deu nada. Mulher que trabalhava, ele saía por uma porta e eu saía pela outra. Então, era melhor abandonar o serviço.

Ele era ignorante demais. Aí, eu falei: mas brigar com ele eu não vou. Aí, eu voltei pra casa. Nessas alturas eu tinha cinco meninos. Ele estava trabalhando, todo dia fazia compras. Não deixava faltar nada pra casa, era um bom marido. Quando ele estava em casa não tinha coisa melhor, ele construía, comprava as coisinhas.

Não sabia o que era fome, com ele eu tinha uma vida até boa, cuidava dos filhos era arroz, feijão, carne, uma verdura. Leite, pão com manteiga não faltava. No fim de semana entrava umas caminhas, assim, frango, lingüiça, ovo, peixe. Aí, enchia a geladeira Tinha até geladeira na época. Quando ele adoeceu tive que vender a geladeira, começou a acabar as coisas, tive que vender o rádio.

Ele adoeceu em 94, começou o sofrimento. Aí, nestas alturas ele já estava sofrendo.

Nossa, eu sabia que ele tava com câncer, que o doutor me falou. Ele me falou: 'você tem que ser forte, ele está com leucemia no sangue. Eu fiz a biopsia, é tumor maligno.' Isso

acontecia, e eu tinha que ser muito forte pra superar e cuidar dele até morrer. Por que, ele estava para partir a qualquer momento.

Não tinha médico, não tinha nada. Era Deus e eu. E, a minha vida era pedir aos outros. Falava pro vizinho olha meus filhos aí, to deixando um arroz e feijão, to saindo. Na época eu corria atrás de comida pros meninos, atrás dele no hospital. Eu não sabia se eu perdia serviço, se eu dormia. Eu tava desesperada já. Nesta época eu trabalhava, catava latinha, papelão. Saía cinco horas da manhã e chegava as seis da tarde. Catava nos prédios, no lixo, pedia nos restaurantes, pedia também nas casas, só não roubo. Graças a Deus não roubo não, mas pedia nas casas mostrava o papel da internação e explicava que ele estava doente, que ele passava necessidades no hospital e eu com os meninos. Aí, elas falavam assim: 'ah você passa tal dia que eu vou fazer uma compra e vou te dar'. Dava roupa pra eles.

Os meninos ta tudo estudando graças a Deus. O que eu não tive eu estou esforçando pra dar a eles. Eu procurei o Bolsa-Escola, tive até lá no dia 11 e eles falaram calma que tem gente que chegou primeiro. Tá pra chegar uma carta e eu quero ver se consigo ao menos 45 por mês. Tá pra sair a bolsa tem quase seis meses.

Ele morava mais no hospital do que em casa. Parou de trabalhar em 97 e em 99 ele morreu. E eu, cuidando dele, dos meninos e dele, minha vida foi só assim, só cuidando dele.

Eu trabalhava a dia desde menina. Em São Paulo eu trabalhava sem carteira assinada, eu trabalhava assim por troco de uma moradia, comida para os meninos. Ela também era uma pessoa assim humilde e não podia me pagar. Aí, eu vou falar, minha vida é muito triste. Saía, ela me dava uma roupa, mas carteira assinada ...

Quando eu entrei no serviço, que ele começou a melhorar um pouquinho, eu trabalhei assim um ano, só no Motel Salete. Aí, eu tive carteira assinada. Mas, depois de um ano ele começou a adoecer, saí do hospital pra internar ele. Aí, meu Deus ele internou e eu falei: ' quem vai ficar com aqueles meninos de noite? Eu pegava quinze pras onze e largava quinze pras sete da manhã. Aí, sai do serviço de novo. Aí, fiquei sem carteira. Fui cuidar dele. O menino mais novo estava com dois anos.

Aí, eu saí do serviço. Aí, ele me ajudou, ele ficava em casa. Aí, ele internou. Aí, eu catava latinha, pedia, vendia verdura. Saia de casa às cinco horas da manhã, pedia aos

vizinhos pra olhar direitinho. Voltava as duas, três horas da tarde, a orientação era simples. Às vezes, era ir lá e dar uma comida pra eles também. Ao menos um macarrão pra dar uma sopinha pra eles eu tinha.

Depois que ele morreu pra cá eu passei aperto mais ou menos um ano e meio. Aí, eu fiz o curso e ganhava vale. O vale eu ia e voltava a pé, pra dar a eles ao menos um pacote de macarrão. O curso foi a gerente que me deu a carta de apresentação, e foi a Maria, professora que me apresentou. Eu fui no Conselho Tutelar pra internar os meninos. Aí, o pessoal do Conselho Tutelar falou: 'você não vai internar os meninos. Eu vou te apresentar uma professora e você vai contar sua história pra elas. A Clara vai por você no curso.

Eu estava desesperada, eu não tinha mais nada que dar a eles pra comer. Aí, depois que ele morreu, eu pensei: 'deixa eu morre de fome, mas deixa eu morrer sozinha, que estando sozinha eu viro a cara pra Deus e ele me leva.

O mais velho na época estava com dez anos, abaixo dele tinha mais cinco pequenos, depois que o pai morreu o mundo pra mim já não existia. Eu pensei: 'meu Deus, eu tava precisando de serviço, mas eu não tinha estudo. Meu Deus, o que eu vou fazer da minha vida? Pra trabalhar, tem que ter ao menos o primeiro grau, e eu só tenho a sétima série. O que eu vou fazer?' Comecei a desesperar.

Fui bater lá no Conselho Tutelar, que ficava no mesmo prédio do Qualificarte. Aí, eu conheci a Clara e através dela a Maria. Aí, a Maria foi minha professora. Aí a Clara falou: 'não você fica aí que eu vou te espremer aqui. Você vai fazer curso de cozinheira.' Aí, a Clara foi me dando cesta básica. O curso tinha começado em julho e já estava terminando. Quando foi em Outubro ela foi lá. Aí, ela arrumou pra mim, na Tupis. Todo mês eles me dava uma cesta, através da Clara.

Aí depois uma vez eu fui lá e conversei com eles, e eles me deram uma cesta até eu arrumar emprego ou pelo menos até eu terminar o curso que eles sabiam que eu tava cheia de meninos em casa. E aí, me tocaram no curso.

Aí, eles (Técnicos do Qualificarte) falaram: 'agora você faz esse curso sossegada, agora que os filhos tão comendo?' Eu disse: 'agora dá pra fazer.' Mas, no primeiro tempo que eles arrumaram, eu não quis não. Falei: 'não adianta eu estar aqui sentada, tem até um pãozinho, um guaraná e eu saber que eles não tem nada lá.' Eles falaram: 'não, a gente vai

arrumar a cesta básica. Se a gente arrumar a cesta básica você faz o curso sossegada?' Eu falei: 'daí eu faço. Aí, eu deixo a comida lá e sei que está pronta pra eles comer.'

Aí, eu estudei outubro, novembro e dezembro formei, no auxiliar de cozinha. Aí, eu peguei caderno emprestado das colegas que estavam lá, falei com a Maria, ela falou: 'pega os cadernos das colegas, não vacila, você é inteligente, eu te dou uma explicada.'

Aí nós começamos a fazer o estágio aqui. Duas semanas fazendo o estágio, ajudei a lavar verdura, picar verdura, servir o pessoal, ajudar as pessoas doentes, levar eles pra mesa.

Dezembro formamos. Aí fiquei janeiro, fevereiro e março parada. Eu já estava desesperada. A cesta era provisória, mas não tinha compromisso, não tinha vaga. Aí, eu falei com o Mauro. Ele deu um ticket refeição, aí, me deram dois vales: 'Simone guarda que assim que o Mauro conseguir tua vaga você vai ter que estar vindo aqui e não quero aquele negócio de não tenho passagem não.'

Aí, eu guardei aqueles dois vales na minha carteira e esqueci deles. Aí, um dia me chamaram: 'olha estão ligando pra você, lá do Restaurante.' Falei: 'gente, já tem três meses que eu chorei lá, quem sabe eles abriram as portas pra mim. Eu já fui na igreja, levei o nome do Mauro lá, pedindo a Deus pra fazer com que eles me dessem uma beiradinha pra trabalhar. Aí, Deus ajudou e não é que ele me ligou?'

Ele falou: 'Ó, aqui é o Mauro, do Restaurante Popular.' Eu nem acreditei, fiquei muito alegre, falei: 'é o Mauro mesmo?' Ele falou: 'Sim sou eu. Vem aqui com seus documentos e você vai começar.' Eu falei: 'o senhor não está brincando não?' 'Não, eu estou falando sério, vem aqui que eu vou tentar te colocar aqui.'

Graças a Deus, agora eu tenho carteira assinada, desde primeiro de abril. Foi graças ao Qualificarte que eu estou aqui. O que eu tenho é pelo Qualificarte, o que eu sei fazer aqui, eu aprendi no Qualificarte, lá eu aprendi coisas demais.

Hoje eu tenho plano de saúde, cartão da farmácia, direitos conseguidos pelo trabalho. Foi através do Qualificarte que eu conquistei estas coisas aqui."

Indagada sobre o que ela entendia por cidadania e se ela era uma cidadã, ela me respondeu o seguinte:

"Como cidadania? Eu já ouvi falar demais, cidadania é uma pessoa respeitar o direito dos outros, andar sempre direito, sempre na linha, respeitar as pessoas mais velhas, os patrões, ser correto, não pegar nada dos outros. Cidadania é uma pessoa respeitada cumprir carga horária de trabalho, nunca pisar na bola, não jogar conversa fora, saber tratar os outros. E trabalhar, viver do trabalho da gente, não encostar nos outros. E, se cidadania for o que eu falei, eu garanto que eu sou cidadã.

### ANEXO 3

#### Entrevista com Dico

Nascido em BH, no ano de 1968, um dos filhos mais novos dos 11 filhos de um servente de pedreiro (que gostava de tocar violão) e de uma dona de casa, Dico é atualmente garçom de um bar movimentado na noite de Belo Horizonte. Pai, de uma menina de onze anos, por quem pretende "brigar" pela guarda, ele já foi "menino de rua", interno da FEBEM e lavador de carros nas ruas.

Os pais, vindos de Pitangui, casaram-se e tiveram onze filhos. O pai faleceu quando ele tinha dois anos. A mãe nunca trabalhou. Administrava sua pensão de viúva, de um salário mínimo, e alguns irmãos mais velhos trabalhavam: olhavam carros, engraxavam sapatos, etc ... E quanto ao Dico, saberemos a seguir, por sua própria narrativa:

" Eu era um menino de rua. Não ia a escola, fui estudar aos 14 anos, porque era criado mais na FEBEM. Eu não gostava de ficar em casa, porque tinha briga demais e nós tinha que esperar ele dormir pra entrar pra dentro.

Nós morávamos na casa da mãe dele e ele, que era adulto brigava demais, e a casa era dele, nós morávamos de favor. Aí, eu ficava na rua. Roubava as coisas dos outros e a polícia pegava. E os homens levava a gente pra FEBEM.

Aí, minha mãe ia lá e buscava eu. Mas eu já estava tão acostumado lá que eu voltava e pulava o muro para dentro. Lá era bom, eu gostava e aprendi muita coisa lá. Aprendi profissões como Office boy, aprendi a não mexer nas coisas dos outros. Porque quando você quer mudar, você muda.

Você fala, aqui só dá malandro. Não existe isso não. Você tem que seguir a sua cabeça, nunca a dos outros. Eu vim para a FEBEM do Horto. Aí, eles viram que eu tava querendo mudar e me mandaram para Juiz de Fora. Lá você estuda, aprende profissões.

Eu fiquei lá até os 18 anos. Depois voltei para Belo Horizonte. Depois que eu servi o exército, eu voltei. Porque lá na FEBEM a gente vai para o exército. Todo mundo pegava, pra ensinar como é que é a vida. Eu aprendi muitas coisas, aprendi o que é que é sofrimento verdadeiro. Porque no exército primeiro a pessoa sofre, pra depois ela ficar bem de vida.

Lá, você mesmo lava sua roupa, você não pode deixar sua bota suja, você tem que lavar. Então, é quando o homem aprende. E, quando ele sai para ter uma família, ele já sabe viver, já sabe cuidar dele.

Lá na FEBEM a gente tem muita mordomia: tem comida na hora certa, tem lavanderia, então a gente não sabe. Lá eles recomendavam que a gente estudasse, mas aqui em Belo Horizonte, não tem como estudar. Eles manda a gente pra fora, aqui no Horto, eles vê que a pessoa ta querendo mudar e eles mandam pra fora.

Lá em Juiz de Fora eu fui pra escola. Aprendi a ler e escrever e foi lá que eu comecei a gostar de escola, porque aqui eu não gostava, aqui eu ia pra escola, mas eu pulava o muro e fugia pra ir nadar.

Quando sai de lá, eu estava na terceira série. Aí, eu vim embora e fui morar com a minha mãe. Aí, a minha mãe já tinha a casinha dela e a gente mora lá, nessa casinha.

Quando eu voltei comecei a vigiar carro, lavar carros, em 1989. Aí, eu arrumei uma família ali da rua Rio de Janeiro, eles tinha um restaurante. Eles gostavam de mim, e um dia lá, o copeiro deles machucou a mão e não pôde ir trabalhar. Aí, eles perguntou assim: 'quanto você ganha uma noite vigiando carros?' Aí, eu disse: 'não sei'. Aí eles perguntaram, , Quanto você quer pra trabalhar pra gente uma noite? É que o nosso copeiro machucou a mão.' Aí, eu falei assim: mas, eu não sei fazer nada. Aí, ele falou: 'Não, somente nós vamos ensinar você a lavar copos para nós.' Aí, eu fui.

Eles gostaram de mim. Aí, ele me convidou pra trabalhar lá, e aí eu fui fichado. Primeiro trabalho com registro na carteira. Eu já tava com 21 anos. Aí, ele gostou de mim e me pois lá. E aí, nessa brincadeira, eu fiquei com eles lá 5 anos. Lavando copos, aprendi a ser copeiro, preparar as bebidas.

Saí de lá porque briguei. Briguei com o gerente de lá. Acabei saindo, mas depois tomei voltar. Toda vez que ele precisava de mim, ele me buscava e eu voltava. Ele gosta de mim e a gente se relaciona bem. Eles confiaram em mim. Muita gente falava que eu era pivete, que ia sumir dinheiro, e eles viram que não era nada disso. Então como diz, eles apostaram em mim, e eu estou respondendo.

Enquanto estava lá eles recomendaram a escola, e eu voltei a estudar. Aí eu fiz até a sétima série, direto e eu na parei não. Parei depois porque vim trabalhar à noite. Depois de lá eu fui trabalhar na coleta de lixo, na ENTERP A, a empreiteira que trabalha para a

prefeitura. Eu usava luvas, todo o equipamento direitinho, porque você pode ter uma ferida e sujar e isso pode dar uma doença e contaminar. Usar o equipamento é obrigação, só não usa quando o cara ta afim de pirraçar, de ser mandado embora.

Lá trabalhei um ano. Depois fui trabalhar em obras, sempre fichado, era servente de pedreiro. Morei sempre com a minha mãe. Tenho uma filha, de 11 anos, que mora lá perto. Agora, todo dia ela ta lá em casa comigo. Ela vive com a mãe dela.

Depois de trabalhar na construção fui parar na República Reviver. Eu tive uma briga lá em casa, com os malandros lá. Eles quiseram matar eu e eu fugi de casa. Fiquei na rua, fui parar num albergue e como eu não era pessoa de ficar em albergue eles me mandaram para a República Reviver.

A vida na República era apertada. Fiquei lá por sete meses. As coisas lá eram um pouquinho diferente. Lá tem horário de entrar, só pode entrar até às 23 horas. Se você estivesse trabalhando, ai você tinha a carta branca. A firma tinha que mandar um documento avisando que você estava trabalhando. Lá tem também o horário da televisão. Televisão não pode ver direto.

E tem o horário de cada um fazer a sua faxina, tem escalação, cada um faz a sua faxina. Eu não tive muita dificuldade não. Éramos em 4 pessoas no quarto e cada dia é um que faz a faxina. De vez em quando tem brigas, por que uns bebem e outros não bebem. Eu não bebo, só quando tenho compromisso, quando é festa. Fora disso não gosto de beber, não gosto de fumar.

Quando eu era menino de rua eu usei drogas. O que eu gostava mesmo era de cheirar cola, desde menino eu usei cola muito tempo. Mas eu me livrei, como eu estou te falando, a gente nunca deve seguir a cabeça dos outros. Você tem que seguir sempre a sua.

Minha mudança aconteceu depois que eu voltei pra a casa da minha mãe. Mas, quando eu estava na FEBEM, eu queria mudar mesmo. Aí, eu parei.

Morando na República, eu trabalhei como ajudante de transportadora, ajudava a carregar e a descarregar caminhão. A dona Lúcia, supervisora da República falou pra gente do Qualificarte. Ela cuidava da República. Ela chega lá à uma hora e fica até às oito, da noite. Ela que cuida da escala de faxina. Ela falou pra todo mundo da República que tinham os cursos, e eu resolvi fazer.

Aí, eu resolvi fazer, escolhi trabalhar com cozinha porque eu acho uma coisa muito boa, saber fazer uma comida direito. E isso me ajudou a trabalhar aqui. Abriu esta casa aqui e eles precisavam de copeiro. Como eu já tinha o restaurante, eu já tinha a referência da cozinha, aí, o chefe que trabalhava aqui já me conhecia, ele foi e me indicou pra vir pra cá.

Ele me conhecia lá do Restaurante que eu trabalhei a primeira vez. Ele era o gerente geral da casa e viu minha ficha e falou este eu conheço. Porque eu soube da vaga aqui lá na ASMARE.

A República me mandou para a ASMARE. Eu estava trabalhando na desmontação de cadeiras e carteiras na ASMARE. Por exemplo, a gente vai lá na escola, pega as carteiras e cadeiras e depois quebra tudo para reformar.

Eu cheguei na ASMARE pela Dona Lúcia. Tudo tem ligação, eu não sei se você sabe. Tudo tem ligação: a República, a ASMARE, o bar aqui. Muita gente da República trabalha no CAC São Paulo (Centro de Apoio Comunitário), no Centro de Referência (População de Rua).

Tudo aqui é uma coligação, tem a TIM, a ASMARE e a Prefeitura. Já vou fazer três anos aqui e bom, eu quero um futuro com um salário melhor e ver se consigo trabalhar de dia e ficar com a minha filha. O salário aqui não é ruim nem bom, ganho para sobreviver.

No Qualificarte eu virei um profissional. Com um diploma mão, você pode falar que é um profissional. Eu sou um cozinheiro, tenho a profissão de garçom e agora eu sou um copelro.

Cozinheiro pelo Qualificarte e garçom e copeiro eu aprendi a ser no trabalho. Eu aprendi mais na prática, quando eu pus a mão na massa. O Qualificarte é bom porque uma parte pode abrir, com o diploma na mão você pode ir trabalhar. O curso me ensinou a trabalhar, só tem que ter mais a mão na prática, em vez de ficar só falando.

O estágio no Restaurante Popular foi bom porque aí você vê tudo. Eu fiquei um mês lá. As aulas ajudaram, primeiro você vê a teoria e depois pega a prática. Eu não sabia trabalhar quando cheguei no Restaurante Popular, porque quando você chega lá não é exatamente como você ouviu."

Quando indagado sobre cidadania, primeiro pergunta se é de cidade, depois diz o seguinte:

"Cidadania é comunidade, todo mundo ajuda todo mundo e o maioral é que comanda.

O maioral da ASMARE é o Cido e o de Belo Horizonte é o prefeito, o Pimentel.

Ser cidadão é ser reconhecido em todos os lugares como um profissional, mas quem não ta trabalhando também é cidadão. Cidadania é todo mundo ter respeito, não ser um marginal, que todo mundo tem medo dele.

Todo mundo tem direito a ter uma boa saúde, amor, alimentação e um bom salário, que é isso que nós não temos. E os direitos não são respeitados porque está tudo errado. O governo que não cria mais empregos e a sociedade que não apóia uns aos outros, que prefere jogar uma coisa fora do que passar para outro que precisa."

Antes de encerrar, falou-me da filha:

"Ela está na quarta série, tem 11 anos e perdeu um ano de escola. Mas, nesta época eu morava longe e não acompanhava. Ela tem problemas com a mãe dela que bebe muito. Durante o dia ela vai lá pra casa e fica lá comigo.

Mas, hoje eu presenciei um fato e na segunda feira eu to pensando em procurar o Conselho Tutelar. A mãe dela tava batendo nela hoje e era com o fio da geladeira e eu não gostei. Ela veio falar comigo e eu disse pra ela que não tenho mais nada pra falar com ela não, eu vou falar com o juiz. Eu quero é ficar com ela e levar ela pra morar lá em casa comigo."

Após o encerramento da entrevista, Dico correu atrás de mim, na rua, e me solicitou ajuda para mudar de emprego. Disse que sabia que a Prefeitura vai abrir outro restaurante popular e se eu não tinha contatos. Reforçou o fato de que o Bar é bom para trabalhar, mas gostaria de trabalhar durante o dia para poder morar com a filha e ter uma vida melhor.

## ANEXO 4

### Entrevista com Mauro - gerente do Restaurante

A contratação da Simone só aconteceu por muita insistência de uma técnica, do Qualificarte. Ela recomendou a contratação, pediu muito, no final ela dizia que não dava mais conta da Simone pedindo dinheiro, emprego e eu entendo que é obrigação do poder público auxiliar pessoas carentes como a Simone. Ela ainda sustenta sete filhos, e se ela não tem emprego, como fica? Amanhã, essas crianças serão marginais, a disposição do tráfico de drogas e assaltando a nós mesmos.

A Simone apresenta grandes dificuldades para o desempenho das funções do trabalho. Falta educação, o meio onde ela está inserida não contribui, falta escola, ela tem dificuldades de educação, educação de vida. Hoje, ela chegou para trabalhar com a roupa toda suja. Fica difícil trabalhar com alimentação assim. O pessoal não aceita.

Ela não consegue respeitar os superiores, quando recebe uma orientação de trabalho questiona, não responde imediatamente, diz que vai fazer depois.

As nutricionistas são muito rigorosas e existe uma forte pressão para eu demiti-la. Eu estou segurando isso desde que a Simone começou a trabalhar aqui.

Ela está sendo pressionada a mudar, para não perder o emprego. Ela não consegue decodificar uma mensagem e precisa estar mais disposta a aprender a trabalhar. Ela tem dificuldades de aprender. Ela não teria chance em lugar nenhum, eu sou o agente facilitador dela aqui no trabalho, mas não tenho como mantê-la contra todos.

Já pensei em discutir com a empresa terceirizadora dos trabalhadores daqui, para colocá-la na faxina em outro lugar, mas sei que ela não terá chances.

Este equipamento está sempre contratando pessoas que passaram por isso, que têm uma trajetória semelhante à da Simone: o pessoal da cozinha da AMAS, público do Miguilim, treinados pelo próprio Restaurante Popular, onde muitos são meninos do Liberdade Assistida e o público do Qualificarte, que também conta com ex-presidiários e adolescentes do programa Liberdade Assistida.

**Políticas Sociais E Educação Profissional: Cominho Para A Autonomia, Condição Parta A Cidadania.**  
Gladys Rodrigues de Andrade.

Colegas de trabalho reclamam muito dela, mas não falam para ela, e sim para a chefia. Aí quando eu falo para ela, a reação é de surpresa, mas ninguém fala para mim. Eu sei, pois eles reclamam para mim.

## ANEXO 5

### Entrevista com Paulo, Gerente do Bar

Você estava trabalhando aqui quando o Dico foi encontrado?

“Não, quando eu comecei ele já havia sido selecionado. Eu iniciei aqui como extra, trabalhando de garçom, só que eu já vinha da área, já era profissional e os profissionais aqui ainda estavam aprimorando.

Nesta época o Dico era copeiro, depois ele foi promovido a garçom.

O dico como colega de trabalho não deixava nada a dever. Ele procurava sempre aprender, o que ele não sabe ele procurava aprender, ele pergunta. Um garçom de bar é diferente de um garçom de restaurante. Aqui nós fazemos eventos e ele sempre perguntava como pode fazer para melhorar.

Ele assume seus compromissos, é pontual, sempre que precisa se ausentar ele avisa previamente, traz atestados, o que ele precisava fazer ele faz, sabe lidar com o público, recebe elogios das pessoas que são atendidas por ele no bar. Quando existe uma reclamação, às vezes o movimento é grande e atrasa um pedido, o Dico sempre chama o gerente, não trata ninguém mal.

Ele se relaciona muito bem com o restante, não apresenta problemas nenhum. Às vezes surge um questionamento do tipo burocrático, mas que logo é resolvido.